

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL – UNESP/FAFIPA**

**VILA ALTA: CONCENTRAÇÃO DA POBREZA
URBANA EM UM ESPAÇO PERIFÉRICO
DE PARANAVAÍ**

RONALDA CARVALHO NEVES CARGNIN

**PRESIDENTE PRUDENTE
2001**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL – UNESP/FAFIPA**

**VILA ALTA: CONCENTRAÇÃO DA POBREZA
URBANA EM UM ESPAÇO PERIFÉRICO
DE PARANAVAÍ**

RONALDA CARVALHO NEVES CARGNIN

Dissertação apresentada ao Conselho de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador Prof. Dr. Elpídio Serra.

PRESIDENTE PRUDENTE

2001

DADOS CURRICULARES DO AUTOR

DADOS PESSOAIS

Nome: Ronalda Carvalho Neves Cargnin

Endereço: Rua Francisco A. Nascimento, 1553
87.706-030 - Paranavaí - PR

Nacionalidade: Brasileira

Data de Nascimento: 05/02/1960

Filiação: Raffles Carvalho Neves
Ilda da Silva Neves

Estado Civil: Casada

Cônjuge: Rafael Benjamim Cargnin Filho

DOCUMENTOS

R.G.: 2.048.580 PR

CPF: 350.587.499-04

Título de Eleitor: 19925900655 72ª Zona – Paranavaí

FORMAÇÃO ESCOLAR

2º GRAU

1978 Colégio Estadual de Paranavaí

Curso: Magistério

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

1980 Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Curso: Licenciatura em Estudos Sociais

1982 Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Curso: Licenciatura em Geografia

1997 Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA

Curso: Pós-Graduação em Geografia e Meio Ambiente

AGRADECIMENTO

A realização deste trabalho, tornou-se possível graças à colaboração de várias pessoas e entidades que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que pudéssemos alcançar os objetivos propostos na dissertação. Para estas pessoas e entidades que dedicamos, nossos mais sinceros agradecimentos.

À minha família, em especial ao meu esposo Rafael pelo encorajamento e compreensão; aos meus filhos Rafaela e Ricardo, fonte de minha inspiração e força.

Aos meus pais, Rafles e Hilda, todo meu reconhecimento e amor, pelas renúncias e esforços pelo qual passaram para a concretização dos ideais de seus filhos: Roldiney, Roldynéia, Ronaldo e Ronalda.

A orientação do Prof. Dr. Elpidio Serra, a quem externamos grande admiração pela dedicação e auxílio, quando de nossas dúvidas e dificuldades.

Aos colegas do curso: Luzia, Maria Antonia, Aníbal, Ênio, Demétrio, João Egídio, Nair, Cacilda e Gilberto, pelos ricos momentos de discussões científicas.

Aos professores e funcionários de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UNESP – Presidente Prudente, por oferecer as condições de realização deste trabalho.

Aos colegas professores e alunos do Departamento de Geografia da FAFIPA
– Paranavaí, pela colaboração para a concretização desta pesquisa.

Ao Dr. Marcelo Sperandio, Médico da Família da Vila Alta e seus
colaboradores, pela colaboração nas informações e fornecimento de dados.

Aos órgãos públicos que contribuíram na execução desta pesquisa.

Ao Hudson, pela paciência e dedicação na área de informática.

A Deus, criador do céu e da terra e de todos que nela habitam.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
------------------	----

CAPÍTULO I – A colonização de Paranavaí e a exclusão do pequeno produtor rural

• Processo histórico da colonização como estratégia de intervenção do Estado	11
• Paranavaí: Situação atual	24
• A (difícil) estruturação da pequena propriedade	26
• As condições para a estruturação da grande propriedade	36

CAPÍTULO II – A modernização da agricultura e seus impactos socioeconômicos

• Características do novo modelo agrícola	47
• Paranavaí: A crise do café e o domínio das pastagens plantadas	61
• Avanço da pecuária	70
• As consequências sociais da modernização	81

CAPÍTULO III – Vila Alta: A concentração da miséria urbana em Paranavaí

• As Vilas e a expansão forçada do espaço urbano	95
• Processo histórico da urbanização de Paranavaí	107

• Vila Alta	109
• Origem da Vila Alta	112
• Perfil socioeconômico dos moradores da Vila Alta	117
Considerações Finais	152
Referências Bibliográficas	158
ANEXOS	163
ANEXO 1 – Localização geográfica do Município de Paranavaí em relação à América do Sul	
ANEXO 2 – Modelo de entrevista com os moradores da Vila Alta	
ANEXO 3 – Reportagem: Crianças foram sufocadas com cobertor	
ANEXO 4 – Reportagem: Alice não vai mais para o bosque	

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Microrregião geográfica do Município de Paranavaí	12
FIGURA 2 – Gleba Pirapó	14
FIGURA 3 – Mapa genealógico	22
FIGURA 4 – Localização geográfica da área urbana no Município de Paranavaí-PR	23
FIGURA 5 – Localização geográfica do Município e seus limites fisiográficos . .	25
FIGURA 6 – Subdivisão do Estado do Paraná, nas grandes regiões que marcaram sua ocupação	59
FIGURA 7 – Organização espacial do perímetro urbano e localização periférica da Vila Alta no Município de Paranavaí	93
FIGURA 8 – Localização geográfica da Vila Alta	110
FIGURA 9 – Distribuição espacial dos lotes da Área “60 Alqueires”	115

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução da área de pastagens no espaço agropecuário de Paranavaí	78
TABELA 2 – Paraná – população residente e taxa geométrica anual, por situação de domicílio e taxa de urbanização	88
TABELA 3 – Evolução da população e área de Paranavaí	91
TABELA 4 – O contraste: Diferenças entre os centros das grandes cidades e as regiões mais pobres	104
TABELA 5 – Evolução dos indicadores de urbanização no Brasil	105
TABELA 6 – Número de atendimentos da Corporação Policial na Vila Alta	142

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Área ocupada pelos dez principais produtos agrícolas de Paranavaí em Ha	69
QUADRO 2 – Rebanho bovino brasileiro por região	73
QUADRO 3 – Rebanho pecuário – Paraná – Evolução anual das diferentes espécies	75
QUADRO 4 – Utilização da terra da microrregião de Paranavaí – 1970/80	77
QUADRO 5 – Brasil: População residente	81
QUADRO 6 – Situação do parcelamento da Área “60 Alqueires”	116
QUADRO 7 – Vila Alta: Infra-estrutura de atendimento dos moradores	138
QUADRO 8 – Reivindicações de melhorias na Vila Alta	147
QUADRO 9 – O poder dos Templos	151

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICOS 1 – Evolução do rebanho bovino brasileiro	74
GRÁFICOS 2 – Distribuição dos moradores da Vila Alta, por faixa etária e sexo	118
GRÁFICOS 3 – Índice de escolaridade dos moradores da Vila Alta	124
GRÁFICOS 4 – Ocupação principal dos moradores da Vila Alta	125
GRÁFICOS 5 – Condição dos domicílios dos moradores da Vila Alta	131
GRÁFICOS 6 – Tipos de materiais utilizados na construção das casas	132
GRÁFICOS 7 – Vila Alta: Número de cômodos por domicílio	136
GRÁFICOS 8 – Expectativa futura do morador da Vila Alta e de sua família ..	144

INTRODUÇÃO

O ponto de partida desse estudo consiste em uma análise do processo de concentração da pobreza urbana em um espaço periférico de Paranavaí, no bairro Vila Alta, acompanhada de levantamento do perfil sócioeconômico de seus moradores.

O interesse despertado para se realizar trabalho de pesquisa em um bairro periférico da cidade de Paranavaí, vem desde 1982, através de trabalho voluntário realizado junto ao Programa do Voluntariado Paranaense – PROVOPAR. Este programa é estável e busca assistir a população de baixa renda e que vive na periferia da cidade.

O contato pessoal com os moradores da Vila Alta, fez com que a escolha recaísse neste bairro, uma vez que pelo conhecimento do local, contatou-se que o mesmo possuía características diferenciadas dos demais bairros da cidade, pelas condições de dificuldades por que passa sem moradores. Buscar compreender melhor essas condições e dificuldades tornou-se objetivo desse estudo.

Com o desenvolvimento econômico da cidade, observa-se que crescem as desigualdades no espaço urbano, razão pela qual buscou-se compreender a falta de planejamento no crescimento da periferia urbana de Paranavaí, num processo de concentração da pobreza, que expressa as

contradições da sociedade capitalista na produção de espaço de segregação e exclusão.

O comportamento econômico da cidade de Paranavaí a partir da década de 1970 é resultado de situações contraditórias envolvendo a modernização da agricultura, concentração fundiária, mudança na pauta dos produtos, erradicação dos cafezais e, especialmente, a entrada da pecuária extensiva, tendo como consequência o esvaziamento populacional do campo.

A essa população de migrante do campo, com sua capacidade financeira afetada, não assiste o direito de escolher o lugar onde deseja se instalar, restando-lhe apenas a opção de ocupar espaços que suas possibilidades econômicas lhes permitam tais espaços estão localizados em áreas subjacentes da cidade onde inexistem infra-estrutura, indispensáveis às necessidades básicas do ser humano. Muitos procuram áreas onde os lotes estão em processo de legalização, exemplo disso é a Vila Alta, localizada na cidade de Paranavaí.

Em 26 de março de 1961, em virtude da desapropriação judicial, o município de Paranavaí adquiriu uma área de 1.430.000 metros quadrados, conhecida como “área de 60 alqueires”, denominada oficialmente como lote 19 da gleba 1 – B, *Colônia de Paranavaí*.

Essa área engloba localidades como: Jardim Vila Alta, Conjunto Habitacional Dona Josefa, Vila Operária, Residencial Vila Nova e Bosque Municipal.

Desde a data da desapropriação judicial, o município de Paranaíba vem desmembrando parcela de lotes e alienando-as a terceiros e até mesmo construindo loteamentos urbanizados, como aconteceu na Vila Operária e no Conjunto Habitacional Dona Josefa, fatos esses que descaracterizam a área original titulada.

Esse bairro se diferencia dos demais bairros da cidade, pois apresenta problemas sociais bem mais acentuados como: alta taxa de natalidade e de mortalidade infantil, desemprego, violência, presença de idosos que são abandonados por seus parentes ou permanecem nos barracos para assegurar o terreno, enquanto seus familiares vão em busca de serviços e, além disso uma densidade demográfica bem acentuada.

Quanto aos problemas econômicos, pode-se distinguir a baixa renda familiar causada pela escassez de oportunidade de emprego e mão-de-obra qualificada. A maioria da população do bairro vive de trabalhos temporários. Essa área possui 138 moradias, construídas de forma irregular e muitas dessas com restos de materiais de construção, onde vive uma população de 1281 pessoas cadastradas (dados da época da pesquisa).

É possível indicar que a segregação e a exclusão social dos moradores da Vila Alta são resultantes do processo de crescimento das desigualdades do espaço urbano.

Para melhor compreensão desse estudo, buscou-se compreender a forma de colonização do município de Paranavaí. Essa ocorreu, através de um projeto de colonização oficial do Governo do Estado do Paraná a partir de 1931.

O Município de Paranavaí possuía uma estrutura agrária baseada em pequenas propriedades, cuja pauta de produção estava ligada à cafeicultura, algodão, milho e outras culturas de subsistência.

A partir da década de 1970 ocorrem grandes transformações no espaço agrário de Paranavaí com o estímulo da política governamental de erradicação dos cafezais, que foram substituídos, sobretudo, pela pecuária extensiva.

Muitos analistas já vinham chamando a atenção para o fenômeno da pecuarização durante a década de 70. Quase todas as denúncias feitas na área acadêmica e política, a respeito dos abusos da modernização e das distorções produzidas pelo crédito agrícola, incentivos fiscais e outros subsídios, traziam também uma denúncia do processo de pecuarização, que estaria substituindo culturas permanentes e temporárias e ocupando áreas de pequena produção pelas “patas de boi”. (Martins & Arias, 1987)

A pecuarização no município de Paranavaí teve como conseqüências a concentração de terras, a exclusão do pequeno produtor originando o esvaziamento do campo, e o aumento do grau de urbanização.

...a concentração fundiária e a expulsão do homem do campo, como se comprova pelo alto índice de terras inaproveitadas nos latifúndios, respondem a um padrão de concentração fundiária que aparentemente supõe um alto desenvolvimento tecnológico e uma alta produtividade. Mas que na prática envolve, por exemplo, a implantação de pastagens com uma pecuária meramente extensiva, sem criar empregos (Martins, 1993, p. 142).

A expansão das áreas de pastagens no município de Paranavaí reduziu o número de estabelecimentos agropecuários, concorrendo para a concentração da posse da terra. Diante disso, em conjunto com outros fatores, reduziu-se a população rural e, conseqüentemente, aumentou a população urbana.

A mobilidade horizontal das populações, _ de uma para outra localidade, dentro da área rural, entre a área rural e a área urbana, dentro ou fora das fronteiras políticas nacionais_ é um fato histórico e social comum a todas as nações e a todos os tempos, desde as eras mais remotas. Tem sido determinada por movimentos de repulsão, quando a miséria rural, as calamidades climáticas, como as secas ou as inundações, forçam grandes massas das populações a abandonarem os lugares onde vivem. Pode também ser causada por movimentos de atração, quando os centros mais populosos e mais adiantados oferecem oportunidades de trabalho que asseguram melhores condições de vida, como a expansão das atividades urbanas, a abertura de novas

fronteiras agrícolas, a coleta de produtos extrativos eventualmente valorizados, as descobertas de minerais preciosos. E pode ainda resultar da conjunção de ambos os fatores – de repulsão e de atração – sabendo-se que, na maioria das vezes, um deles é componente inseparável do outro (Guimarães, 1982, p.278).

A história recente do Brasil é marcada pela intensificação das migrações internas e extrapola as fronteiras geográficas do país, como é o caso dos brasileiros, especialmente os paranaenses, que foram expulsos para o Paraguai.

As migrações internas são fenômenos sociais determinados pelo processo de expropriação sofrido pelos pequenos produtores do Brasil. Esse processo provoca a perda do acesso à terra, transformando os produtores diretos em trabalhadores livres, aumentando assim os trabalhadores assalariados.

As migrações internas são as expressões de um grupo de trabalhadores que se coloca à disposição do capital no campo e na cidade. Expropriados, ou parcialmente expropriados sofrem, com o processo de exploração capitalista: baixos salários, intensificação da jornada de trabalho, a não obediência aos direitos trabalhistas, processo esse que provoca a crescente pauperização do trabalhador. Na cidade, o migrante que foi expropriado no campo vê-se impedido do acesso a terrenos e a casas de moradia e vai, assim, engrossar o contingente da população de cortiço e favela.

Sendo assim, os fatores de expulsão, aliados ao fatores de atração, provocam o êxodo rural e a migração em direção à cidade. O Estado do Paraná durante as décadas de 40, 50 e 60, devido à abertura de fronteiras agrícolas era constituído de áreas de atração, porém, a partir da década de 70, a atração transforma-se em expulsão, perdendo o maior número de migrantes entre os Estados brasileiros.

A atração e a expulsão não são compartimentos estanques e separados. O Estado do Paraná, por exemplo, foi a um tempo só receptor e expulsor de migrantes. Isto foi provocado pelas mudanças do desenvolvimento capitalista: a expansão do café atraiu braços para a lavoura, em seguida a erradicação do café, as geadas, as leis trabalhistas e a modernização da agricultura levaram os trabalhadores rurais com suas famílias para outras regiões fora do Estado e para a periferia das cidades.

A busca da cidade continua mantendo a ilusão de milhões de migrantes. Não porque eles tenham vontade inata de novos conhecimentos ou porque tenham tendência nômade, mas porque estão totalmente impossibilitados de trabalhar a terra, ou porque não são proprietários dela, ou porque se vêem sufocados por uma política agrícola que favorece o latifúndio e a empresa agrícola.

Geralmente os projetos de implantação e de desenvolvimento de cidades são feitos ignorando que o meio urbano e o meio rural estão intimamente entrosados, e que o crescimento da cidade vai exercer uma influência direta sobre o meio rural e receber uma influência deste.

...planejam-se cidades e vilas, quando elas não surgem e crescem espontaneamente, sem se levar em conta a localização das mesmas em áreas menos ou mais ricas do ponto de vista agrícola e sem se planejar os condutos que trarão ao centro urbano os produtos indispensáveis ao seu abastecimento. Daí a série de dificuldades de solução dos problemas urbanos, ligados a uma série de dificuldades de solução dos problemas urbanos, ligados a uma série de serviços de saúde, de educação, de lazer, não se levando em conta o fato de que a população rural utiliza tais serviços e necessita ter facilidade de locomoção até os centros urbanos para poder utilizá-los (Andrade, 1980, p. 107).

O fenômeno mais significativo da década de 70 é a migração rural, em direção à periferia das cidades. A esse fenômeno tem se dado o nome de periferização, isto é, concentração de extratos populacionais menos favorecidos, sejam eles migrantes ou não. Os bairros periféricos são o resultado da competição desigual pelo espaço urbano. Esse processo de periferização ganha maior relevância se observado numa perspectiva social em que as populações mais pobres são relegadas às localidades mais distantes, desprovidas de equipamentos urbanos, e pagam maior ônus por essa concentração.

A expansão e o desenvolvimento do capitalismo, como modo de produção, tem como característica básica expropriar os produtores dos meios de produção e transformá-los em trabalhadores livres, com um único meio de vida, a venda da força de trabalho. Outra característica do capitalismo é gerar um

“exército de reserva” de trabalhadores, ou seja, haverá sempre um contingente de trabalhadores maiores que os absorvidos pelas diferentes atividades econômicas: agricultura, indústria, serviços e comércio.

Quanto ao procedimento de trabalho foi realizada pesquisa de campo através da aplicação de questionários pré-elaborados com objetivo de investigar o perfil sócioeconômico dos moradores da Vila Alta. Também foram realizadas entrevistas com moradores, agentes comunitários, médico da família e pessoas ligadas aos projetos de formação de cidadania, exemplo: diretoras de escolas, do CECAP (Centro de Atendimento da Criança e Adolescente de Paranavaí) que atendem a população da área de estudo com objetivo de melhor compreender as condições de vida dessa população.

Além disso buscou-se documentação no registro Cartorial e na Prefeitura Municipal de Paranavaí para a coleta de dados para compreender o processo de ocupação forçada da Vila Alta.

Durante a pesquisa encontrou-se dificuldades no levantamento de dados oficiais e também a resistência dos moradores em responder a alguns questionamentos, dificultando a compreensão de fatos observados, ficando assim alguns dados incompletos.

O fato dos dados não ficarem completos não comprometeu o fechamento do trabalho e, inclusive, criou possibilidades para que o trabalho pudesse ter continuidade por outros.

CAPÍTULO I

A COLONIZAÇÃO DE PARANAVAÍ E A EXCLUSÃO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL

PROCESSO HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO DO ESTADO

No século XIX, mais precisamente em 1855, no Decreto 816 de 10 de julho, o Governo Imperial concedia, em troca da construção de estrada de ferro, áreas de terras devolutas.

Abolida a monarquia, o Governo Provisório que podia exercer a faculdade de aprovação legislativa remanescente baixa o Decreto nº 305 de 7 de abril 1890 com o fim de declarar efetiva a concessão feita anteriormente, em que a mesma havia ficado dependente da aprovação do Poder Legislativo.

Nesse período o governo brasileiro contratava obras e pagava as empreiteiras com terras, antecipadamente, beneficiando companhias estrangeiras e suas subsidiárias no país, tendo sido notória a “Brazil Railway Company”, encarregada de implantar a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Esta prática aparece na origem da povoação do Norte Novíssimo de Paranavaí, atualmente abrangendo 29 municípios.

Segundo Alcântara (1987), o Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 1340 de 10 de abril de 1913, em seu Art. 1º, passa a legislar sobre a concessão para a construção da estrada de ferro.

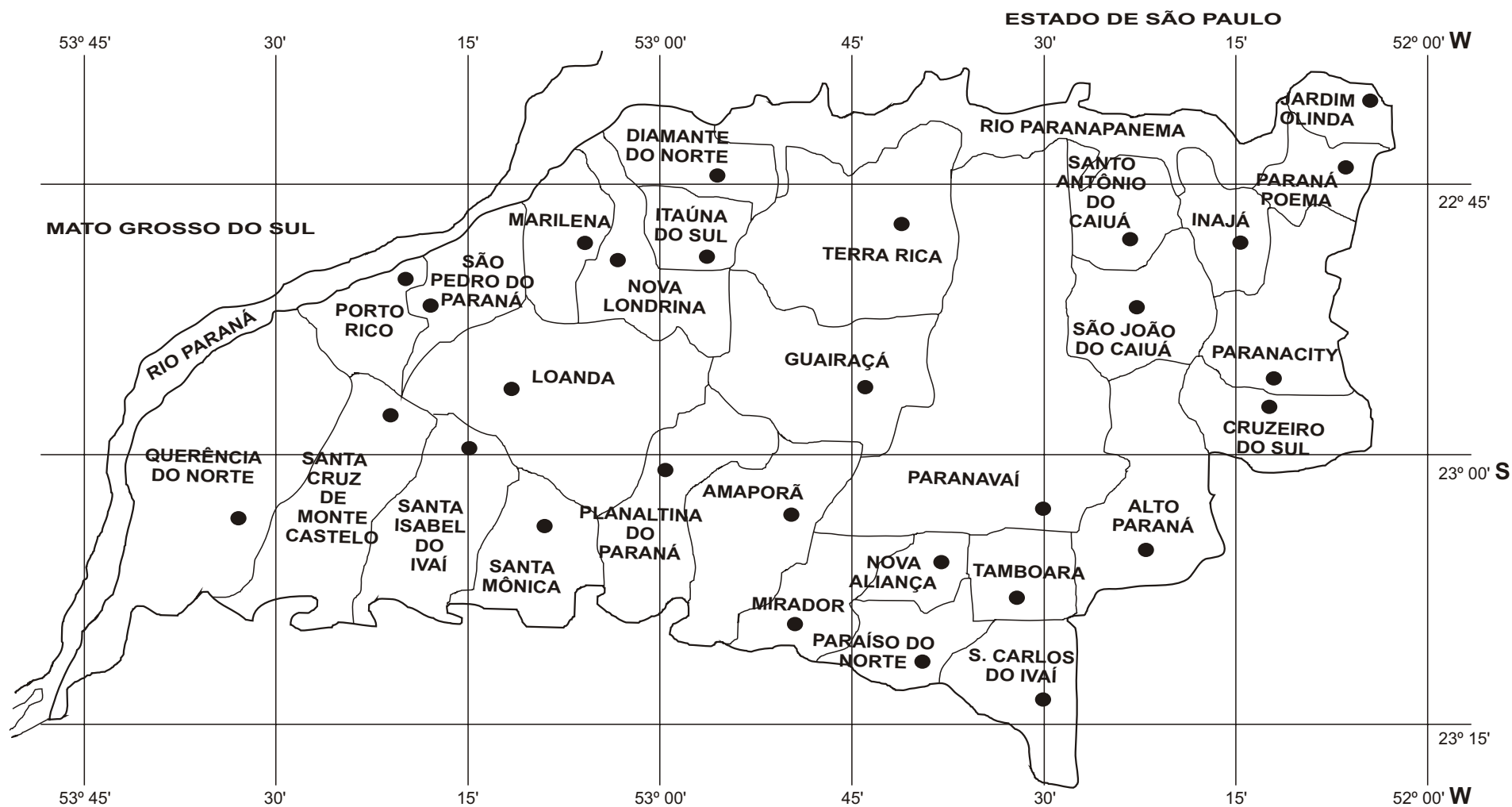
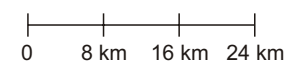


FIGURA 01 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ

Fonte: SUDERHSA, 1998

Org.: Cargnin (2000)

ESCALA GRÁFICA



...autoriza o Poder Executivo a conceder a qualquer particular idôneo, Companhia ou Empresa, o direito de construir ou explorar estradas de ferro do território do Estado, observada as disposições da presente Lei.

No noroeste do Paraná, a empresa “Brazil Railway Company”, concessionária da construção das estradas de ferro, através da sua subsidiária Braviaco – Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A, obteve uma área de 317 mil hectares.

A Braviaco tinha como obrigação demarcar as áreas devolutas concedidas, promover a colonização e povoação das mesmas por sua própria conta, sob pena de perder este direito. Entretanto, todos os direitos e deveres estavam vinculados a construção de um ramal de estrada de ferro, que segundo Silva (1988),

...partindo de um ponto conveniente, situado entre as estações de Porto Amazonas e Iguassu, da linha férrea de Curitiba a Ponta Grossa, se dirija à cidade de Guarapuava e prolongando-se pelo vale do Rio Jordão, vá até a sua foz no rio Iguassu, podendo substituir-se esse prolongamento por outro q se dirija pelo divisor de água dos rios Igassu e Piquiri até o rio Paraná.

A área demarcada e titulada foi denominada “Gleba Pirapó”, delimitada pelos rios Paraná, Paranapanema e Ivaí, todos localizados no município de Tibagi, que mais tarde se transformou na Colônia de Paranaíba. Este local ficou conhecido como Fazenda Brasileira e seu núcleo central corresponde hoje ao espaço urbano da cidade de Paranaíba.

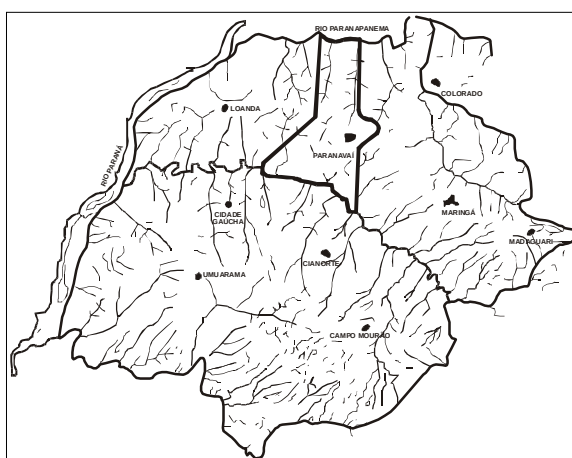


FIGURA 2 - Gleba Pirapó.

Fonte: Silva, 1988.

Em 1929, junto à sede da fazenda, foi fundado o Distrito de Montoya, pertencente à comarca de Tibagi, por Geraldo Rocha, Landolfo Alves de Almeida e Humberto Alves de Almeida, diretores da Braviaco.

Conforme o depoimento de Frutuoso Joaquim Sales¹:

Em 1929 havia na Fazenda Brasileira cerca de 1400 famílias de trabalhadores

¹ **Frutuoso Joaquim de Sales**, chegou a Fazenda Brasileira, em 1929. Ele mais 300 trabalhadores foram contratados no Nordeste do Brasil pela Braviaco.

que habitavam 1200 casas em diversas colônias na proximidade da sede...com o advento da Revolução de 1930, as atividades da fazenda foram sustadas e os colonos dispersos, permanecendo no local poucas famílias (Silva, 1988. p.132).

A maioria dessas famílias era nordestina e trabalhavam na fazenda no plantio do café e na formação de pastagem. Segundo o mesmo autor, por essa época “os nordestinos, que cuidavam da lavoura de café na Fazenda Brasileira eram impedidos pelos jagunços de abandonarem o local”.

Em pleno desenvolvimento, segundo Alcântara (1987), o empreendimento foi atingido pelo Decreto nº 300, de 3 de novembro de 1930, assinado pelo General Mário Tourinho, chefe do Governo Provisório do Estado do Paraná. Na justificativa alegava-se que as cláusulas do contrato firmado em 23 de agosto de 1920 com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, e por esta cedido à Braviaco, não foram cumpridas e conseqüentemente decretou-se sua rescisão, bem como todos os atos conseqüentes do mesmo foram declarados em caducidades.

Em razão deste Decreto, todos os títulos de terras expedidos em favor da Braviaco, inclusive da Gleba Pirapó, foram anulados. Inconformada, a Companhia recorreu ao Supremo Tribunal Federal. Em 7 de maio de 1938 foi confirmada a sentença.

Segundo Serra (1991), neste período, o Presidente da República, Getúlio Vargas, lutava para firmar o Nacionalismo do Estado Novo (1937), no

contexto da sociedade política. Diante disso, o governo tinha interesse que as empresas brasileiras assumissem seu papel na economia nacional. Por outro lado a “Brazil Railway” foi considerada inadimplente em função de débitos com o Tesouro Nacional e em bancos oficiais e privados.

Na região de Paranavaí, o Governo Federal retomou a concessão de terras em 1930 pelo não cumprimento de contrato por parte da Braviaco ou simplesmente por um ato revolucionário, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Era a Fazenda Brasileira, na qual a Braviaco já explorava 1.000 alqueires plantados, com 1 milhão de cafeeiros e 300 alqueires de pastagens, obedecendo a um projeto baseado nas condições do solo e que preconizava no futuro o predomínio da pecuária extensiva.

Uma outra versão colhida no depoimento de Joaquim da Rocha Medeiros², por Silva (1988):

A organização da Fazenda Brasileira durou até 1930, quando ocorreu a Revolução. Geraldo Rocha (Diretor da Braviaco) através do seu jornal “A Norte”, havia combatido a Revolução e defendido com toda a força do seu talento a candidatura de Júlio Prestes. Ao vencer a Revolução, um dos primeiros atos do governo revolucionário do Paraná, foi cassar o título de propriedade da Gleba Pirapó, e de todos os bens da “Brazil Railway”. O cafezal já com 3 anos dando a primeira catação teve que ser

² **Joaquim da Rocha Medeiros:** Uma das primeiras pessoas a penetrar nesta região, por volta de 1924, Engenheiro Agrônomo, residente no Município de São Carlos, Estado de São Paulo .

abandonado, colonos e funcionários da empresa tiveram que se retirar a pé perdendo todos os seus haveres.

Se o empreendimento denominado Fazenda Brasileira tivesse dado certo, já na década de 1920, pela sua importância econômica e social, teria desencadeado uma nova frente pioneira no processo de ocupação do espaço paranaense.

Conforme Serra (1991), na década de 1930, a Fazenda Brasileira mergulhou em crise, sendo que em 1942, quando a extensa área reverteu ao patrimônio público para ser loteada, contava com apenas 3 famílias de moradores e no lugar de 1 milhão de pés de café, apenas 250 hectares de pastagens naturais que serviam ao gado em trânsito através da Estrada Boiadeira, uma das poucas vias de acesso à área da grande “*plantation*”.

O Governo do Paraná, proprietário de grandes áreas de terras devolutas ou de antigas concessões anuladas e que haviam voltado ao seu patrimônio por ato do governo emergido da Revolução de 30, passou a praticar um programa colonizador de muitas dessas áreas do Paraná, estimulado pelo sucesso de colonização praticada pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

As áreas entregues sob o regime de concessão e que haviam fracassado nos seus objetivos, voltam para o domínio do Estado, e este passa a controlar um grande estoque de terra, delineando um novo processo de ocupação do espaço agrário. O interventor Mário Tourinho editou o Decreto nº 800 de 8 de agosto de 1931, objetivando solucionar o problema de colonização das terras

paranaenses por famílias brasileiras, bem como por estrangeiros que espontaneamente quisessem concorrer com o progresso do Paraná. Esse Decreto estabelece no seu Artigo 1º que doravante as áreas consideradas devolutas só poderiam ser adquiridas a título de compra pelos que nelas se comprometessem a morar e estabelecer culturas efetivas. O Decreto Estadual estipulava em 200 hectares a área que cada pessoa ou família poderia ter, área esta concedida a título de venda.

Embora o Decreto 800 que marcaria a presença do Estado na nova fase de ocupação das terras do Paraná, via projetos de colonização, tenha sido editado em 1931, só em 1939 é que os primeiros projetos oficiais são lançados, e ainda de maneira bastante tímida caracterizando a intenção do poder público de não competir abertamente com a iniciativa privada no que diz respeito a mercantilização das terras (Serra, 1991, p.79).

O resultado desse Decreto foi que até 1934 reverteram ao domínio do Estado 748.100 hectares de terra devolutas, pertencentes às antigas concessões.

Todas as medidas colocadas pela política de terras e colonização oficial do Paraná estavam em harmonia com a política agrícola nacional apregoada por Getúlio Vargas nos primeiros momentos da Revolução de 1930: intensificar a produção pela policultura, adotar política internacional que proporcionasse a exportação de excedentes, enfim, promover, sem violência, a

extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao trabalhador nacional.

Os loteamentos patrocinados pelo Estado obedeciam às mesmas estratégias adotadas pelas empresas privadas no tocante à repartição de terras e a sua comercialização. As terras eram vendidas pelo governo, as propriedades eram de dimensões variadas, conforme sua localização mais próxima ou mais distante em relação à sede da Colônia. De modo geral, o tamanho dos lotes variava em torno de 20 hectares e eram vendidos mediante pagamentos que venciam ano a ano.

A colonização de Paranavaí, considerada a maior em extensão desenvolvida pelo Estado é uma das poucas exceções quanto à dimensão dos lotes. A divisão de terras caracterizou-se pela repartição em propriedades médias e grandes, conforme a sua localização em relação à sede da colônia.

Assim sendo, as propriedades rurais do município de Paranavaí foram demarcadas em sua maioria em faixas alongadas com uma das faces de cada propriedade voltada a um curso hídrico e outra disposta geralmente, na parte alta, favorecendo o cultivo do café. Os moradores, em sua maior parte, residiam próximos a estes cursos.

À colonização oficial seguiram-se outras da iniciativa privada a cargo do engenheiro Francisco Beltrão e de particulares, como Carlos Franchello e Enio Pepino.

A consolidação da Colônia Paranavaí em Glebas destacadas dos 317.000 alqueires retomados pelo Governo à Braviaco no início dos anos 30 estimulou a iniciativa privada a promover colonizações paralelas já em 1946, o que evidencia assim que a região não se constituía somente de terras devolutas.

Em 1946, Francisco Beltrão obteve autorização para colonizar 17.000 hectares, sendo seguido por Carlos Antônio Franchello, fundador de Querência do Norte e Enio Pepino, fundador de Terra Rica, segundo Serra (1988, p. 66).

Por essas iniciativas, o Norte Novíssimo de Paranavaí foi rapidamente povoado sob o signo do café, chegando aos 307.277 habitantes em 1960.

Antes de ser elevado a categoria de Município, Paranavaí fez parte dos Municípios de Tibagi, Londrina, Rolândia, Apucarana e Mandaguari, (Ver figura 3).

Pela Lei nº 2, de 11 de outubro de 1947, Paranavaí tornou-se Distrito de Mandaguari e com a Lei 790 de 14 de novembro de 1951, tornou-se Município, cuja instalação ocorreu em 14 de dezembro de 1952.

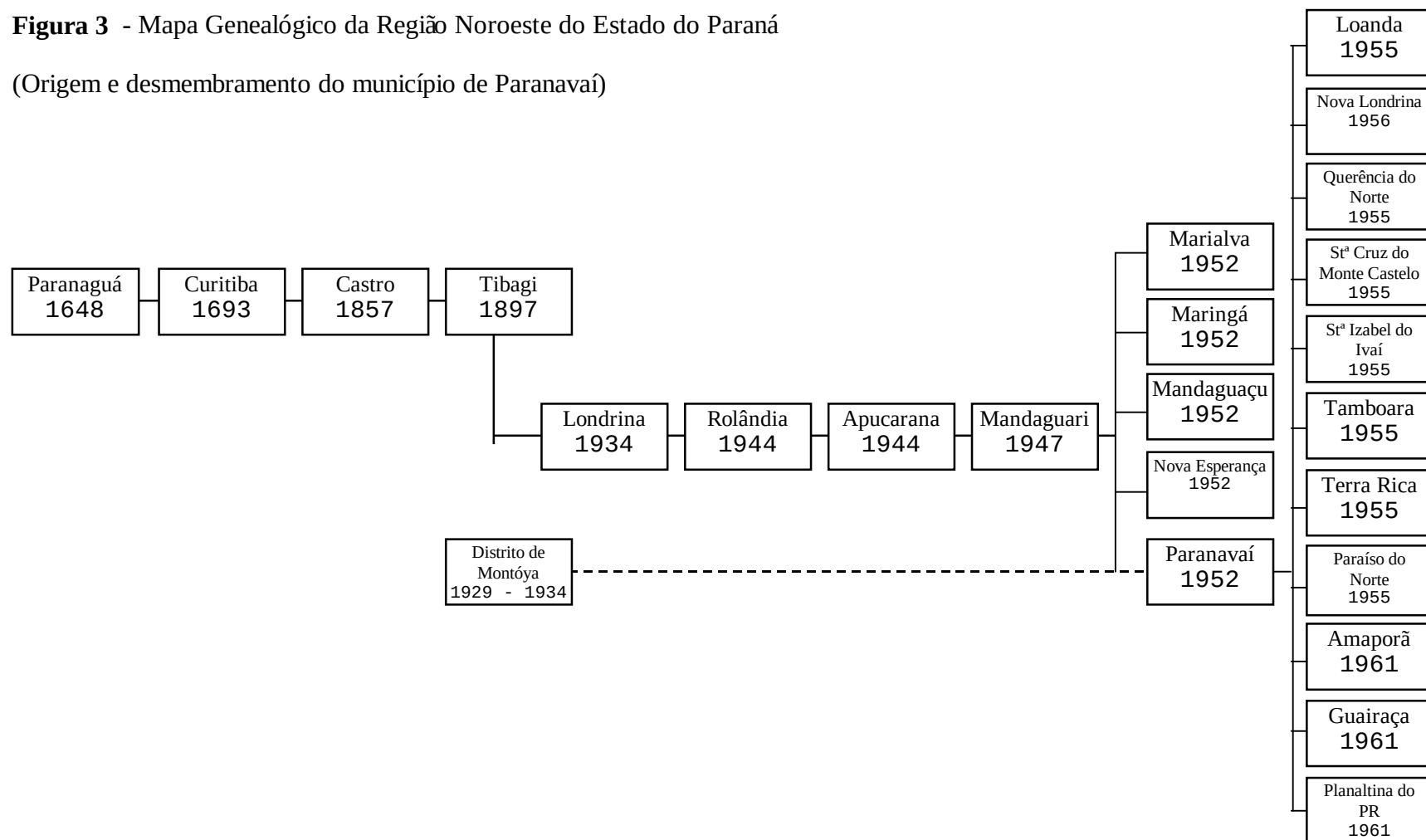
Com uma superfície de 8 686 km², limitando a leste com os municípios de Nova Esperança e Mandaguaçu (terras de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná); ao norte com o Rio Paranapanema; ao Sul com o Rio Ivaí; e a oeste com o Rio Paraná, área correspondente a antiga “Colônia Paranavaí”.

Pela Lei nº 1.542 de 14 de dezembro de 1953 o município foi elevado à categoria de Comarca, instalada em 1º de março de 1954.

Foram criados e desmembrados de Paranavaí os seguintes municípios: Loanda, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Terra Rica, Paraíso do Norte e Tamboara, em 1955; Nova Londrina, em 1956 e Amaporã, Guairaçá e Planaltina do Paraná, em 1961.

Figura 3 - Mapa Genealógico da Região Noroeste do Estado do Paraná

(Origem e desmembramento do município de Paranavaí)



Fonte: Alcântara, 1987.

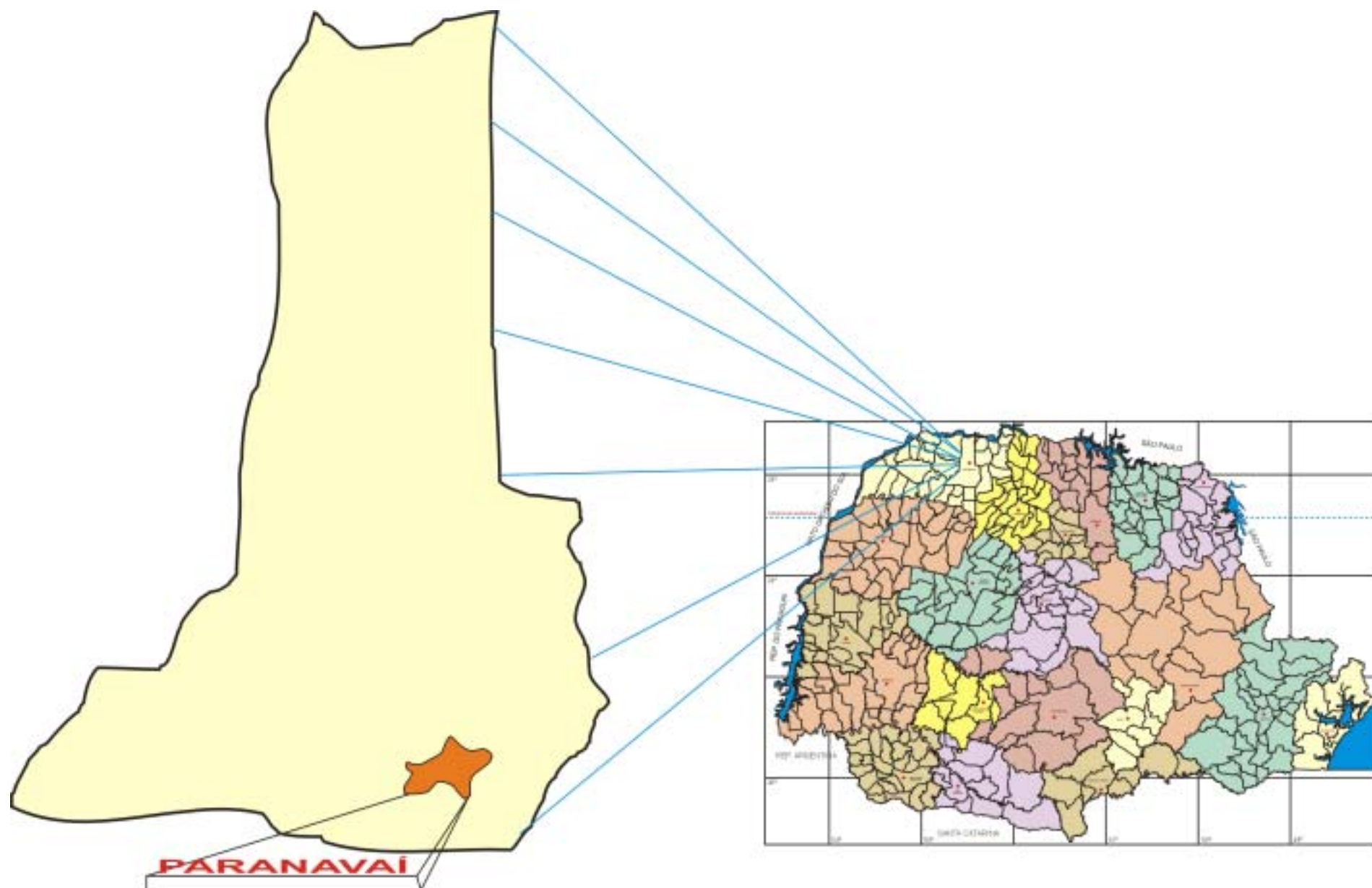


FIGURA 04 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA URBANA NO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA ESTADO DO PARANÁ

Fonte: Governo do Estado do Paraná
Org.: Cargnin (2000)

PARANAVAÍ: SITUAÇÃO ATUAL

O município de Paranavaí encontra-se na Região Noroeste do Estado do Paraná e contava, em 1996, com uma população de 72 972 habitantes que, pelos resultados preliminares do Censo 2000, diminuiu para 75 663 habitantes (Ver Tabela 3). Suas principais atividades econômicas concentram-se no setor primário. Na agricultura destaca-se a produção de mandioca, laranja, milho, algodão e café. Há, também, um forte setor de pecuária de corte e de produção de leite.

O município conta atualmente com 55 indústrias. Apenas 7% de seus habitantes vivem na zona rural.

Atualmente o Município de Paranavaí está reduzido a uma superfície de 1 190 552 km². Limita-se ao Norte com o rio Paranapanema; ao Nordeste com o Município de Santo Antônio do Caiuá; a Sudeste com o município de Alto Paraná; Leste, com o Município de São João do Caiuá; ao Sul com os municípios de Tamboara e Nova Aliança do Ivaí; a Sudoeste, com os municípios de Amaporã e Mirador; a Oeste com o município de Guairaçá e a Noroeste com o Município de Terra Rica (Ver Tabela 3).

A (DIFÍCIL) ESTRUTURAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE

Antes de analisar a pequena propriedade do Brasil e da região de Paranaíba é oportuno conceituar a estrutura fundiária, bem como os termos relativos a ela: latifúndio, minifúndio, empresa rural, módulo fiscal, etc.

Entende-se por estrutura fundiária a forma como as propriedades agrárias de uma região ou país estão organizadas, quanto ao seu número, tamanho e distribuição social. Um dos mais graves problemas agrários do Brasil é sua estrutura fundiária, de um lado está um pequeno número de grandes proprietários de terra – os latifundiários –, que monopolizam a maior parte das propriedades rurais, e de outro lado, milhões de proprietários agrícolas que possuem uma área extremamente pequena – os minifundiários –, que são insuficientes para garantir sua cidadania e boa alimentação. Diversas propriedades fundiárias com enormes áreas ociosas esperam apenas sua valorização, consideradas terras para a especulação imobiliária.

Em 1964, houve uma primeira tentativa para classificar as propriedades rurais em função de sua dimensão. Essa classificação tem por base a noção de módulo rural, definido no Estatuto da Terra, inserindo-o no contexto da definição de “propriedade familiar” (Lei nº 4504/64, Art. 4º, inc. III), o Art. 11 do Decreto nº 55.894 diz:

Art. 11 – O módulo rural, definido no inciso III do Art. 4º do Estatuto da Terra, tem como finalidade primordial estabelecer uma unidade de medida que exprima a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico.

O módulo rural não possui uma dimensão única, ele é fixado de acordo com a região e o tipo de exploração. Exemplificando: uma área onde os solos são mais férteis a dimensão do módulo rural será bem menor, em contrapartida, onde os solos são menos férteis a dimensão será maior, esta diferença do valor de dimensão do módulo ocorre também em relação às distâncias do mercado.

Com base nesse conceito de módulo rural, o Estatuto da Terra dividiu os imóveis rurais em quatro categorias: minifúndio, latifúndio por dimensão, latifúndio por exploração e empresa rural.

1. Minifúndio – Toda a propriedade cuja área é inferior ao módulo rural fixado para a região onde se localiza e para o tipo de exploração que nela ocorre. Os minifúndios possuem quase sempre menos de 50 hectares de extensão embora sua média seja de 20 hectares.

2. Latifúndio por dimensão – Todas as propriedades agrárias com área superior a 600 vezes o módulo rural.

3. Latifúndio por exploração – Toda a propriedade agrária com área até 600 módulos rurais, onde a terra é mantida inexplorada, com fins especulativos ou, se explorada, de forma deficiente e inadequada.

4. Empresa rural – Toda propriedade com no máximo 600 módulos rurais explorada de forma racional e econômica.

De acordo com a Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, em seu Art. 4º, que trata a “Reforma Agrária”, segundo a Constituição de 1988, dividiu-se os imóveis rurais basicamente em três categorias: Pequena, Média e Grande propriedade. Criou-se também o módulo fiscal de 10 hectares como unidade de medida.

Dessa forma:

Imóvel Rural	Módulo Fiscais	Hectares
Pequena Propriedade	1 a 4	10 a 40
Média Propriedade	4 a 15	40 a 150
Grande Propriedade	+ de 15	+ de 150

A pequena propriedade tem sua origem na apropriação, por parte da família, da terra inicialmente dividida da propriedade patriarcal ou em diversas modalidades de partilhas de grandes propriedades individuais ou, mais raramente, numa apropriação individual de terras sem dono, situadas fora do território que constitui a propriedade inicial da grande família.

O minifúndio pode, em certas áreas opor-se ao latifúndio no plano social, muitas vezes ele se situa diferentemente no interior do espaço agrícola e pode

corresponder – conforme os casos – a uma outra forma de utilização do solo: oposição entre a horta ou pomar, o vinhedo de cultura intensiva em pequenas parcelas e a lavoura extensiva de cereais (George, 1982, p.85).

Na virada do século XX, no Brasil, a pequena propriedade somente foi valorizada a partir do momento em que se completou a infraestrutura material necessária ao funcionamento do sistema latifundiário-exportador, dirigido pela monocultura.

Este ciclo já havia se completado: redes portuárias e ferroviárias já atingiam proporções exigidas pelos seus interesses. A situação da agricultura brasileira, nesse período, agravou-se, devido a crise da produção alimentar.

A monocultura foi e é típica do sistema latifundiário, os efeitos da escassez e da carestia de gêneros alimentícios chegam ao auge. Este fenômeno foi causado pela falta de estímulo à produção de gêneros alimentícios.

O tradicional desprezo voltado pelo latifúndio às culturas alimentares, consideradas uma “mesquinha plantação” desde os tempos coloniais, colocava quase toda a dieta do povo na dependência das importações do estrangeiro. Em 1901, o Brasil já estava destinando 42,9% do valor de suas importações à compra de gêneros alimentícios, entre os quais se destacavam alguns imprescindíveis à

*subsistência da totalidade da
população pobre* (Guimarães, 1989,
p.73).

A agricultura brasileira não só enfrentava dificuldades para atender o mercado interno do qual sempre descuidara, como também enfrentava problemas graves para a conservação de suas posições no mercado externo.

Surge no Sul do Brasil, longe dos domínios dos latifúndios, uma nova categoria de produtores, na sua maioria imigrantes europeus, que encontravam condições e oportunidades para sobreviver e poder servir, com sua crescente produção de gêneros alimentícios. A grande procura de gêneros alimentícios foi resultante da expansão industrial, do crescimento das atividades urbanas e do desenvolvimento do mercado interno.

Estava ocorrendo no país algo novo, em que em nenhum outro momento da história brasileira havia ocorrido. O que havia germinado no Sul encontrou condições de evoluir, era a instituição conhecida como a pequena propriedade agrícola.

Pela primeira vez a pequena propriedade se tornará próspera, pois a expansão da indústria emergente estimulava e protegia a produção de alimentos mais baratos, provocando um relaxamento das pressões sobre os níveis de salários urbanos, que a escassez de gêneros alimentícios e a carestia de vida estavam determinando desde algum tempo. Convinha também, ao sistema latifundiário exportador, consentir na coexistência dessa nova instituição agrária, que viria aliviá-lo da produção de artigos de menor prestígio econômico do que

aqueles de sua tradicional vocação monocultural e cujos lucros menores não lhes ofereciam atrativos.

Esses fatos, aliados à crise do sistema latifundiário exportador, a qual se vinha agravando desde a última década do século XX, abriram caminho a algumas tímidas, mas importantes, mudanças modernizadoras das técnicas agrícolas.

As pequenas propriedades são responsáveis por cerca de 50% da área colhida no Brasil com produtos básicos de alimentação (arroz, feijão, fava, mandioca e milho), bem como, por mais estranho que se possa parecer, por mais de 30% da área colhida com produtos de transformação industrial (algodão, amendoim, cacau, café, fumo e mamona). Ou seja, as pequenas propriedades minifundistas não têm apenas importância na produção de alimentos básicos, considerada “cultura dos pobres”, mas também nas matérias primas industriais de origem agrícola, tidas como “cultura dos ricos”.

As chamadas culturas modernas como a soja, a cana de açúcar e mesmo o trigo se desenvolvem apoiadas em todo um sistema de financiamento, enquanto as culturas de milho e feijão se sustentam nas pequenas propriedades ou simplesmente, nas unidades de produção familiar – posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários. Distinguem-se claramente as “culturas dos ricos” das “culturas dos pobres”. As primeiras vinculadas ao capital industrial e/ou à exportação, enquanto as “culturas dos pobres” – feijão, milho e mandioca – se destinam a suprir as necessidades de sobrevivência familiar, sendo o

pequeno excedente lançado no mercado para alimentar os pobres proletários e semiproletários da periferia das grandes cidades brasileiras (Gonçalves, 1996, p. 163).

As pequenas propriedades não empregam, necessariamente uma tecnologia atrasada, como afirmam certos técnicos governamentais que querem estabelecer uma relação de causalidade dessa variável com a situação de miséria de certos produtores rurais. É na pressão do grande proprietário vizinho, do comerciante ou do usurário, na presença de grandes capitais controlando a venda de insumos e a compra de seus produtos que se deve buscar a razão das misérias desses pequenos produtores.

O isolamento e os míseros excedentes dos pequenos produtores familiares leva-os a ficar submetidos ao capital mercantil, na figura do comerciante.

Segundo Gonçalves (1996), enquanto vende sua produção pelo preço de custo, apenas necessário à reposição das condições de sobrevivência familiar, adquirem do comerciante as mercadorias que necessitam pelo preço de produção, isto é, pelo preço de custo mais o lucro médio, quando não pelo preço de monopólio dos atravessadores. À produção simples de mercadoria dessas famílias articula-se, dessa forma, a produção capitalista de mercadorias, através da troca desigual. Isso traz uma situação de extrema insegurança para os trabalhadores dessas pequenas propriedades de produção, que são obrigados a vender sua força de trabalho como assalariados temporários, ou quando já

expulsos das grandes propriedades, como “bóias-frias” esta afirmação negação do desenvolvimento capitalista no campo³.

Guimarães (1989) ressalta que as áreas onde predomina a pequena propriedade sofrem dificuldades devido aos juros elevados, a os preços incompatíveis dos insumos (adubos, fertilizantes, sementes), à dificuldade de escoamento e comercialização da produção. Este quadro é agravado ainda pela intermediação entre o pequeno produtor, homem do campo, e o consumidor, população em geral. O número de intermediários ou atravessadores-negociantes que compram e transportam os produtos, que o estocam e vendem, etc., e sua influência sobre os preços finais é tão grande que ocorrem aumentos exagerados nos preços, isto é, os preços finais pagos pelos consumidores são várias vezes maiores do que os que foram pagos aos produtores.

Em muitos casos o pequeno proprietário e sua família, por sua absoluta impossibilidade de viver somente de sua propriedade, acaba participando do grupo de trabalhadores rurais no campo, definidos como temporários. Algumas pequenas propriedades, por suas condições precárias de produção, transformam-se em verdadeiros viveiros de mão-de-obra.

Sendo assim, a pequena agricultura camponesa depende da convivência com a grande propriedade, pois o pequeno produtor não consegue retirar do trabalho em sua insuficiente área de cultura o necessário à subsistência, e necessita complementar o seu rendimento como trabalhador temporário ou volante. A existência da pequena propriedade é indispensável à grande

³ D’Incao e Mello, Maria da Conceição. Bóia-Fria: Acumulação e Miséria.

propriedade agrícola pelo fato de que a mesma vai buscar na pequena propriedade os braços de reserva de que necessita, esporadicamente, para executar as tarefas exigidas em sua produção.

A pequena propriedade, para que se torne economicamente competitiva, dedicando-se a culturas especiais que permitam valorizar a terra e o trabalho, passa a depender da seguinte solução para se relacionar com um universo competitivo: agrupar-se para a realização dos trabalhos, quer por intermédio de uma empresa que alugue equipamentos e serviços, quer pela organização de cooperativas.

Autores como Vesentini, Guimarães, Sorj, chegam à conclusão de que para que a pequena propriedade torne-se economicamente viável são necessárias outras condições complementares., tais como:

1. Crédito bancário facilitado, pois plantar custa caro e envolve riscos de toda ordem. Nenhuma atividade exige diretrizes tão definidas como a agrícola, pois exige uma política que assegure ao produtor rentabilidade compatível com o trabalho e investimentos aplicados.

2. Garantia de transporte - a inexistência de sistema de transportes adequados inviabiliza o escoamento da produção. A questão de transporte de alimentos vem se agravando extraordinariamente nos últimos anos, em consequência do distanciamento cada vez maior da produção alimentar em relação aos centros consumidores, determinando a elevação dos preços. As áreas mais próximas dos mercados estão supervalorizadas, ocupadas pelas chamadas

culturas nobres, como a soja, a cana-de-açúcar, etc. O arroz e o feijão estão cada vez mais afastados da mesa do povo, pela distância e pelo preço.

3. Preços mínimos para determinados produtos agrícolas – a importância da política de preços seria evitar as flutuações criadas pela falta de estabilização de preços e de renda e contribuir para dar uma segurança de longo prazo aos produtores quanto a manutenção de sua renda.

4. Incentivo à modernização de técnicas agrícolas – a propalada modernização do campo atinge muito pouco as pequenas propriedades, que normalmente estão voltadas para o setor de alimentação. A baixa rentabilidade do setor, em função do aviltamento dos preços dos alimentos em relação aos insumos agrícolas, afasta as possibilidades de sua modernização. As máquinas e o uso de fertilizantes ficam cada vez mais restritos às produções agrícolas para a exportação, onde os incentivos de toda ordem possibilitam melhores resultados.

O pequeno proprietário, não dispondo de crédito bancário, sementes, compradores, preços razoáveis ou transporte, somando-se a isto tudo o esgotamento do solo, acaba vendendo suas terras, indo em busca de novas terras mais distantes ou trabalhando como assalariado.

Uma outra questão deve ser colocada, a dependência da agricultura com a indústria. Com o desenvolvimento da integração da agricultura à indústria, a pequena propriedade transforma-se numa atividade dependente, complementar, não só da grande propriedade, mas principalmente da grande

indústria. O pequeno produtor torna-se cada vez mais proletário, na medida que perde suas características de produtor independente, já que não produz o que quer, mas o que as indústrias processadoras ditam, já não usa a tecnologia tradicional ou mais adequada, mas a tecnologia que as indústrias de insumos lhe exigem. Apesar de manter sua condição de proprietário, ele é agora transformado num trabalhador da espécie nova dos quase assalariados. Conclui-se, assim, que o produtor vinculado à indústria tem a garantia da comercialização de seu produto, mas por outro lado este fato se torna negativo, pois o mesmo não tem segurança no preço do produto e perde a sua autonomia.

AS CONDIÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GRANDE PROPRIEDADE

Segundo George (1982), referindo-se ao contexto europeu, a grande propriedade tradicional é, de modo geral, uma alteração da propriedade coletiva inicial, por benefício de determinada linhagem familiar. Pode também ser de uma transferência de propriedade do soberano adquirida por conquista ou por concentração de terras. A grande propriedade é, por outro lado, base de

prestígio e também fonte de renda. O prestígio é uma função da superfície e a renda muitas vezes pela exploração parcial da sociedade.

As grandes propriedades podem surgir de terras agrupadas por ocasião de uma transferência de propriedades tradicionais, quer por compra de pequenas propriedades, quer por aquisição de bosques ou áreas incultas, pela burguesia urbana. Esta aquisição confirma a promoção social: propriedade de prestígio (parques de lazer, de caça, etc...) com maior ou menor preocupação de rentabilidade através da exploração das terras agrícolas. Podem ser também propriedades especulativas ou propriedades para a renda.

Outro tipo é a grande propriedade especulativa colonial derivada da apropriação, por uma coletividade externa ao país, de terras inutilizadas ou sub exploradas confiscadas às populações autóctones.

As áreas de terras de colonização que se apresentavam como reservas fundiárias ou extensão de uso complementar, pastagens sazonais, por exemplo, tornam-se a principal base econômica regional porque são beneficiadas com investimentos em dinheiro ou em trabalho (este último prestado originariamente pelos escravos); ao passo que as áreas de exploração permanente ficam tecnicamente ultrapassadas. Exemplo disso são as numerosas e grandes propriedades da América Latina criadas pelos conquistadores em diferentes contextos de relacionamento com os índios.

O regime senhorial de propriedade da terra nasceu no Brasil, de um legado da Metrópole portuguesa aos nobres e abastados, entre os quais se dividiu o

território colonial. O sistema latifundiário não se formou lentamente, durante longa gestação histórica por meio da anexação, quase sempre pela violência das terras pertencentes às classes camponesas, como aconteceria na Europa. Ele foi implantado originariamente nas terras tomadas ao indígena, mediante o uso de não menor violência, mas em cumprimento ao plano de ocupação traçado nos principais detalhes, pelo Estado colonizador (Guimarães, 1989, p. 298).

A preponderância da grande propriedade é característica dos países de desenvolvimento econômico e social atrasado, nos quais a riqueza fundiária é base essencial do poder.

O latifúndio, no Brasil, foi implantado mediante um cumprimento de um plano de ocupação traçado pelo colonizador. Ele surgiu como uma empresa do Estado e as mudanças ocorridas no sistema latifundiário, após a Independência e a República, não lhe alteraram a intimidade dos vínculos com o sistema de apropriação da terra.

A estrutura fundiária brasileira, isto é, a forma de distribuição e acesso à terra, desde o início da colonização, sempre foi desigual. Inicialmente, foram as capitanias hereditárias e seus donatários, mais tarde as sesmarias, cujas terras eram doadas pela Coroa Portuguesa aos membros dos setores dominantes. Estas, estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial.

Durante o período colonial, a economia baseava-se no comércio com a metrópole, que comprava os produtos e revendia-os na Europa. Para que essa relação fosse suficientemente lucrativa para os interesses metropolitanos era necessário que o Brasil produzisse muito a um custo muito baixo. Para alcançar esse objetivo ocorre a ampliação das terras – o que levou à formação dos latifúndios e à utilização da mão-de-obra escrava.

Segundo Martins (1991), o cativo e o latifúndio estavam intimamente vinculados entre si, sustentando solidariamente o modo de ser da sociedade brasileira de então.

A sociedade colonial era basicamente constituída por senhores e escravos, a forma de organização da agricultura do período resultou no surgimento de um grupo de homens pobres livres, formado em sua maioria por mestiços, isto é, mulatos e caboclos. Estes não tinham direito à propriedade nem lugar na produção mercantil, estabeleceram-se em áreas consideradas não aproveitáveis para a agricultura comercial dos grandes latifúndios, tornaram - se uma espécie de moradores de favor e que poderiam ser expulsos da terra a qualquer momento.

Sendo assim, a sociedade brasileira desenvolveu-se em torno do latifúndio, com produção mercantil dirigida para a exportação, e por isso, ocupando o melhor solo. Paralelamente ao latifúndio, estabeleceu-se em pequenas posses, com a produção de subsistência voltada para a produção de alimentos.

Com a Independência e com o fim da escravidão, os governantes do país trataram de abrir as possibilidades de, através da posse, legalizar grandes extensões de terras. A apropriação da terra no Brasil sob a forma capitalista remonta do período de 1850, com a Lei de Terras.

O acesso à terra passou a ser possível somente através da compra ou venda com pagamento em dinheiro. Com essa lei o governo continuava possuindo o direito público sobre as terras devolutas e, por conseguinte cabia-lhe o monopólio sobre elas, alienando-as por meio da venda quando e como lhe fosse conveniente.

A venda das terras públicas era dirigida para uma elite social e o dinheiro arrecadado seria aplicado na vinda de colonos europeus.

O sistema concentrador que começou com as sesmarias não se rompeu com a Lei de Terras, pelo contrário, essa lei que teoricamente teria que reduzir os efeitos da concentração contribuiu para que o latifúndio sobrevivesse e se consolidasse.

Os cientistas sociais estudando a história desde o Império Romano certificaram-se de que o latifúndio é uma propriedade rural bem maior que a média dos outros imóveis da sua região.

A propriedade de mais de 150 hectares de acordo com a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 é julgada produtiva e improdutiva, segundo conceito por exploração.

Art. 6º. Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 1º O grau de utilização da terra para efeito do “caput” deste Art., deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel.

§ 2º O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento),...

A aplicação de política concentracionista, protetora dos direitos senhoriais, tem sido uma constante na história agrária brasileira, a começar dos mais remotos tempos da formação social. Frequentemente hostilizada e só permitida por tolerância dos poderes dominantes, a pequena propriedade apenas conseguiria conviver a longa distância dos grandes domínios, sempre que o sistema latifundiário permitisse, e quando a este interessava estimulá-la e mantê-la.

Os “núcleos coloniais” só no Sul do país puderam prosperar, depois de vencerem difíceis obstáculos, porque eram de início, montados como simples panos de amostra destinados a atrair para o Brasil migrantes não proprietários, e convencê-los, sob a ilusão de que se tornariam proprietários, a que viessem alugar seus braços aos cafezistas de São Paulo (Guimarães, 1989, p. 299).

Após a implantação do sistema latifundiário surge um processo paralelo e marginal, o campesinato como classe, às vezes com seu consentimento, como no caso dos núcleos coloniais, às vezes à sua revelia, como no caso das posses, às vezes por sua iniciativa e convivência, como irá acontecer, já no presente século, em São Paulo.

Foram os próprios fazendeiros de café que, para evitar a fuga dos colonos, instalaram poucos grupos de pequenos proprietários, na intenção de que se formassem com eles uma força de reserva para os trabalhos ocasionais na lavoura. O relatório do Ministro da agricultura de 1901 afirmava “*É preciso fixar o imigrante ao solo, mas é preciso fazer isso de modo a deixá-lo à disposição da grande lavoura quando ela tiver necessidade de seus braços*”. (Guimarães, 1989, p. 299).

No período de 1945 e 1955, no Brasil, menos de 30 mil proprietários possuindo cada um mais de 1000 hectares, detinham a metade do solo agrícola. (George, 1982, p.87).

Em nota de rodapé, o mesmo autor afirma:

Isso demonstra que o traço essencial da estrutura fundiária é o caráter concentrador da terra, onde um grupo pequeno de proprietários controla a maioria das terras e uma grande parte dos estabelecimentos.

O Brasil, conheceu nos últimos 50 anos um aumento violento da concentração fundiária.

Podemos afirmar com segurança que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitanias/sesmarias, muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil; e particularmente na segunda metade deste século o processo de incorporação de novos espaços – assaltados/tomados das nações indígenas tem concentrado ainda mais as terras em mãos de poucos proprietários. (Oliveira, 1991, p. 29).

A partir da década de 60 há expansão das propriedades agrícolas da região Centro-Sul, em especial nos Estados de Goiás, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, vale dizer, nos Estados de agricultura moderna. Esse aumento da concentração fundiária, seja da posse, seja de propriedade da terra, deveu-se em parte à política de ocupação da fronteira amazônica através das grandes empresas pecuárias, deslocando a pequena propriedade agrícola.

Esse processo de modernização do Centro-Sul resultou na expropriação dos pequenos produtores, principalmente daqueles que detinham formas precárias de acesso à terra, como posseiros, parceiros e pequenos arrendatários. A utilização intensa de tecnologia permitiu a dispensa dessa força de trabalho, ao mesmo tempo em que reforçou a recuperação das terras anteriormente cedidas aos não -proprietários.

Nestas condições os grandes estabelecimentos agrícolas realizam de forma mais econômica a assimilação dos métodos mais modernos de trabalho. Essa assimilação favorece o crescimento da renda e acentua a diferença econômica entre as pequenas e grandes explorações. Somente essas últimas

podem praticar preços de custos competitivos e enfrentar sem problemas concorrências.

Nesse aumento do grau de concentração fundiária vale salientar que em inúmeros casos a terra não foi utilizada como meio de produção, mas fundamentalmente como reserva de valor e meio de acesso ao crédito rural e aos incentivos fiscais, ou simplesmente como especulação imobiliária.

Ao enfatizar o processo de dominação e repartição das terras brasileiras, desde os primórdios da ocupação, observa-se que os fatos abordados estão intrinsecamente ligados à ocupação e exploração do Norte e Noroeste do Paraná, especialmente os relativos ao município de Paranavaí.

O fator determinante das transformações ocorridas no espaço fundiário rural sempre esteve vinculado à política agro-exportadora que estabeleceu mudanças rápidas, as quais repercutiram no comportamento das relações de produção, provocando inúmeros problemas sociais.

Os investimentos direcionaram-se para áreas de maior potencial técnico-produtivo, propiciando diferenças microrregionais, onde o solo, e por vezes o clima (geadas), caracterizaram-se em fatores condicionantes e estruturais no processo de substituição de culturas e, no espaço rural de Paranavaí, a pastagem extensiva passa a fazer parte da organização espacial.

A distribuição fundiária rural do município concretiza-se na concentração muito forte da propriedade e posse da terra, caracterizada por

grande número de imóveis rurais com áreas reduzidas e, por outro lado, por uma pequena proporção de propriedades com extensão muito grande de terras.

Sendo assim, a estrutura agrária do município de Paranavaí e a pequena utilização de mão-de-obra no campo, geralmente assalariada e/ou “bóia-fria”, são condições básicas que determinam a favelização, o subemprego e o desemprego (Ver Quadro 4).

CAPÍTULO II

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

CARACTERÍSTICAS DO NOVO MODELO AGRÍCOLA

As primeiras tentativas para implantar uma política de modernização tecnológica na agricultura brasileira datam do ano de 1951, através de um pacote tecnológico importado dos Estados Unidos da América, conhecido como “Revolução Verde”. Para isto, formou-se uma Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, que passou a estudar o problema agrário brasileiro.

A partir de meados da década 60 e, sobretudo durante a de 70, a agricultura brasileira entrou num processo de modernização. Modernização considerada parcial, conservadora e dolorosa (Silva, p. 49)⁴.

Interpretando a afirmação de Silva, Moro (1998, p.13) afirma:

Parcial porque se limitou a algumas regiões do país, a alguns produtos específicos e a certas fases da organização da produção. Conservadora porque não rompeu com a tradicional concentração fundiária e, por fim, dolorosa porque concorreu para expulsar do campo milhares de pessoas ligadas às atividades agropecuárias, acentuando o êxodo rural. (Moro, 1998, p. 13).

⁴ Silva, J. G. da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 192 p.

Na década de 60 são lançadas as bases institucionais do projeto ambicioso de modernização na agricultura, com o objetivo de equiparar-se aos países desenvolvidos, que já tinham adotado essa modernização visando maior produtividade e rentabilidade.

Justificando “falta de braços para a lavoura” e com a oligarquia rural preocupada com a efervescência dos movimentos sociais no campo, como também os setores mais modernos do capital urbano interessado na ampliação do seu raio de atuação, surgem projetos com vista a facilitar a importação de equipamentos agrícolas, principalmente tratores, arados, semeadores e colhedeiras.

Aproveitando-se dos recursos financeiros proporcionados pela captação de investimentos externos maciços e complementados pelo arrocho salarial, o governo lançou mão de diversos instrumentos destinados a modernizar a lavoura. Principal entre esses, sem dúvida, foi o crédito agrícola subsidiado, cujo montante de recursos se multiplicou a partir da segunda metade da década de 60. Estes foram destinados preferencialmente aos grandes produtores “modernos”, à compra de máquinas, sementes e insumos também modernos e às culturas exportáveis (Martine, 1987, p. 9).

Essa estrutura porém só veio a ser efetivamente implantada a partir do novo estilo de desenvolvimento que se desencadeou a partir de 1964,

quando da ideologia da modernização conservadora implementada pelo Governo Militar, através da internacionalização e, conseqüentemente, da aceleração do processo de industrialização.

O principal instrumento que viabilizou o novo modelo agrícola, baseado na tecnificação e utilização maciça de insumos, compras de máquinas, sementes selecionadas e exportação de produtos agrícolas, ocasionando grandes transformações na sociedade rural nos últimos anos, foi o crédito rural. Na década de 1960 surgiram leis disciplinares e estimuladoras do crédito rural, a principal delas, a de número 4829, de 5 de novembro de 1965. Essa Lei dispunha que o crédito rural fosse aplicado tendo em vista o bem estar do povo. Previa a locação de recursos para financiar colonização e reforma agrária e estendia seus benefícios às cooperativas e aos produtores rurais.

O sistema de crédito rural foi ampliado com a participação obrigatória dos bancos privados, que tinham que destinar 15% dos seus depósitos para empréstimo à agricultura, determinação essa que deu enorme amplitude à operação do sistema.

Para a aprovação do empréstimo bancário tinha como exigência a titularização da terra e uma série de trâmites burocráticos, e dava-se preferência pelas operações de maior vulto e menor custo administrativo. O crédito rural resultou altamente concentrado no Sudeste – Sul, em produtos específicos e na mão de poucos agricultores. Alguns produtos, como o café, a cana, a soja e o trigo, receberam um volume de crédito superior à sua participação no valor da sua produção. O crédito, ao favorecer os agricultores do

Centro – Sul em detrimento às outras áreas do país, agravou as desigualdades regionais.

... a parte mais vultosa do crédito subsidiado encaminha para os produtos de exportação, em detrimento dos produtos de abastecimento interno; dirige-se para os produtores e intermediários do Centro – Sul, em detrimento aos do resto do País; concentra-se nas mãos dos maiores empresários rurais, em detrimento dos pequenos agricultores. Além do mais, as facilidades dos financiamentos vinham induzindo a compras excessivas dos insumos e favorecendo o superequipamento; do mesmo modo que os juros subsidiados, sem dúvida muito vantajosos, convidam ao superendividamento (Guimarães, 1989, p. 309)

Sendo assim, apenas uma parcela dos agricultores brasileiros foi beneficiada pela política de crédito rural. A vultosa distribuição de incentivos e subsídios favoreceu sobretudo as médias e grandes propriedades, que não apenas reforçaram seu poder territorial, como conseguiram melhorar consideravelmente sua capacidade de produção. Portanto, os incentivos e os subsídios do Estado favoreceram ainda mais a concentração da propriedade agrária e, com mais intensidade, a concentração da produção e da renda.

Além de ter tido um efeito concentrado, a política de crédito subsidiado favoreceu a integração técnica de capitais entre a indústria e a agricultura, permitindo a consolidação do complexo agro-industrial.

Segundo Serra (1991), na década de 1970, vai ocorrer a profunda integração entre os processos de produção agropecuária e os setores fornecedores de máquinas, insumos e sementes, constituindo o que se convencionou chamar Complexo Agroindustrial.

Esse complexo é constituído pela indústria produtora dos meios de produção, pela indústria processadora da produção de origem rural e pelo setor da agricultura cada vez mais integrado e dependente desses dois ramos industriais.

O rápido crescimento do consumo de insumos agroindustriais neste período permitiu a entrada das multinacionais no setor, facilitada pela quase inexistência de pesquisa nacional. Isto significou que a agroindústria brasileira passou a se utilizar de uma tecnologia gerada em outros países e, portanto, muitas vezes inadequadas às necessidades econômicas e ecológicas do Brasil.

Conforme Sorj (1980), um levantamento realizado a partir de uma amostra bastante representativa, quarenta das sessenta empresas agroindustriais consideradas de propriedade estrangeira surgiram após 1960.

A interdependência da agricultura, do comércio e da indústria, iniciada na década de 60, acelerou o processo de modernização na agricultura e

já na década de 1980, este processo estava consolidado no Brasil, especialmente na região Centro-Sul.

Esse processo de modernização ocorrido nas últimas décadas marcou profundamente o comportamento da agricultura brasileira. Essas modificações entretanto não atingiram todas as regiões geográficas brasileiras e deixaram marcas, tanto em termos de avanços técnicos, como nas relações sociais no campo.

O incentivo à renovação tecnológica e o aumento da produtividade evidenciaram a tendência à concentração da posse e uso da terra agrícola, transformando o latifúndio, símbolo da agricultura primitiva-feudal, numa grande e moderna empresa agrícola.

... como as áreas novas se encontravam em regiões cada vez mais distantes das concentrações populacionais e os custos de transportes se multiplicavam em razão dos preços crescentes dos derivados de petróleo, a solução tradicional para a produção de alimentos ficou seriamente prejudicada. Dessa forma, tanto a ocupação das áreas de policultura por cultivos não – alimentares e pastagens, como o fechamento da fronteira para os pequenos produtores levaram ao deslocamento das culturas alimentares para terras de pior qualidade, refletindo negativamente na produção global de alimento (Martine & Arias, 1987, p. 84)

O projeto de modernização conservadora da agricultura acelerou o desenvolvimento capitalista no campo, privilegiando as culturas dinâmicas, mas também ocasionou o virtual fechamento da fronteira para os pequenos agricultores. A valorização e a concentração da terra provocadas pelas políticas de crédito rural e de investimento público em infra estrutura relegaram a produção de alimentos a um segundo plano e incentivaram a apropriação de áreas novas por grandes empresas e latifúndios.

Para se compreender a diferenciação tecnológica das culturas dinâmicas e dos produtos alimentares básicos, vale a pena agrupar as diversas lavouras ou cultivos, de acordo com sua evolução tecnológica.

Segundo Martine (1987), o primeiro grupo foi o constituído de culturas tropicais, como o caso da cana-de-açúcar e do café, que durante décadas foram bases da economia brasileira, exploradas pelas velhas e novas classes dominantes e, constantemente objetos de pesquisa científica e de tecnologia nacional. Nesse grupo em que a tecnologia brasileira é avançada, inclui-se também o algodão, que tem uma história diferente dos outros produtos, mas que é objeto de pesquisa para a indústria têxtil nacional.

O segundo grupo, composto pelas culturas do milho e do arroz, produtos de amplo consumo mundial, pode dar saltos tecnológicos ao absorver técnicas desenvolvidas externamente, depois melhoradas e adaptadas pelos centros nacionais de pesquisas. Esses produtos foram incorporados pela produção capitalista.

O terceiro grupo é constituído por culturas oriundas de países temperados, sendo a soja o melhor exemplo, introduzida no país recentemente e que trouxe consigo toda a tecnologia e a demanda por máquinas, insumos químicos e biológicos e fábricas processadoras.

O quarto grupo é constituído por produtos tropicais de consumo restrito, cuja demanda concentra-se na população pobre de alguns países, com produção suficiente apenas para atender aos respectivos mercados. Os melhores representantes desses produtos são o feijão e a mandioca. Estas culturas sofreram visível atraso tecnológico por não terem sido exploradas pelos grandes proprietários e capitalistas.

Sendo assim, as culturas para exportação e agroindústria tiveram uma forte ascensão tecnológica, que não beneficiou as culturas básicas.

Conforme Martine & Arias (1987), o resultado disso tem sido uma acentuada diferenciação tecnológica entre as culturas destinadas ao consumo popular e aquelas destinadas ao mercado externo.

Toda tecnologia destinada a aumentar a produtividade de certas culturas e uma estrutura social de produção libertadora de mão-de-obra separa os produtores de alimentos básicos, dos produtores de culturas dinâmicas e provoca a exclusão de pequenos produtores, ampliando o número de consumidores urbanos, através do êxodo rural.

A partir da década de 70, o trabalho estável e permanente no campo foi aos poucos desestruturando-se devido à adoção de escalas de

produção maiores que expulsaram pequenos produtores, sendo eles proprietários ou não; à maior utilização de máquinas em substituição à mão-de-obra tradicional; às mudanças nas relações de trabalho que expulsaram parceiros e arrendatários e, finalmente, à especulação fundiária que expulsou todo o tipo de trabalhador rural.

Os resultados desses processos levaram à desestruturação do trabalho agrícola, na medida em que acentuaram a instabilidade do trabalho multiplicando o número de trabalhadores temporários, transformaram também em assalariados pequenos produtores e deslocaram para regiões de fronteiras contingentes significativos de famílias; transformaram trabalhadores residentes nos estabelecimentos rurais em trabalhadores volantes, bóias-frias, urbanos.

A modernização tecnológica limitou a demanda de mão-de-obra apenas em momentos específicos do processo de trabalho agrícola, como a colheita do café e o corte da cana. As pastagens, mesmo não modernizadas, reduziram drasticamente a necessidade de trabalhadores a um pequeno número de empregados. O excedente de mão-de-obra, durante algum tempo, foi absorvido na cidade por setores da indústria, especialmente aqueles que não exigiam mão-de-obra qualificada, mas essa absorção tem sido utilizada em setores de baixa densidade tecnológica e uso extensivo de força de trabalho, setores que estão se transformando, modernizando-se ou desaparecendo.

... as dificuldades de realocação dessa mão-de-obra expulsa e excedente dão sinais de agravamento, gerando miséria no campo (através da proliferação de uma massa de

trabalhadores sazonais e transumantes submetidos a intensos processos de desmoralização e exclusão social) e gerando miséria na cidade (onde o grande crescimento das favelas e cortiços resulta em processos idênticos). (Martins, 1997, p. 50).

A transferência de trabalhadores rurais para o mercado de trabalho urbano, à medida que intensifica de um lado o progresso técnico, de outro aumenta, a miséria rural. Nesse interesse, transferem-se os recursos humanos ociosos que emigram do campo, provocando um processo de urbanização sem que as cidades estejam estruturadas para absorver essa população rural. O aumento concentrado e o crescimento insuficiente da estrutura urbana vão desequilibrar o mercado de trabalho, sendo que a oferta de mão-de-obra vai além do que o mercado pode absorver, processo esse que gera o desemprego, o subemprego, para não falar da mendicância, prostituição e criminalidade nas cidades brasileiras.

A mudança no conjunto da agricultura brasileira manifestou-se no Paraná a partir da década de 70, provocando grandes transformações no setor agrícola.

O processo de tecnificação da agricultura paranaense pode se centrar basicamente no processo de mecanização, já que este constitui um dos processos que mais concorreram para alterar a base técnica da produção e as relações de trabalho na atividade agrícola.

A modernização agrícola no Paraná trouxe consigo a evolução na pauta de produtos, que consistiu em uma redução da área com lavouras permanentes e no aumento das temporárias e das áreas com reflorestamento e pastagens plantadas.

Estas transformações na agricultura paranaense foram ainda mais significativas do que uma simples substituição de culturas, pois provocaram profundas alterações na base técnica de produção. Arroz, milho, feijão e mandioca, culturas cuja produção baseava-se em técnicas tradicionais, foram substituídas por culturas como soja e trigo, que exigiam a adoção de nova tecnologia.

A produção cafeeira passa também por alterações na base técnica, especialmente com a adoção de inovações biológicas e químicas. As inovações mecânicas se restringiram ao plantio e tratos culturais.

A produção das lavouras temporárias foi cada vez mais dominada por produtos que constituem matéria-prima para as indústrias. O processo de modernização causou também a substituição de pastagens e florestas naturais em toda a agricultura paranaense.

Durante os anos 70 ocorre um aumento no uso da força mecânica, e relativa estagnação no uso da força de trabalho manual. Esse período coincidiu com o “milagre brasileiro”, quando as políticas de incentivo ao setor agrícola foram mais intensas.

O processo de transformação tecnológica que ocorreu no Paraná apresentou ritmos diferenciados entre suas várias microrregiões homogêneas, que podem ser atribuídos à época e à forma de ocupação do Paraná, devido aos diferentes graus de dinamismo das regiões. As culturas de maior cotação comercial serviram de instrumentos para a divulgação das novas técnicas (Ver Quadro 1).

As diferenças regionais anteriores ao período das transformações tecnológicas podem ser atribuída à época e a forma de ocupação do Paraná. Para que se pudesse analisar essas diferenças regionais e o movimento de incorporação tecnológica, bem como a recente tendência à sua difusão dividiu-se o Estado em três grandes regiões, tomando como critérios exatamente, a época e a forma de ocupação, pois esses elementos conferiram similaridade à ocupação das vinte e quatro MRH do Estado. O Paraná foi então dividido em Paraná Antigo, Grande Norte e Extremo Oeste/Sudoeste (Fleischfresser et al. 1987, p. 130)



ESCALA APROXIMADA DE: 1:3.000.000

FIGURA 06 - SUBDIVISÃO DO ESTADO DO PARANÁ, NAS GRANDES REGIÕES QUE MARCARAM SUA OCUPAÇÃO

Fonte: Padis 1981
Org.: Cargnin (2000)

Devido às exigências do novo estilo, os produtores rurais do Paraná já não possuíam as mesmas condições materiais de produção, ocorrendo então o processo de diferenciação socioeconômica entre eles, isto é, entre a população residente no meio rural.

Outro fator que contribuiu para a diferenciação entre os produtores foi a política agrícola, que adotou estímulo à adoção das novas técnicas de forma discriminatória, privilegiando os médios e grandes produtores, que puderam capitalizar-se ou tecnificar-se, enquanto os demais, na sua maioria, sem recursos e com pouca terra como garantia do crédito, diferenciaram-se cada vez mais dos médios e grandes proprietários, até o limite extremo, com a perda da terra, e, conseqüentemente, o assalariamento no campo ou na cidade. Esse processo de diferenciação socioeconômica entre os produtores rurais do Paraná evidenciou a ocorrência de concentração na posse da terra.

Na realidade, a modernização via incorporação tecnológica permitiu uma rápida e significativa expansão produtiva, fazendo com que os proprietários não somente retomassem as terras cedidas em arrendamento e parceria, como também incorporassem mais terras às suas propriedades (Fleischfresser, et all. 1987, p. 139/40).

A concentração de terras como uma das conseqüências da modernização da agricultura no Paraná levou à liberação de expressivo

contingente de mão-de-obra, formada principalmente por trabalhadores ligados às propriedades na forma de colonato e parceria.

Esse processo de esvaziamento populacional do campo resultou numa aceleração da urbanização no Paraná. Essa urbanização acelerada revelou como característica principal a consolidação de centros urbanos que constituíram pólos regionais (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava, Paranavaí) e a metropolização de Curitiba.

Em síntese, este acelerado processo de urbanização foi resultante de uma alteração na divisão social do trabalho, que se traduziu em uma queda da participação da agricultura na absorção de mão-de-obra, transferindo-a em parte para a indústria e serviços.

PARANAVAÍ: A CRISE DO CAFÉ E O DOMÍNIO DAS PASTAGENS PLANTADAS

O Noroeste do Estado do Paraná teve destaque e inserção no cenário estadual e nacional efetivamente no século XX, após a década de 30, através da exploração de seus solos na produção do café.

A cultura do café chegou ao Noroeste do Paraná através de uma verdadeira marcha para o oeste dentro do Estado. Anteriormente o café

havia se direcionado do Oeste do Estado de São Paulo para o Sul, atingindo inicialmente o Norte Paranaense.

Até 1955, na parte ocupada do Noroeste do Paraná predominou a cafeicultura nos moldes tradicionais, em unidades de produção familiar, com auxílio de parceria (porcenteiros) no processo produtivo das pequenas áreas plantadas e o colonato liderando a força de trabalho nas médias e grandes plantações de café.

Para se compreender a forma de organização socioeconômica do Noroeste do Paraná é necessário, portanto, compreender o Norte do Paraná, uma vez que a primeira área é reflexo da segunda e se desenvolveu quase que da mesma forma.

O povoamento do Norte do Paraná, se processou de forma muito rápida e com efeitos surpreendentes e específicos. Em menos de quarenta anos uma área de aproximadamente 71.637 quilômetros quadrados, ou seja, 36% do território paranaense transforma-se, de densa mata, absolutamente despovoada, em região que, em 1960, contava com cerca de 1943 mil habitantes, (34% da população do Estado) distribuídos em 172 cidades, algumas de porte considerável. Determinar quais teriam sido as verdadeiras causas desse fenômeno ímpar na história do nosso País, não constitui tarefa das mais fáceis, pois ele foi resultante da conjugação de

vários fatores, dentre os quais podem ser destacados: a qualidade das terras, a situação da economia nacional no contexto internacional, depois da crise de 1929, a evolução da cafeicultura paulista nesse período, e, talvez, de modo especial, o surto de industrialização de São Paulo a partir da década de trinta (Alcântara, 1987, p. 21).

O rápido desenvolvimento do Norte do Paraná, entre outras causas, deve-se ao período imediatamente anterior a sua colonização, momento em que deu-se a consolidação do capitalismo monopolista mundial. Este capitalismo refletiu-se na organização do espaço mundial e, por conseguinte do Brasil, e estas novas relações de produção capitalista espacializaram-se de diversas formas, sendo uma delas o Norte do Paraná.

Tão rápida foi a expansão dessa atividade que, em apenas uma década, a produção paranaense multiplicou-se 8,5 vezes, de forma que na época da Crise Mundial de 29 contribuiu com 2,1% da produção nacional e uma década depois, com 5,6%.

Em 1931, o Governo Federal em razão dos excedentes resolveu estabelecer pelo prazo de cinco anos um imposto anual sobre o plantio de café, o que praticamente proibia novas plantações e favorecia enormemente a produção cafeeira paulista. O Paraná protestou e esse Decreto acabou sendo reformulado, incidindo apenas nos estados que ultrapassavam 50 milhões de pés plantados.

Da década de 1930 em diante, quando novos plantios nas zonas produtoras tradicionais, além de economicamente inviáveis, acabam sendo proibidos oficialmente como medida destinada a equilibrar o mercado, o pólo cafeeiro se fixa de vez no Norte do Paraná onde, ao contrário do que acontecia em São Paulo, não havia qualquer restrição à formação de lavouras. A esta altura, fazendeiros paulistas que relutavam em abandonar a atividade, se deslocam quase que em massa para o Norte do Paraná, transferindo para a nova zona produtora toda a experiência armazenada durante seguidos anos no trato de lavouras. Com os fazendeiros, também se deslocam seus empregados que ao se incorporarem à nova frente pioneira vão garantir mercado fácil para a colocação dos pequenos lotes, vendidos em profusão pelas companhias loteadoras (Serra, 1992, p. 71)

Em 1942, geadas de grandes proporções abalaram as lavouras cafeeiras, especialmente em São Paulo e Paraná. Após o término da Segunda Guerra Mundial, uma nova conjuntura se faz notar. Iniciaram-se as negociações para o aumento do preço do café exportado. O consumo cresceu, novos mercados abriram-se e o mercado do café aqueceu-se e os estoques em baixa não permitiram mais a queima do produto.

A ocupação humana e econômica do Norte do Paraná deve-se à cultura cafeeira, bem como o desenvolvimento global da região. Os avanços e recuos da atividade vão ocasionar respostas imediatas de maior ou menor

intensidade na incorporação, de novas terras ao processo produtivo, isto é, o avanço da frente pioneira.

Conforme Serra (1992), citando Balhama e Westphalen, *as três fases marcadas por avanços das lavouras cafeeiras, são as seguintes:*

- a) a primeira, no Norte Velho, desde a divisa com São Paulo até o rio Tibagi, a partir do final do século XIX e início do século XX, culminando com a crise de 1929;*
- b) em seguida, no Norte Novo, do rio Tibagi, passando por Londrina até às margens do rio Ivaí, a partir de 1930, de forma lenta até o final da Segunda Guerra Mundial, acelerando posteriormente;*
- c) finalmente a terceira, do rio Ivaí ao Piquiri, no Norte Novíssimo e desde até o rio Iguaçu, no Extremo Oeste Paranaense, entre 1940 e 1960, quando se encerra o expansionismo da cafeicultura no Paraná.*

O processo de regionalização interna que recebe as designações “Norte Velho”, “Norte Novo” e “Norte Novíssimo” referem-se aos diferentes períodos em que as terras foram incorporadas com maior ou menor dinamismo à cultura cafeeira.

A partir de 1950, o café foi introduzido na região de Paranavaí. Segundo Alcântara (1987), *a expansão cafeeira rapidamente se desenvolveu na*

região, e já na década de 60, os cafezais ocupavam 64% das terras, entremeadas por pastagens.

A partir desta época, devido à superprodução de café invendável governo brasileiro ampliou consideravelmente, entre 1965-67, a política de erradicação de cafeeiros a fim de diminuir a produção nacional e adequar a oferta à demanda efetiva, segundo o acordo estabelecido pela Organização Internacional do Café.

É correto que as exigências da Organização Internacional de Café, que consistiam em redução de superprodução e fixação de cotas de exportação levaram a novas reduções de áreas cultivadas. Foi, no entanto, o número crescente de geadas (1966, 1969, 1972, 1975, 1979 e 1981) que se tornou decisivo à diminuição das plantações.

A rápida redução da área de cultivo de café entre os fins do ano 70 e princípios dos anos 80 é uma conseqüência da substituição dessas lavouras cafeeiras por culturas mais intensivas na absorção de recursos de capital e, portanto, de maior interesse dos mercados de compra e de venda.

No Noroeste do Paraná, especialmente em Paranaíba, destaca-se a tendência à formação de pastagens, após a fase do uso especulativo dos terrenos arenosos, rapidamente esgotáveis para o cultivo de café.

... a produção cafeeira foi decaindo e a pecuária foi expandindo, visto que o solo paranavaense formado pelo Arenito Caiuá, presta-se inicialmente,

logo após a derrubada das matas, excepcionalmente para café, porém, poucos anos depois, a produtividade decaiu rapidamente. Somando a incidência das geadas, a baixa dos preços e da campanha de erradicação levada a efeito pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), a passagem do ciclo cafeeiro sobre o solo de Caiuá foi rápida. (Alcântara, 1987, p. 50-51)

Em relação ao uso da terra, o café, que era o cultivo predominante nos anos 50, ainda o foi nos anos 60 e 70, perdendo sensivelmente nos anos oitenta grande parte das terras destinadas ao seu cultivo, o que também ocorreu com outros cultivos, tais como o algodão, arroz, feijão, milho, etc. Nesta substituição de culturas, as áreas de pastagens tiveram predomínio na região após os anos setenta. Já na década anterior estava implantada em Paranavaí uma campanha de conservação de solo, baseada na implantação de pastagem em substituição aos cafezais erradicados.

Na região de Paranavaí foram erradicados 296.301 hectares de café, numa clara substituição do uso do solo e como consequência houve um aumento da concentração da posse da terra e drástica redução da mão-de-obra ocupada.

A redução da mão-de-obra ocupada no campo provoca a migração rural-urbana, isto é, o deslocamento da população do campo para a cidade.

Este migrante, que foi expropriado no campo, vê-se impedido de acesso a terreno e casa de moradia e vai engrossar o contingente da população nas periferias da cidade.

A origem da maioria das famílias residentes na Vila Alta, objeto desta pesquisa, é produto desse deslocamento populacional do campo.

Quadro 1 – Área ocupada pelos dez principais produtos agrícolas de Paranaíba em Ha.

Culturas Ano	Pastagem	Café	Mandioca	Algodão	Milho	Laranja	Amora sericicultura	Feijão	Arroz sequeiro	Amendoim	Mamona
1970	66 076	17076	1 318	2 382	3 617	8	*	433	189	298	300
1975	84 556	12 600	1 344	900	2 823	1	*	600	507	230	1 080
1980	88 942	10 277	2 600	97	2 513	6	*	487	169	243	130
1985	86 997	5 850	6 000	600	1 680	41	*	*	*	*	*
1991	93 756	4 800	3 200	800	1 000		*	*	*	*	*
1996	97 382	1 800	3 100	500	1 100	129	700	250	15	30	*

Fonte: IBGE – Recenseamentos Agropecuários - 1970/75/80/85/91/96

Org. Cargnin, 2000.

(*) Dados não obtidos.

AVANÇO DA PECUÁRIA

A pecuária tem sido importante no Brasil desde os primórdios da colonização. Em viagens de 6 meses ou mais chegaram ao Brasil os primeiros casais de bovinos, eqüinos, suínos e aves. Encontrando ambiente favorável e amplo, com suas campinas, savanas e terras altas, criou e desenvolveu-se rapidamente o rebanho brasileiro, e em pouco tempo encontra-se explorações pecuárias pontilhando toda área da América Portuguesa.

A utilidade dos animais ainda é enorme e importante, porém nos primórdios da colonização eram fundamentais, pois o esforço animal tinha larga aplicação. Nesse período destaca-se três grandes contribuições da pecuária: a primeira verificou-se quando atendia às necessidades de trabalho nos engenhos de açúcar, onde havia grande consumo do esforço animal para mover as moendas; a segunda, tendo que afastar os animais das lavouras e buscar locais onde houvesse pastagens naturais, o gado ia penetrando para o interior, conquistando e ampliando o território brasileiro, para além da Linha de Tordesilhas; a terceira contribuição da pecuária está ligada à mineração. Com a descoberta do ouro o gado era utilizado no transporte de pessoas para as minas, também para o comércio em direção à costa e na alimentação da população mineira.

Os métodos de criação eram rudimentares, bastava a casa do pastor ou do proprietário ao lado das pastagens. A assistência do homem aos

animais resumia-se a uma vigilância bem simples, o resto a própria natureza resolvia.

Em função do meio, de acordo com o clima e as pastagens, distribuiu-se o rebanho brasileiro de forma típica. Assim, encontramos gado de corte em criação extensiva no extremo Norte, no Maranhão e no Piauí. No Nordeste, o bovino é menor no porte, em virtude da agressividade do meio, aí predomina o jumento e o caprino. No Centro-Sul, destaca-se o cavalo, o porco e o gado leiteiro, mais para o Sul junta-se o carneiro. Destacam-se áreas de gado de fino corte no Rio Grande do Sul e de gado leiteiro em torno dos grandes centros de população urbana.

Segundo Vesentini (1994), a criação de gado, com predominância dos bovinos, é praticado sobretudo nas grandes propriedades rurais, constituindo uma das principais atividades das áreas com mais de mil hectares de extensão. A única exceção é a pecuária leiteira, com um rebanho formado de 20.100.000 cabeças, o segundo maior do mundo, que é intensamente praticada nas pequenas propriedades. Isso se explica porque a produção de carne é bem mais valorizada que a do leite, além de ter aumentado nos últimos anos a exportação de carne bovina industrializada.

Com um rebanho bovino de 152.700.000 cabeças, o Brasil não tem uma pecuária proporcional a suas dimensões nem a sua população (Ver quadro 2).

A sua produção de rebanho bovino nacional é bastante baixa, levando-se em conta o efetivo existente. Inúmeros fatores explicam esse fato, tais como: a pequena aplicação de recursos zootécnicos, a dominância do sistema extensivo, deficiências de nutrição, baixo poder aquisitivo do mercado interno, disseminação de doenças como a febre aftosa, que dificulta a exportação.

O rebanho bovino brasileiro concentra-se no Centro-Sul do país, e os estados que possuem maiores quantidades de cabeças de gado são: Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Quadro 2 – Rebanho Bovino Brasileiro por região

(Efetivo por Cabeças*)

Regiões	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999**
NE	15 324 940	15 932 132	16 779 883	17 173 207	17 299 853	17 599 011	18 120 845	18 586 972
RO	3 188 534	3 418 755	3 677 140	3 910 945	4 055 472	4 236 547	4 481 037	4 740 433
AC	688 887	739 710	805 207	859 727	903 606	959 270	1 028 841	1 080 189
AM	659 526	683 124	715 372	736 812	748 632	766 224	792 559	811 473
RR	386 946	395 871	406 451	411 380	415 048	426 657	441 368	450 100
PA	5 459 261	5 675 579	5 967 993	6 028 099	6 033 693	6 112 793	6 188 904	6 255 837
AP	57 696	58 944	60 681	61 325	61 073	62 094	64 100	65 309
TO	4 884 090	4 960 149	5 147 038	5 164 918	5 082 328	5 035 426	5 124 036	5 183 621
NORD.	25 346 289	23 247 680	22 690 675	22 885 393	22 947 659	23 057 920	23 067 087	23 217 337
MA	4 028 339	3 823 127	3 898 335	3 970 821	4 026 069	4 098 467	4 122 679	4 161 544
PI	1 777 142	1 679 031	1 714 511	1 736 072	1 717 059	1 724 289	1 732 834	1 753 118
CE	2 643 890	2 439 276	2 145 191	2 393 396	2 371 526	2 314 043	2 254 031	2 269 310
RN	1 018 989	958 583	951 101	958 427	971 679	974 053	968 089	982 684
PB	1 496 621	1 401 884	1 374 514	1 362 709	1 346 268	1 347 669	1 336 496	1 316 754
PE	2 009 568	1 886 497	1 889 361	1 910 155	1 936 275	1 983 371	2 028 712	2 064 194
AL	976 758	943 434	946 983	952 698	963 345	970 151	970 742	978 311
SE	1 041 588	976 698	956 885	947 248	944 869	939 471	932 579	937 376
BA	10 353 741	9 139 149	8 753 794	8 653 866	8 670 568	8 706 407	8 720 926	8 754 046
SUD.	37 677 184	36 480 813	35 827 454	35 845 938	35 114 378	34 616 573	34 610 303	34 563 638
MG	21 771 191	20 586 592	19 925 590	19 943 445	19 540 160	19 262 854	19 268 885	19 167 805
ES	1 835 884	1 659 920	1 762 528	1 762 057	1 699 347	1 675 602	1 680 661	1 605 727
RJ	1 860 527	1 849 046	1 822 835	1 795 201	1 720 670	1 663 307	1 621 340	1 604 206
SP	12 209 583	12 285 254	12 316 502	12 345 235	12 154 201	12 014 810	12 039 417	12 095 900
SUL	26 232 154	26 255 636	26 236 124	26 103 328	25 575 131	25 150 091	25 167 049	25 167 172
PR	9 577 640	8 606 115	8 911 410	9 389 210	9 900 885	9 578 417	9 703 787	9 787 609
SC	3 086 189	3 115 389	3 113 608	3 105 647	3 044 311	3 026 871	3 031 466	3 020 670
RS	13 588 325	13 491 398	13 410 603	13 180 915	12 885 378	12 721 248	12 866 031	12 950 350
C. OESTE	48 543 889	49 412 879	50 235 987	50 566 940	49 501 195	48 975 722	49 311 493	49 634 106
MS	19 884 749	19 849 654	19 787 653	19 735 506	19 221 506	18 874 466	19 030 317	19 176 208
MT	11 776 158	12 644 114	13 637 220	14 302 617	14 332 265	14 658 644	14 925 397	15 137 711
GO	16 792 922	16 830 182	16 722 500	16 442 456	15 872 991	15 539 200	15 272 270	15 236 846
DF	90 060	88 929	88 614	86 361	84 433	83 412	83 509	83 341
BRASIL	153 124 456	151 329 139	151 770 123	152 574 804	150 438 216	149 399 317	150 276 778	151 169 226

Fonte: FNP Consultoria (Estimativa) * Efetivo do Rebanho em 31/12 de cada ano ** Projeção
 As informações já refletem os resultados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/1996.
 Os números referentes ao Paraná são estimativas da SEAB/DERAL.

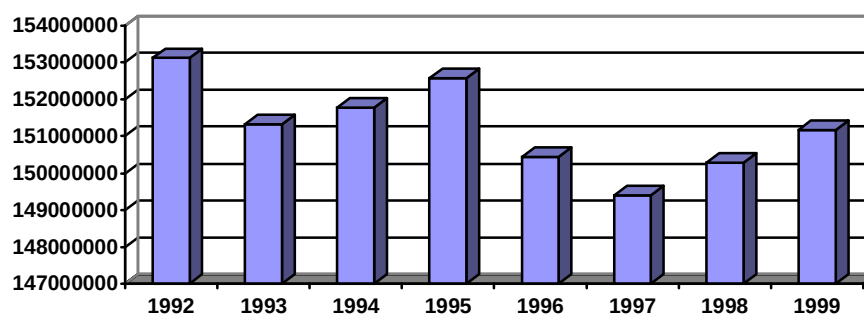


Gráfico 1 – Evolução do rebanho bovino brasileiro.

Fonte: Dados do quadro 2

O rebanho nacional vem registrando diminuição no seu efetivo a partir de 1991 (Ver gráfico 1). Esta redução, segundo SEAB-PR (Secretaria da Agricultura e Abastecimento-PR), tem como causa principal o ciclo da pecuária, que apresentou cotações baixas para fêmeas e gado de reposição em 1995 e 1996, reagindo a partir de 1997.

Quadro 3 - Rebanho pecuário – Paraná – Evolução anual das diferentes espécies – 1992 –1999

Tipo Rebanho	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999 (1)
Bovinos	8 498 877	8 606 629	8 985 063	9 389 200	9 508 012	9 578 000	9 748 000	10 000 000
Bubalinos	91 286	87 807	91 131	94 069	97 294	107 000	110 000	113 500
Suínos	3 738 365	3 780 172	4 069 722	3 929 536	3 966 321	4 091 000	4 175 000	4 300 000
Aves	84 379 159	85 713 370	103 510 292	110 893 243	131 878 391	142 428 662	145 847 054	148 000 000
Asininos	1 926	1 867	2 041	2 126	2 285	2 341	2 350	2 390
Muar	114 019	111 985	107 480	105 298	102 875	103 027	105 298	105 800
Equino	442 249	439 980	434 402	430 214	424 602	425 528	430 214	434 516
Caprino	270 274	254 033	228 423	206 456	201 640	202 147	205 706	206 500
Ovino	462 099	526 980	560 513	598 731	630 500	627 248	596 144	595 000
Coelho	77 664	62 751	53 706	45 058	42 500	41 100	42 560	43 000
Codorna	130 561	109 037	131 429	158 820	169 200	171 200	173 500	176 000
Perus	-	-	-	-	-	386 144	406 147	426 500

Fonte: SEAB/DERAL

⁽¹⁾ Estimativa

O Estado do Paraná ocupa o 7º lugar no “ranking” nacional, e seu rebanho bovino representa 6,5% do rebanho nacional.

No processo de modernização na agricultura, os investimentos beneficiaram áreas que melhor respondiam à modernização, atendendo parcialmente as regiões brasileiras, fato que não deixou de ocorrer no Paraná, onde alguns municípios foram beneficiados no processo de substituição de cultura, pois atendiam, através do cultivo da soja, as expectativas de exportação de produtos que viessem a substituir o café. As regiões estruturadas economicamente na cultura cafeeira e que dispõem de solos que não resistem à acentuada mecanização submeteram-se ao processo de pecuarização.

A saturação dos mercados e a produção de cafés inferiores tiveram por consequência, a efetivação de uma política econômica de erradicação de cafeeiros, cansados, improdutivos ou localizados em áreas impróprias para o cultivo e sua substituição por pastagens, ou a diversificação agrícola, com culturas de subsistência, sobretudo o milho, o arroz e o feijão. Política esta executada a partir de 1962, pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura–GERCA. (Balhana, et all, 1969, p. 224).

No quadro 4, evidencia-se que no período de substituição de culturas e expansão agrícola do Microrregião de Paranavaí ocorreu a redução das áreas de matas naturais em aproximadamente 63,1%, a expansão das áreas de

pastagens artificiais que, no mesmo período, entre 1970 e 1980, aumentaram aproximadamente 27% e as pastagens naturais aumentaram aproximadamente 500% percebe-se ainda, a redução de áreas de lavouras permanentes próximo de 30%, as temporárias reduzem cerca de 32% e o reflorestamento aumentos em aproximadamente 165% sua área no período. Conclui-se que neste período ocorreu um elevado aumento da área de pastagens.

Quadro 4 - Utilização da terra da Microrregião de Paranavaí –1970 - 1980

CENSO	MICRORREGIÃO DE PARANAVAÍ			
	1970		1980	
Forma de Utilização da Terra	Não° Estabel	Ha	N° Estabel	Ha
Lavouras Permanentes	15 627	172 174	10 210	120 870
Lavouras Temporárias	12 540	88 471	5824	60 574
Pastagens Naturais	233	6 794	651	33 700
Pastagens Artificiais	12 441	560 633	9 205	713 905
Matas e Florestas naturais	2 460	102 962	1 264	38 010
Matas e Florestas plantadas	400	1 407	1 278	3 717
Terras produtivas não utilizadas	1 632	21 986	603	8 755

Fonte: IBGE – Censo agropecuário – 1970 – 1980

O processo de pecuarização da Microrregião de Paranavaí, após a década de 70, ganhou espaço e atualmente possui o segundo maior rebanho bovino do Estado do Paraná, segundo informação da SEAB-PR.

O município de Paranavaí apresenta um número de bovinos por hectare muito reduzido. A Tabela 1, demonstra que na década de 70 o número de bovinos por hectare possuía uma média de 1,49 cabeça. Já em 1996, esse número caiu para 0,74 cabeça.

Tabela 1 –Evolução da área de pastagens no espaço agropecuário de Paranaíba

Ano	Nº de estabelecimentos	Total em Ha por estabelecimento	Área total em Ha de pastagens	Nº de cabeças	Nº de cabeças por Ha	% da área de pastagens
1970	1 932	112 842	66 076	98 775	1,49	58
1975	1 610	115 944	84 556	139 872	1,65	73
1980	1 164	118 506	88 942	146 560	1,64	75
1985	1 555	111 335	86 977	141 161	1,62	78
1991	*	*	93 756	121 433	1,29	82
1996	1 148	121 525	97 382	130 295	0,74	80

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1970/75/80/85/91/96.

Org. Cargnin

(*) Dados não obtidos.

Como se observa na Tabela 1, houve um aumento na área de pastagem no município de Paranaíba, entretanto, observa-se que o número de cabeças por hectare diminuiu ou manteve a densidade média do ano anterior.

Segundo o INCRA (Instituto Nacional de Cartografia e Reforma Agrária), a densidade média demonstrada em relação ao número de bovinos por hectare é muito baixa, considerada fator de improdutividade, entretanto optando pelo manejo correto, o pecuarista poderia ter em curto espaço de tempo até 10 cabeças de bovinos por alqueire. Com manejo e recuperação de pastagem adequada, de acordo com o solo, o rebanho bovino poderia aumentar em 70%.

Este processo tem como característica principal um viés excludente e concentrador, decorrente não só das características estruturais do setor, mas também do próprio caráter das políticas implementadas. Resulta, assim, que se inicia a década de 80 com uma estrutura agrária marcadamente concentrada e com as desigualdades sociais e econômicas reforçadas.

Assim, no final dos anos sessenta, as orientações da economia, indiretamente dirigidas pelo governo, preparam as partidas do setor rural do Paraná que se iniciam no começo dos anos setenta rumo a outras regiões. Com o Censo de 1980, já se pode constatar a diminuição da mão-de-obra agrícola e do número de propriedades agrícolas... dentro da classe das explorações de menos de 100 hectares. Por outro lado, na extremidade oposta da estrutura fundiária, observamos em 1980 um crescimento do número e da superfície das unidades agrícolas de mais de 100 hectares. Assistimos assim a uma retomada do latifúndio nas terras do Paraná. (Swain, 1988, p. 33).

BOI X CAFÉ

*Pra cada pé de café
agora tem um boi
minha terra tá assim
boi, boi, boi, boi. (bis)*

*O verde nos olhos dela
atçou meu coração
o riscado da viola
acordou brotos no chão.*

*E o verde fez-se lindo
é sinal de plantação. (bis)*

*Triste terra ameaçada
já nem canta o azulão
o boi fica com a terra
o homem fica sem o chão*

*E sem o verde dos olhos
só me resta a solidão. (bis)*

*Foi, Foi, Foi.
não dá pra acreditar
Onde tinha o café
está o boi a pastar. (bis)*

Letra e Música: Paulo César de Oliveira

Fonte Disco Moema: A lenda dos três morinhos- Grupo Gralha Azul.

AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA MODERNIZAÇÃO

Em todos os países em vias de industrialização, e o Brasil não foge à regra, o êxodo rural é um fenômeno típico.

A história do Brasil é fortemente marcada pelo fenômeno da migração. Cada ciclo econômico trouxe consigo um fluxo migratório, a industrialização, novo ciclo, repete a História. É a partir da década de 30 que as migrações internas passam a ser mais representativas e volumosas que a imigração. Inicia-se um fluxo migratório do campo para a cidade, que se intensifica década a década e persiste até os dias atuais.

De acordo com os censos demográficos do IBGE, a porcentagem da população rural em relação ao total da população brasileira decresceu de 69% em 1960 para 44% em 1970, 32% em 1980 e 25% em 1991.

Quadro 5 – Brasil: População residente , 1940 – 1996.

Década	População total	População Rural	População Urbana
1940	41 236 315	28 356 133	12 880 182
1950	51 944 397	33 161 506	18 782 891
1960	70 070 457	38 787 423	31 303 034
1970	93 139 037	41 054 053	52 084 984
1980	119 002 706	38 566 297	80 436 409
1991	146 825 475	35 835 485	110 990 990
1996	157 079 573	33 929 020	123 087 553

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1940 –1991 – Contagem da População, 1996.

Observa-se que até 1950, no quadro 5, a maioria da população vivia na área rural. Tratava-se, portanto, de um país predominantemente rural. Anos depois, em 1996, a situação inverteu-se, apenas 2,1% da população brasileira mora no campo, o que indica forte crescimento urbano no período.

Este extraordinário crescimento da população urbana foi consequência direta da intensa migração rural – urbana ou do esvaziamento populacional do meio rural, que ocorreu em função do crescimento industrial, bem como de transformações tecnológicas introduzidas no campo.

Por mais rápido que seja o desenvolvimento industrial, é incapaz de absorver tamanha massa humana, composta de pessoas mal preparadas para o trabalho fabril. O setor primário aflui às cidades, onde é inaproveitável. O problema da habitação se acrescenta ao do desemprego. Em São Paulo, os cortiços são pardieiros em que se amontoam as famílias mais pobres, ao passo que no Rio de Janeiro elas vão engrossar a população das favelas, esses depósitos formados de casebres heteróclitos, empoleirados no alto de morros de difícil acesso, ou erguidos ao longo de lagunas mal drenadas. Seus habitantes sobrevivem (mais mal do que bem) de trabalhos artesanais, temporários e de empregos domésticos. É brutal a ruptura entre a vida social dos campos e a da metrópole. (Monbeig, 1985, p. 50).

O êxodo rural ocorrido sem o menor planejamento acabou por gerar um quadro sócio-econômico dramático na área urbana brasileira, onde milhões de habitantes são aglomerados em favelas, cortiços e periferia da cidade, e, por falta de qualificação, não têm perspectiva de disputar um emprego industrial. Acabam marginalizados do processo econômico tradicional, tentando sobreviver através de serviços esporádicos, subemprego, tornando-se um verdadeiro “exército de reserva” de mão-de-obra.

Por outro lado, este esvaziamento do campo em massa para a cidade é a dificuldade de sobrevivência no campo. Num país marcado pela concentração fundiária e por uma política agrícola que favorece basicamente a agricultura de exploração, deixando ao abandono grande parte dos produtores que se dedicam à agricultura de subsistência, não há lugar para o pequeno.

... esta situação é decorrência da “opção” imposta pelo sistema capitalista que o país adotou com a concentração de terras e rendas nas mãos dos grandes capitais. Estes se interessam apenas pela agricultura de exportação e com a adoção de técnicas de produção mais rentáveis que só se tornam possíveis pelo fornecimento de insumos poupadores de mão-de-obra – produtos químicos e máquinas – por parte das grandes empresas multinacionais que dominam os mercados, fazendo aumentar nosso grau de dependência. (Alegre & Moro, 1986, p. 38).

Sendo assim, o baixo preço da terra e da mão-de-obra determina a penetração de capitais estrangeiros em função de certos produtos, pois a estrutura de exportação se sustenta sobre uma ampla infra-estrutura industrial e um importante mercado interno. Em síntese, a existência de terras e força de trabalho baratas exerceram atração sobre os capitais estrangeiros, que passam então a produzir no Brasil produtos agropecuários de exportação.

A expansão brasileira de exportação não se deu fundamentalmente na base de produtos tropicais, dos quais os países periféricos ainda são os maiores produtores, mas em torno de produtos como a soja, dos quais os países desenvolvidos são importantes concorrentes.

O Brasil sofre com a imposição de um modelo desenvolvimentista e todos os estados da Federação foram envolvidos nesse processo e sofrem as conseqüências. Entretanto, o Paraná na década de 1970-80, foi a unidade federativa que maiores problemas enfrentou. A população deste Estado, especialmente a que vivia no Grande Norte, área eminentemente cafeeira, foi a que mais sofreu com o processo de substituição de culturas, com a mecanização, enfim, com a modernização agrícola.

Durante praticamente 30 anos (1940-1970) o Estado do Paraná assistiu ao acelerado processo de expansão e consolidação da fronteira agrícola em extensas áreas. Em decorrência disso, expressivos fluxos migratórios foram atraídos para o Estado, realizados em parte por paulistas, mineiros e nordestinos, teve também a participação de imigrantes gaúchos e catarinenses.

A década de 1970 representou o fim desta tendência e o advento das profundas transformações modernizantes da estrutura produtiva agrícola, detonando um intenso processo de esvaziamento do campo, fazendo com que, de receptor, o Estado do Paraná, passasse a constituir uma das principais áreas repulsoras do País.

Intensas correntes migratórias deslocaram-se com destino às áreas urbanas do próprio Estado, bem como em direção aos centros urbanos do Sudeste e às zonas agrícolas pioneiras do Norte e do Centro-Oeste brasileiro. O Paraná que havia experimentado as mais altas taxas demográficas no período anterior, foi o Estado que contribuiu com a maior parcela de emigrantes da Região Sul nos anos 70, destacando-se como a Unidade da Federação de menor crescimento populacional do país.

O Paraná, que oferecia aos migrantes dos anos quarenta e cinquenta condições favoráveis para a aquisição de terras e uma eventual prosperidade econômica, com seus programas de colonização bem definidos e organizados, transforma-se a partir dos anos sessenta. As mudanças no perfil da produção agrícola, dirigidas pelo governo (erradicação do café), transformam as relações de trabalho e implantam a mecanização nos setores mais dinâmicos. A estrutura agrária do Paraná, caracterizada pela presença do pequeno proprietário, transforma-se, de região de acolhida, em zona de expulsão, criadora de fluxos migratórios (Swain, 1988, p. 19).

Em pouco tempo o café que ocupava grandes áreas de produção foi substituído pela soja, planta fácil de se cultivar e inteiramente mecanizada, recebendo vantagens fiscais e apoio do governo.

Conforme Swain (1988), as verbas do governo para produção de soja passaram de 3% em 1969 a 17% em 1975. A superfície do cultivo de soja no Paraná passa de 5.643 hectares em 1960 para 3.007.741 hectares em 1980. Esse desenvolvimento produz uma inversão culturas- permanentes/ culturas – temporárias.

Em relação à utilização dos fatores terra e capital, a soja é um produto ideal, pois garante alta taxa de rentabilidade aos investimentos. Do ponto de vista de mão-de-obra, sua expansão é negativa. Por ser totalmente mecanizada é geradora de desemprego, êxodo rural e empobrecimento das pequenas propriedades.

*O Norte e Noroeste do Paraná eram, até por volta de 1970, uma das regiões melhor estruturadas do país em termos de malha fundiária e uso da terra. Área predominantemente cafeeira abrigava numerosa população. Problemas relacionados a mercado e mais problemas climáticos afetaram a cultura do café servindo de pretexto para a expansão da soja, largamente incentivada pelo poder central que, **presumido** pela crise econômica, encontrava neste produto, um substituto para o café na pauta das exportações (Alegre & Moro, 1986, p. 39).*

Essa mudança na pauta dos produtos, isto é, a substituição de cafezais por soja e pastagens, no bojo do processo de transformação na base técnica de produção, levou à liberação de expressivo contingente de mão-de-obra, formado especialmente por trabalhadores ligados à propriedade sob a forma de colonato e parceria, dando origem às condições de expansão do sistema assalariado como relação de trabalho predominante, provocando grandes transformações no campo e refletindo-se na evolução da população do Estado. A taxa de crescimento da população, sistematicamente acima da brasileira nas décadas anteriores, caiu de forma brusca nos anos 70, devido à redução da população rural.

Na verdade, a migração constitui a face mais dolorosa da modernização agrícola, ocorrendo de forma caótica, sem qualquer apoio dos governos estadual e federal, isto é, sem qualquer política de reassentamento dos migrantes e sem política de emprego e habitação para aqueles que se deslocaram para as zonas urbanas, no Paraná ou em outros estados.

O Paraná apresentou uma perda da população rural e um acelerado crescimento urbano, isto significou a transição de uma sociedade rural para uma sociedade basicamente urbana.

Como demonstra a Tabela 2, a taxa de crescimento anual da população total sofreu uma queda acentuada de 7% . Na década de cinquenta para 1%, na de setenta, por outro lado, a população rural registrou uma variação anual negativa, passando de 4.425 mil pessoas em 1970 para 3.157 mil em 1980. Na década de oitenta o Estado apresentou um índice migratório de 0,5, o que pode ser

tomado como um indicador da magnitude das transformações ocorridas no mundo rural.

Na década de noventa, o Estado do Paraná apresentou um crescimento na população total, mas manteve o crescimento populacional urbano.

TABELA 2 - Paraná: população residente e taxa geométrica anual, por situação de domicílio e taxa de urbanização.

Ano	População Urbana	Taxa de cresc. (%)	População Rural	Taxa de cresc. (%)	População Total	Taxa de cresc. (%)	Taxa de urbanização. (%)
1950	528 288	-	1 587 259	-	2 115 547	-	25,0
1960	1 310 969	9,1	2 952 752	(6,2)	4 268 239	7,0	30,6
1970	2 504 378	6,5	4 425 490	(4,0)	6 929 868	4,8	36,1
1980	4 472 561	5,8	3 156 831	(3,4)	7 629 392	1,0	58,6
1991	6 197 953	3,6	2 250 760	(3,7)	8 448 713	1,1	73,3
1996	7 011 990	2,8	1 991 814	(4,5)	9 003 804	1,0	77,8
2000	7 782 005	0,9	1 776 121	(1,1)	9 558 126	0,9	88,4

Fonte: IBGE - Censo Demográfico – 1950/60/70/80/91.

IBGE.- Contagem da População – 1996.

IBGE - Dados Preliminares – 2000.

Assim, observa-se que entre 1970 e 80 a população urbana salta de 36,1% para 58,6% na proporção total. Quanto à década de 1990, o aumento do grau de urbanização foi de 15,2%. Os ritmos de urbanização e esvaziamento do campo ocorreram em todo o Brasil, inclusive no Paraná, mas ambos os processos foram muito mais acelerados no Paraná.

O intenso grau de urbanização das cidades paranaense gera graves problemas sociais, entre eles, destacam-se:

... a sobrecarga de habitantes levou ao inchamento das cidades provocando o crescimento horizontal desordenado da malha urbana. Muitos loteamentos, boa parte clandestinos, foram lançados por especuladores imobiliários, tendo em vista a “necessidade” de atender de imediato o novo “mercado de compras” de lotes. (Serra, 1991, p. 161).

As áreas de atração aos poucos deixam de se restringir a grandes e médios centros urbanos. A complexidade e a diversificação de suas funções, valorizando heterogeneamente o solo, induzem à concentração espacial, passando a incluir seus centros periféricos como prolongamentos da expansão da ocupação urbana e algumas vezes até da localização da atividade econômica, sempre numa relação de exclusão, à medida que novas áreas são alcançadas por essa valorização.

Sendo assim, tais aglomerações são um misto de oportunidades e carências. Ao lado de importantes estruturas econômicas e de serviços, caracterizam-nas a desorganização da ocupação do espaço urbano e a constituição de áreas de extrema pobreza, provocadas pela incapacidade ou pela falta de prioridade das instituições públicas em responder adequadamente à demanda por serviços e infra-estrutura, ampliado pelo afluxo populacional.

Assim, a urbanização no Estado do Paraná, impulsionada pelos efeitos da presença e do deslocamento da fronteira agrícola, consolida-se agora pela atratividade decorrente das vantagens locais das principais áreas de concentração urbana e econômica. Os fluxos populacionais de origem rural vão incorporando progressivamente novas áreas, e essas áreas não conseguem viabilizar um dinamismo que garanta as condições para a retenção desta população, pois encontram-se desconectadas dos fluxos econômicos e especialmente do interesse político, com a desvantagem de não contarem com o poder de pressão, confirmando os extremos da seletividade e da exclusão.

De acordo com os estudos, na atualidade, a sociedade está cada vez mais urbanizada, diversos fatores de ordem conjuntural, estrutural e circunstancial contribuíram para esse fenômeno, no entanto, o mais significativo tem sido o êxodo rural.

O processo de esvaziamento do campo foi muito intenso, provocando desarticulação nas pequenas cidades que não conseguiram absorvê-lo, como é o caso de Paranavaí, localizada no Noroeste do Paraná, onde a substituição da cafeicultura, seu principal produto até a década de 60/70, pelo gado ocasionou a intensa migração rural.

Na década de 60, com a decadência a cafeicultura e implantação da pecuária a população da região diminuiu. O Censo de 1970 acusou uma redução de 10,1% ou seja, 57.387 habitantes em Paranavaí, dos quais 68,5% na zona urbana e 31,5% na zona rural. Este fato se explica também, devido à redução da superfície para 1.190,552 quilômetros quadrados, em razão da criação de novos municípios desmembrados de Paranavaí. Fato notável ocorreu com a reversão da população urbana e rural, em relação ao Censo de 1960, registrando uma verdadeira evasão rural, que contribuiu para uma já intensa urbanização de Paranavaí (Alcântara, 1987, p. 49).

No período de 1960/70 houve uma redução da população e também da população rural, expulsa pelas profundas transformações ocorridas na estrutura fundiária e formas de utilização da terra nesse período. A população urbana, pelo contrário, aumenta significativamente nesse período. A Tabela 3 demonstra ainda que na década de 80 essas últimas características vão se acentuar,

retratando um aumento constante da população urbana e, redução da população rural. A década de 90, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, confirma o êxodo rural, mesmo com o aumento da população total. No Censo 2000, os dados preliminares apontaram um aumento na população rural em relação à população urbana de 0,2%, provavelmente pelo reassentamento de famílias na zona rural, devido ao Programa Vila Rural, num total de 153 famílias, perfazendo aproximadamente 600 pessoas.

TABELA 3 - Evolução da População e Área de Paranavaí.

Censo	Total de habitantes	Zona Urbana	% Zona Urbana	Zona Rural	% Zona Rural	Quilômetros Quadrados
1950	25 520	1 874	7,3	23 646	92,7	8 000 686
1960	63 189	25 028	39,6	38 161	60,4	1 290 459
1970	57 387	39 309	68,5	18 078	31,5	1 190 552
1980	65 290	54 666	87,7	10 624	16,3	1 190 552
1991	71 173	64 482	91,0	6 691	9,0	1 190 552
1996	72 972	67 834	93,0	5 138	7,0	1 190 552
2000	75 663	70 245	92,8	5 418	7,2	1 190 552

Fonte: IBGE - Censo Demográfico – 1950/60/70/80/91.

IBGE.- Contagem da População – 1996.

IBGE - Dados Preliminares – 2000.

Conforme a Tabela 3, observa-se a redução da área do município de 8.000, 686 quilômetros quadrados em 1950, para 1.190,552 quilômetros quadrados em 1970, devido ao desmembramento da área maior em diversos novos municípios, 14 neste período (Ver figura 3).

O êxodo rural com destino urbano, nos anos 70, foi dirigido às cidades, consideradas centros regionais. Exemplo, Paranavaí, pólo do Noroeste do

Paraná. Com a migração para a sede do município, o desenvolvimento urbano seletivo, determinado pela dotação funcional diferenciada, que podia se observar antes de 1970, foi substituído por um êxodo rural generalizado. Neste processo, devido à reduzida ou esgotada capacidade de absorção de mão-de-obra, ocorreu a formação de áreas marginais suburbanas de classes sociais com pouco poder aquisitivo.

Diante disso, em termos sazonais, é extremamente aumentada a mobilidade da população rural, assim como os vaivéns diários dos trabalhadores dos bairros residenciais suburbanos para os locais de trabalho, que variam freqüentemente. Muitas vezes são dependentes de agentes de trabalho (gatos) e com pagamento extremamente baixo, fatores estes que ocasionam graves problemas sociais.

Em consequência, dos fatores acima referidos, encontra-se em Paranaíba a Vila Alta, bairro periférico, que chama a atenção para o trabalho de pesquisa que será analisado no próximo capítulo (Ver figura 7).

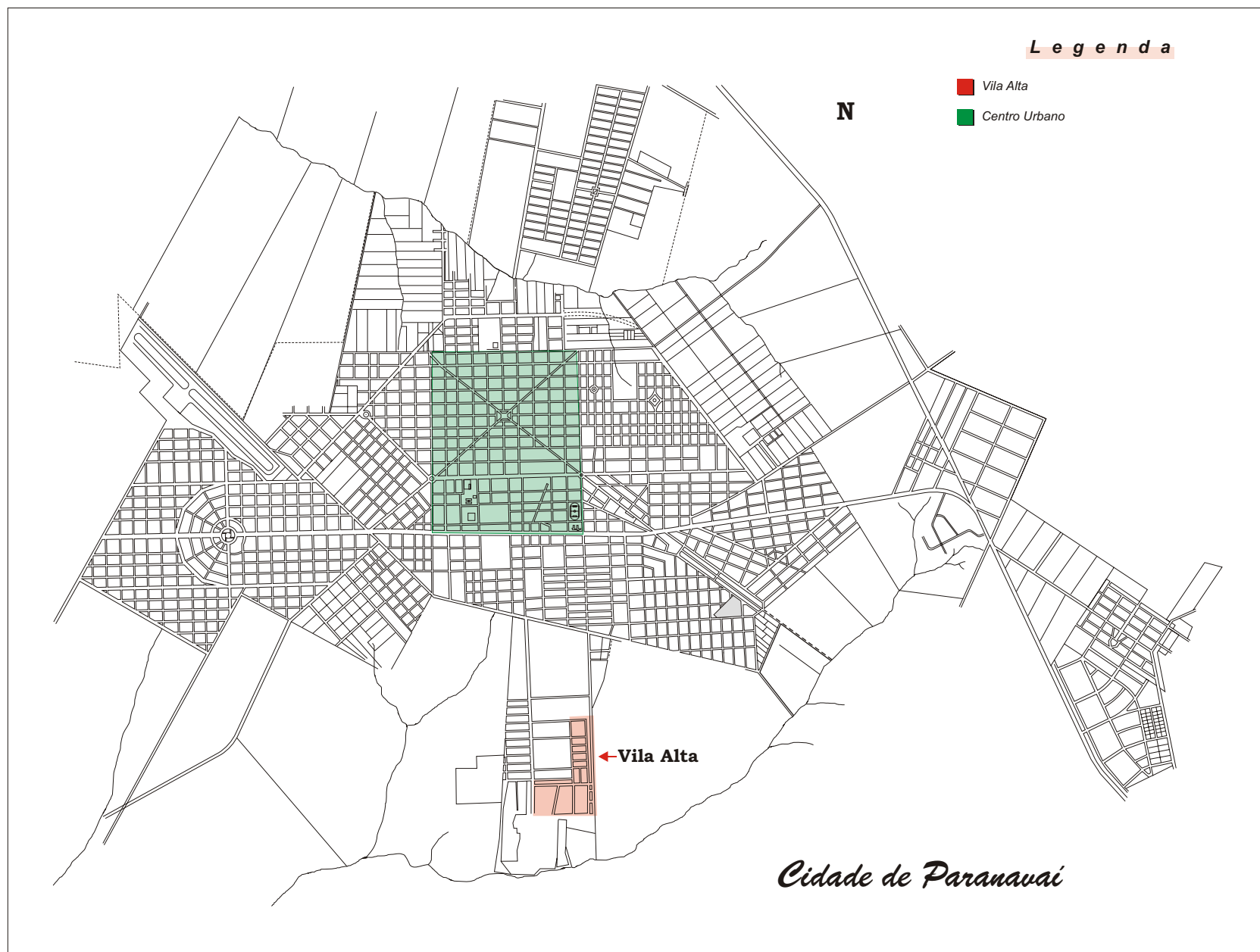


FIGURA 07 - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO PERIMETRO URBANO E LOCALIZAÇÃO PERIFÉRICA DA VILA ALTA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ

Fonte: Prefeitura Municipal de Paranavaí
Org.: Cargnin (2000)

CAPÍTULO III

VILA ALTA: A CONCENTRAÇÃO DA MISÉRIA URBANA EM PARANAVAÍ

AS VILAS E A EXPANSÃO FORÇADA DO ESPAÇO URBANO

O intenso processo de urbanização, após a Segunda Guerra Mundial, transformou o espaço geográfico brasileiro, sob a égide da Revolução Técnico-científico. A organização e a paisagem que marcaram o período anterior a essa Revolução, quando o país ainda apresentava uma economia essencialmente agrária e um meio eminente natural, sofreram uma profunda transformação.

O processo de urbanização ocorre quando as migrações rural-urbana aumentam e a população das cidades cresce de forma desproporcional em relação à população do campo. Este processo foi acelerado com a modernização da agricultura, a partir de meados da década de 60 e, sobretudo durante 1970.

“Urbanização” é um termo amplamente usado no Brasil em um sentido técnico para designar o planejamento e a construção dos elementos físicos de uma cidade, tais como ruas alinhadas, praças e parques, pavimentação e calçadas, escoamento pluvial e sistema de esgotos, bem como abastecimento de água e sistema de iluminação.

A urbanização brasileira trouxe várias conseqüências, mas o processo de periferização foi a mais grave delas. O surgimento da periferia deu-se com uma intensa migração rumo às cidades industrializadas. Em duas décadas, 20 milhões de pessoas dirigiram-se para essas cidades em busca de conforto e

oportunidade que imaginavam que poderia desfrutar. Foi um dos processos mais caóticos já visto no mundo. Em 1970, a população urbana superou a rural.

A proliferação de cidades no território brasileiro fez surgir uma rede urbana bastante densa e heterogênea em todas as regiões. Ao mesmo tempo, registrou-se uma concentração progressiva da população em cidades cada vez maiores.

O processo de urbanização é um fato mundial, condicionado pela disseminação da economia de mercado e pela divisão do trabalho cada vez mais intensa que a acompanha. Portanto, quanto maior e mais extensa se torna a divisão do trabalho, mais intenso e complexo se torna o processo de urbanização.

Nessa trajetória, a economia urbana subordina e transforma a economia rural, integrando a agricultura às necessidades do mercado urbano. O setor industrial e financeiro assume o comando do movimento de produção da riqueza, gerando empregos no meio urbano e suprimindo empregos no meio rural. A agropecuária é modernizada substituindo o trabalho humano pela tecnologia e liberando mão-de-obra para as cidades.

O fluxo de migrantes das zonas rurais em direção às cidades deu origem a uma série de graves problemas para os quais a sociedade brasileira não se acha ainda devidamente preparada. Esses migrantes provêm das faixas da população menos apta do ponto de vista cultural, educacional e político para a vida nos grandes centros urbanos ou mesmo para as cidades menores.

O processo de urbanização brasileira apoiou-se essencialmente no êxodo rural, formando uma superpopulação relativa no campo, isto é, a força de trabalho excedente que perdeu os meios de sobrevivência no campo.

... a concentração de população nas cidades implica o aumento da proporção daqueles que se acham subordinados ao capital, quer real (exército da ativa) quer formalmente (exército industrial de reserva), visto que nas cidades a prática da “ economia natural” torna-se mais difícil (Gonçalves, 1996, p. 151).

O grande número de sub empregados e desempregados constitui, portanto, um volumoso exército de reserva para as empresas capitalistas que pode ser aproveitado em períodos de expansão econômica, contribuindo para manter baixos níveis salariais pelo excesso de força de trabalho.

Dessa forma, a urbanização brasileira decorre do capitalismo dependente e de uma industrialização tardia, mas que em termos de geração de empregos diretos ou indiretos apresentou um comportamento excepcional durante o período de 1950 a 80. Mesmo assim, a oferta de mão-de-obra na cidade sempre superou a criação de empregos urbano-industriais, e esta mão-de-obra excedente que se apresenta nas cidades termina no setor terciário marginal, tendo uma produtividade mínima e uma sobrevivência precária. Isto pode ser explicado de

forma bastante simples: as altas taxas de migração urbana, junto com taxas elevadas de crescimento vegetativo, acabam por gerar uma força de trabalho muito superior à capacidade de criação de empregos.

... a cidade oferece mais possibilidade de existência “ marginal” do que o campo. Assistiu assim ao afluxo dos camponeses famélicos sem que o seu desenvolvimento econômico tivesse engendrado a criação de empregos... as marcas de camponeses desenraizados acumulam-se nas maiores cidades, nas capitais dos Estados, porque só esses centros urbanos lhe oferecem possibilidade de uma existência marginal (George, 1991, p. 75)

Todas as cidades apresentam problemas econômicos específicos, todas elas sofrem de graves desequilíbrios que se exprimem na paisagem urbana por marcas de degradação, através da presença de zonas de habitat espontâneos (favelas, cortiços e periferias...).

No Brasil, observa-se atualmente diversas manifestações de pobreza em diferentes estilos. Existem os moradores de rua, as favelas, muitas delas localizadas nas regiões mais centrais das grandes cidades. Diferentes da periferia, as favelas possuem ônibus na porta, escolas, hospitais e até mesmo opção de lazer nos fins de semana, exemplo disso é a favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

Mas a vida é muito mais difícil na periferia. Geograficamente, a periferia é a parte mais externa da cidade, mais distante do centro. Socialmente, a periferia está localizada na parte mais distante do aparelho do Estado. Percebemos a proximidade da periferia quando os *outdoors*, o comércio tradicional, as avenidas largas vão ficando para trás e vão surgindo à frente ruas cada vez mais estreitas, casas grudadas umas às outras.

Sendo assim, as cidades difundem-se sócio-espacialmente de maneira desigual, provocando rearranjos, produzindo novas localizações, usos e significados, que muitas vezes passam pela desagregação de padrões antigos de uso ou funções e pela produção seletiva de um novo espaço, com uma tendência à modernização da cidade. Contudo, contrariando esta realidade, condiciona fatores de diversificação ou de diferenciação não apenas espaciais, mas também sociais. Morar ou não na periferia, ter ou não um emprego de destaque são elementos de peso na definição da diferenciação e reprodução social.

A cidade passa da forma cada vez mais acentuada a ser produzida, apropriada de maneira fragmentada, através de mecanismos de expropriação e privilégios que, por sua vez, garantem a reprodução diferenciada do espaço urbano. Nesse processo geram-se novas expectativas que serão ou não realizadas de acordo com a condição de classe de cada indivíduo, interferindo nas formas de ocupação do espaço urbano e definindo as contradições no interior das cidades.

A distribuição espacial da população, no quadro de crescimento caótico, reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do

espaço a segregação que impera no âmbito das relações econômicas. Sobretudo nas últimas décadas, as cidades expandiram-se e surgiram bairros periféricos que alojam a população trabalhadora..

A população que agora se amontoa nas cidades está cada vez mais impelida a buscar alternativas de sobrevivência no setor terciário informal, atrasado ou de subemprego.

Em relação às áreas residenciais no processo de organização espacial das cidades, encontram-se bairros habitados por uma população com salários regulares e bem remunerados, estes bairros dispõem de uma boa infraestrutura e serviços adequados.

Ao contrário destes bairros, outros são habitados por uma população de baixo nível de renda, que vive em favelas dispersas, em conjuntos habitacionais ou em casas auto construídas em horários de lazer e de repouso e de forma precária. A maior parte desses bairros localiza-se em áreas que não possuem infra – estrutura e serviços e, em muitos casos, em áreas ou terrenos ilegais.

Sendo assim, a separação entre as pessoas se acelera e se generaliza. Esta separação inscreve-se no espaço e no tempo.

...no espaço, com a formação de zonas - urbanas, periféricas e rurais – esvaziadas de qualquer cobertura do direito. Passam a conviver regimes societários diferentes, muitas vezes próximos geograficamente entre si, o

que induz a uma dupla forma de ação do Estado, uma nas “áreas civilizadas” , que se restringem, outra nas “áreas selvagens”, que se expandem.

...no tempo: a desigualdade de oportunidades – especialmente no acesso à alimentação básica, à saúde, à educação e ao lazer – segrega cruelmente as crianças e faz com que os filhos dos pobres de hoje tenham probabilidade altíssima de serem os pobres de amanhã (Benjamin, et all. 1998, p. 15).

Portanto, a distribuição espacial da população, num quadro de crescimento caótico, reflete a condição social dos habitantes das cidades, espelhando em nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas.

Com a ocupação espacial e o processo desordenado de expansão urbana, o setor imobiliário apropriou-se de imensas áreas próximas do centro da cidade à espera de valorização, enquanto as zonas mais distantes, sem qualquer infra – estrutura, foram abertas para a aquisição da classe pobre.

O governo federal brasileiro nos anos 70 criou um banco, o BNH (Banco Nacional de Habitação), para financiar projetos habitacionais. Os Estados criaram as COHABS (Cooperativas Habitacionais Brasileiras), para executá-los e as prefeituras contribuíram com a abertura de loteamentos, doando terras públicas municipais para execução dos projetos. Durante muitos anos. A construção de casas populares fazia parte dos discursos dos políticos. Pensavam que tinham encontrado a solução para a falta de moradia para as populações que

chegavam às cidades vindas das áreas rurais, mas na realidade, não se falava que empurrando milhares de pessoas para as periferias, outros problemas mais sérios estavam surgindo.

Muitos bairros surgiram, mas sem serem servidos dos meios de transporte, de posto médico, ausência de lazer e de escolas, desta forma o impacto social criado pela transferência dessas populações para as periferias das cidades foi brutal e dramático.

Como o crescimento urbano no Brasil foi desordenado, sem planejamento e com uma velocidade superior à capacidade das autoridades em contê-lo, gerou problemas sociais que agora refletem o aumento da miserabilidade desta população residente nas periferias.

Outro dado importante a ser analisado é que um novo loteamento nunca é feito em continuidade imediata ao anterior, ao contrário, entre este e o último deixa-se uma área vazia sem lotear a espera de que o Poder Público crie a infra-estrutura no loteamento, este espaço vazio imediatamente será valorizado.

O processo de retenção de terrenos à espera de valorização leva ao surgimento de bairros cada vez mais distantes, provocando a expansão forçada do espaço urbano.

... a valorização de áreas centrais, com alguns indicadores de investimentos e renovação, e a ampliação rápida, esgarçada e desequipada das periferias. Elas surgem pela incorporação ao uso urbano de áreas rurais desativadas num

contexto de promoção fundiária ágil, vinculada ao capital excedente, sobretudo de atividade do comércio (Schaffer, 1997, p. 154).

O processo de expulsão é intenso quando a área é rapidamente valorizada, atraindo infra – estrutura, cujo custo está fora do alcance dos moradores mais pobres, forçando com isso sua transferência para as áreas de periferia como prolongamento da expansão da ocupação urbana e algumas vezes, até da localização da atividade econômica, sempre numa relação de exclusão à medida que novas áreas são alçadas por essa valorização.

A periferia sempre foi um lugar tremendamente ameaçador para seus moradores. Quem acharia razoável viver numa região que reúne praticamente todos os defeitos que uma cidade pode ter? As ruas não tem calçamento e se alagam quando chove. Os bairros não possuem hospital nem dentistas. Em boa parte das casas, a água encanada e o esgoto são obtidos apenas com ligação clandestina - de forma que, em muitos casos, os detritos correm a céu aberto. (Revista Veja, 2001, p.89).

TABELA 4 - O Contraste: Centros das grandes cidades e as regiões mais pobres*.

	CENTRO	PERIFERIA
Número de homicídios por grupos de 100 000 habitantes	14, em média	Até 150
Total de moradores desempregados (%)	5	18
Casas atendidas por sistema de esgoto (%)	70	30
Moradia abastecidas com água encanada (%)	100, tudo oficial	70, a maioria com ligações clandestinas
Residências com energia elétrica (%)	100	90
Taxa de analfabetismo (%)	3	20
Renda per capita anual	R\$ 15 300	R\$ 2 600
Leitos hospitalares por grupos de 100 000 habitantes	530	180
Tempo gasto para ir de casa ao trabalho	40 min	2 horas
Largura das ruas	6 metros	2 metros
Com que frequência vai ao dentista	a cada 6 meses	a cada 6 anos
Carro	Vectra	Brasília
Total de conhecidos assassinados	1	20
Brinquedo da moda das crianças	patinete	pipa ou papagaio
Atividade esportiva	musculação	futebol
Porção do salário gasto com alimentação (%)	15	30
Refrigerante mais consumido	Coca-cola	Tubáinas
Casas pintadas (%)	100	10
Frequência com que o caminhão de lixo passa na rua	1 dia	4 dias
Total de dias com falta de água no último mês	nenhum	7 dias
Eletrodoméstico mais caro	computador	geladeira
Valor do imóvel	R\$ 80 000	R\$ 3 000

Fonte: Revista Veja, 2001, p. 87.

* Médias estimadas em oito capitais.

Assim, a periferização é um misto de carências, caracterizada pela desorganização da ocupação do espaço urbano e a constituição de áreas de extrema pobreza, provocada pela incapacidade ou pela falta de prioridade das

instituições públicas em responder adequadamente à demanda por serviços e infra – estrutura, ampliada pelo afluxo populacional.

TABELA 5 - Evolução do índice de urbanização no Brasil.

ANO	POP. TOTAL	POP. URBANA	IND. DE URBANIZAÇÃO %
1940	41 326 000	10 891 000	26,35
1950	51 944 000	18 783 000	36,16
1960	70 944 000	31 956 000	45,52
1970	93 139 000	52 905 000	56,80
1980	119 099 000	82 013 000	68,86
1991	150 400 000	115 700 000	77,13
1996	157 079 573	123 087 553	78,35
2000	169 544 443	137 697 439	81,21

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1940/50/60/70/80/91.

IBGE - Contagem de População, 1996.

IBGE – Dados Preliminares, 2000.

Como se observa, em 1940 somente 26% da população brasileira vivia nas cidades, em 1980 o índice atingiu os 68%. Nesses 40 anos a população brasileira cresceu extraordinariamente, em especial a urbana.

Entre 1960 e 1980 a população vivendo nas cidades aumenta em cerca de 50 milhões de pessoas, o que quase correspondia à população total do país em 1950. Entre 1970 e 1980 tem-se a população urbana comparável à população urbana total de 1960. Na década de 1980, registra-se um incremento demográfico total de 26%, a população urbana aumenta mais de 40%, com 30 milhões de pessoas a mais. Entre 1980 a 1991 a população urbana aumenta em

33.600 mil habitantes, correspondendo a um total de 77%, e em 2000 um total de 81,21%.

O processo de urbanização brasileira, no entanto, é o único sob certos aspectos.

Todas as nações que enfrentam o problema convivem com um, dois ou três casos de expansão da periferia. No Brasil esse fenômeno pode ser constatado em quase cinquenta cidades. Isso acontece porque, no bloco dos países mais pobres com grande população, nenhum possui a taxa de urbanização brasileira, hoje a cima de 80%. (Revista Veja, 2001, p.88-9).

O espaço geográfico correspondente ao Município de Paranavaí, está ligado a um forte fluxo migratório que ocorreu no Norte e Noroeste do Estado do Paraná na década de 50.

Conforme argumenta Milton Santos (1997), toda atividade produtiva dos homens implica numa ação sobre a superfície terrestre, numa criação de novas formas, de tal modo que “Viver; para o homem é produzir espaço”. Assim sendo, o “Espaço Geográfico” é a base da vida social e sua organização funciona como reflexo das atividades econômicas.

Dentro deste enfoque, o processo de urbanização ocorrido em Paranavaí é analisado evidenciando-se as fases de ocupação e suas conseqüências.

PROCESSO HISTÓRICO DA URBANIZAÇÃO DE PARANAVAÍ

A cidade de Paranavaí teve seu primeiro Núcleo Urbano situado na sede do Distrito Montoya, hoje Fazenda Experimental do Estado. Este Distrito contava com infra-estrutura própria, tendo em vista transformar-se em um centro que polarizasse a área colonizada pela Braviaco⁵.

Porém, com o cancelamento do contrato com a Braviaco em 1930, essas terras reverteram ao patrimônio do Estado e o Núcleo já existente em Montoya declinou. Muitas casas foram incendiadas, culturas arrasadas e a população evadiu-se.

Portanto, essa área esteve durante 10 anos praticamente abandonada à disposição de aventureiros.

Após 1939 iniciou-se a recolonização, com a área ocupada a partir da demarcação da primeira rua.

A escolha do local para reiniciar a urbanização estava associada ao atendimento às necessidades básicas para fixar grupos humanos – água abundante proveniente das nascentes próximas.

As terras anteriormente ocupadas por Montoya permaneceram como reserva do Estado, numa extensão que abrange a nascente do Ribeirão Suruquá ao Nordeste, até as proximidades do Jardim São Jorge, a Sudoeste. Esta

⁵ O processo Histórico de Paranavaí está relatado no Capítulo I.

área recebeu a denominação de “60 alqueires”, e parte dela é o objeto de estudo desta pesquisa.

Na década de 50, tem início a proliferação dos loteamentos. A maior expansão da malha urbana deu-se na década de 60. Com a concentração fundiária a intensificação da pecuária e com a crise do café, a Região deixou de atrair colonizadores, mas a cidade de Paranavaí ainda sentiu um aumento em seu efeito populacional, gerado pelo êxodo rural, ocasionando maior ocupação dos loteamentos já existentes e dos espaços vazios.

Surtem loteamentos de formas e tamanhos variados, que pela falta de critérios em relação ao planejamento global proporcionaram ao traçado urbano de Paranavaí uma aparência de “Colcha de Retalhos”.

A região Noroeste na década de 80 se consolida como área de repulsão populacional. Portanto, Paranavaí também se ressentiu com intensa migração, permanecendo praticamente estagnada, (Ver Tabela 3).

Na década de 90, confirma-se a migração rural-urbana e o município de Paranavaí apresenta um crescimento populacional de 1,2%.

É importante destacar que durante o processo de ocupação e urbanização de Paranavaí os espaços foram produzidos sem que houvesse preocupação com a harmonia desta organização, necessitando, atualmente, redimensionar e traçar novas metas para futuras expansões, visando o bem comum e não apenas interesses especulativos de alguns.

VILA ALTA

As transformações ocorridas no campo, na década de 1960, e o conseqüente êxodo rural geraram a expansão forçada no processo de urbanização de Paranavaí, criando bairros populacionais na periferia da cidade. Entre eles, o aglomerado populacional denominado Vila Alta, anteriormente conhecido como “Vila do Sossego”, que se iniciou através de um processo de favelização. (Ver Figura 8).

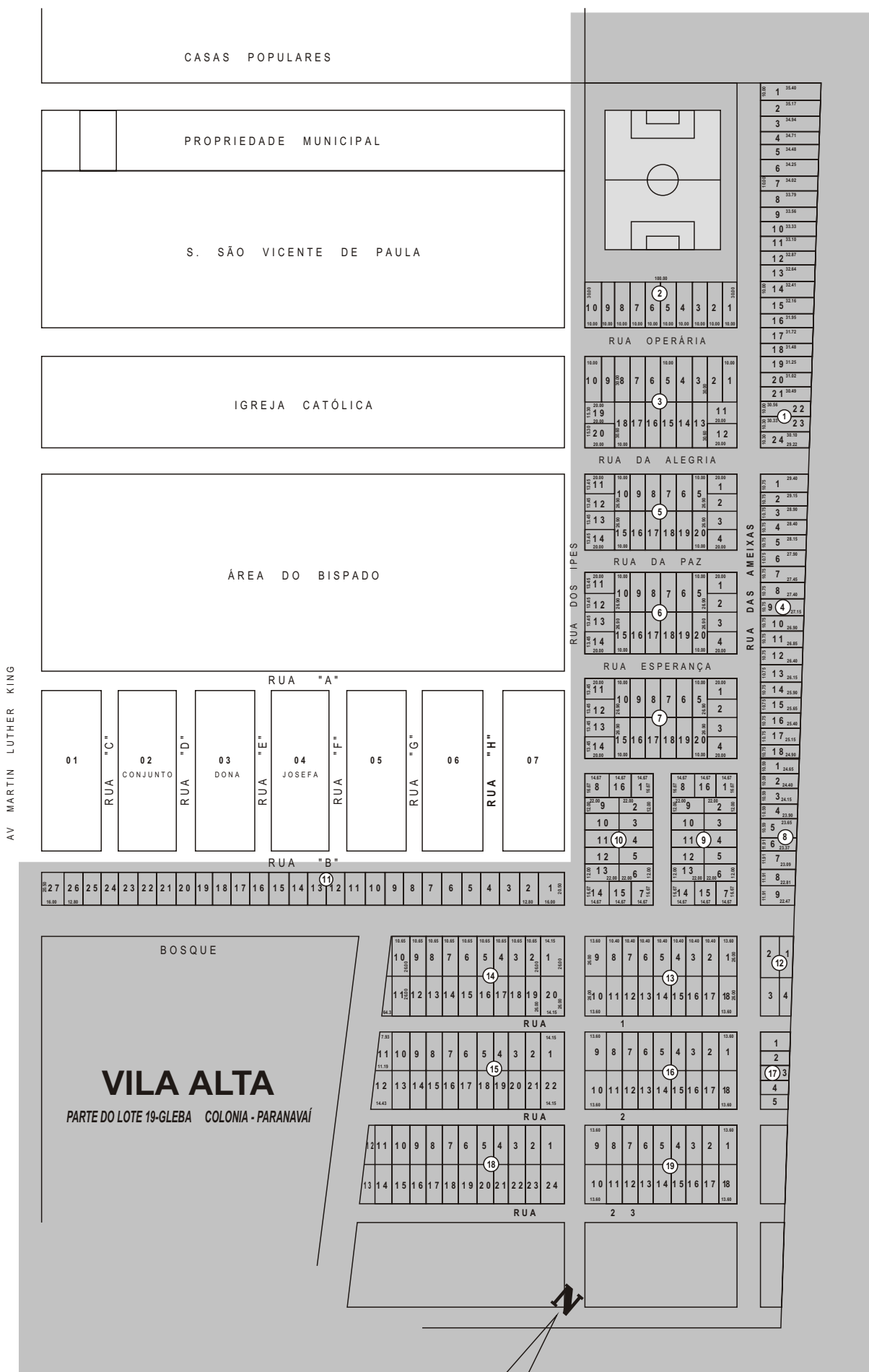


FIGURA 08 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA VILA ALTA

Tal bairro não conhece rede de supermercados, farmácia, muito menos mercadinhos ou lojas de quinquilharias, pois estes estabelecimentos não atraem os comerciantes para se instalarem no local, devido às condições socioeconômicas dos moradores e também devido à falta de segurança.

A maioria das casas são erguidas pelos próprios moradores e têm em média 30 a 50 metros de construção.



Vila Alta: localização periférica na cidade de Paranavaí. **(Foto: Cargnin, 2000)**

A foto representa bem a localização geográfica periférica da Vila Alta, pois ao fundo já se percebe a área rural da cidade.

ORIGEM DA VILA ALTA

A área ocupada pela Vila Alta está inserida na área conhecida como “60 Alqueires”. Segundo o depoimento do Cartorário Nézio Noronha Dias a área (Gleba) denominada “60 Alqueires” era, na realidade, parte da Colônia Paranavaí, situada no perímetro urbano. Essa área corresponde a 1 milhão 430 mil m² ou 143 hectares. Inicialmente, foi titulada em nome de Rogério Machado, agricultor que residia em Curitiba, por Título de Domínio Pleno em 22 de dezembro de 1959.

No mesmo mês, no dia 30 de dezembro de 1959, Rogério Machado transferiu esta área por compra e venda em favor de Ana Maria Pereira, lavradora residente nesta cidade, cuja Escritura foi registrada no mesmo Ofício Registral também em 30 de dezembro de 1959. Ana Maria Pereira por sua vez, através de compra e venda na data de 14 de março de 1960, transferiu o imóvel em questão a favor de Afonso Valentim Sguissardi.

Finalmente, em 23 de fevereiro de 1961, o referido imóvel foi desapropriado por sentença de 26 de dezembro de 1960 a favor do Município de Paranavaí, que assim tornou-se titular único do domínio da área conhecida por “60 Alqueires”. Esse título a favor do Município de Paranavaí consta no Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Paranavaí.

Até 1976, quando da implantação da Lei dos Registros Públicos nº 6015, de 31 de dezembro de 1973, com as Corrigendas da Lei nº 6216 de 30 de

junho de 1975, o Município de Paranavaí havia feito várias alienações de Lotes desmembrados da área titulada, sem contudo elaborar projeto desses parcelamentos, já que até ali tal fato não era obrigatório.

A partir da vigência da nova Lei foi vedado ao Município a alienação de qualquer outro imóvel dentro da área, sem que apresentado fosse planta do imóvel, na qual deveria o município locar as áreas até então parceladas de forma a permitir as futuras vendas ou doações.

A atuação do Município criou problemas e situação anômala a partir de 1976. O Governo Municipal, de forma irregular, implantou o loteamento popular, alienou áreas às entidades de cunho social e filantrópica e, sem que tivesse força para comprovar a localização dos imóveis por ele dispostos para assentamento de pessoas de pouca renda, houve uma facilitação às invasões populares, inclusive nas áreas adjacentes, o que ocasionou a deturpação da idéia inicial do Município quanto aos limites do loteamento.

Tal estado de coisa, aliado ao fato de não ser possível acesso ao Registro de Imóvel antes que o Município regularizasse a questão fundiária da área dos “60 Alqueires”, fez com que a Administração Municipal da época contratasse serviços profissionais alheios aos quadros funcionais, no sentido de levantar a totalidade da área desapropriada, implantando assim o parcelamento de forma a definir as áreas municipais existentes e aquelas que o Município já havia alienado.

A regularização referida ocorreu em 7 de julho de 2000, resultando de tudo a fixação do remanescente ainda de prosperidade do Município e a disposição de sistema viário implantado na área, no qual, evidentemente, inclui-se a área de estudo, a Vila Alta.

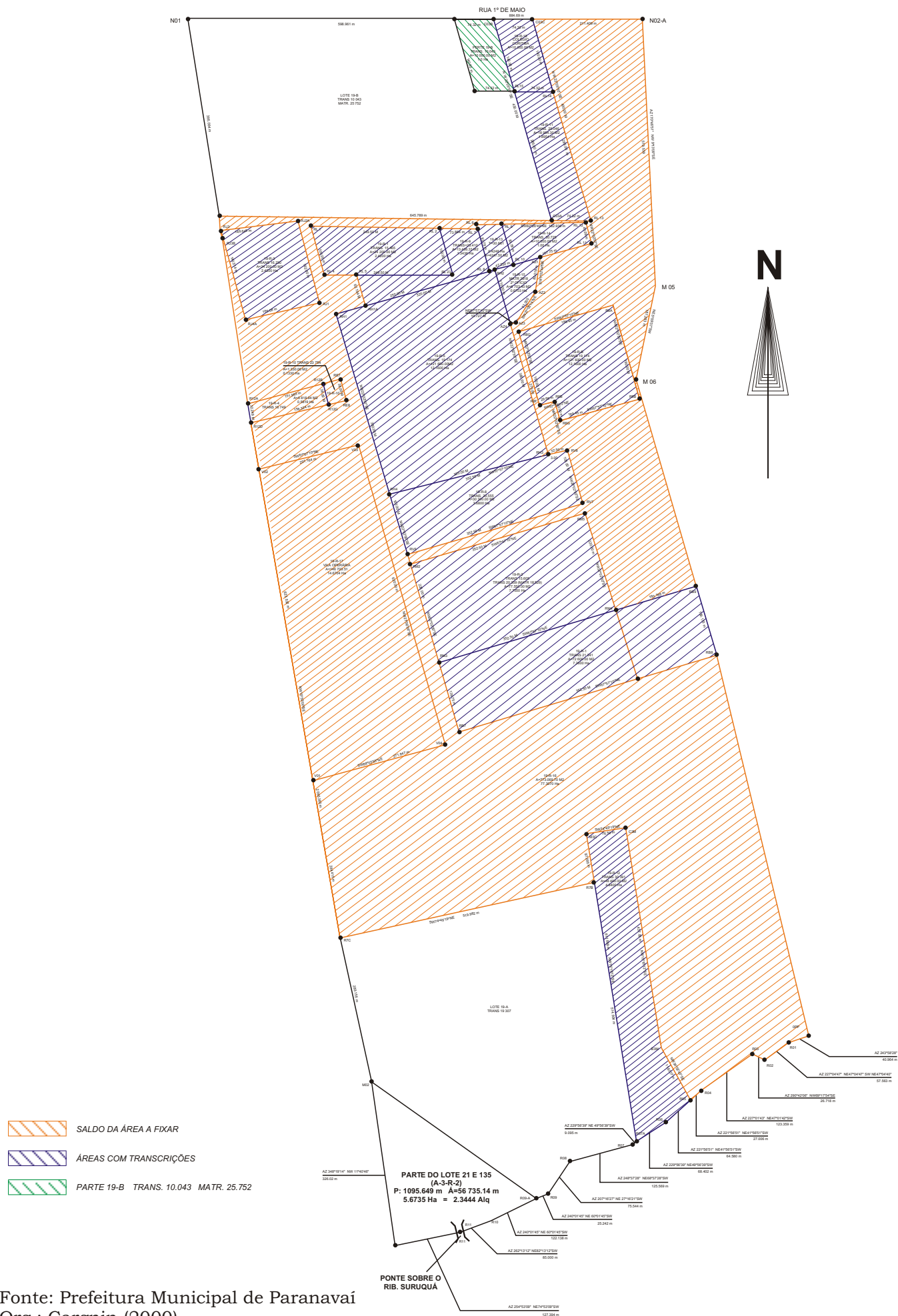


FIGURA 09 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS LOTES DA ÁREA "60 ALQUEIRES"

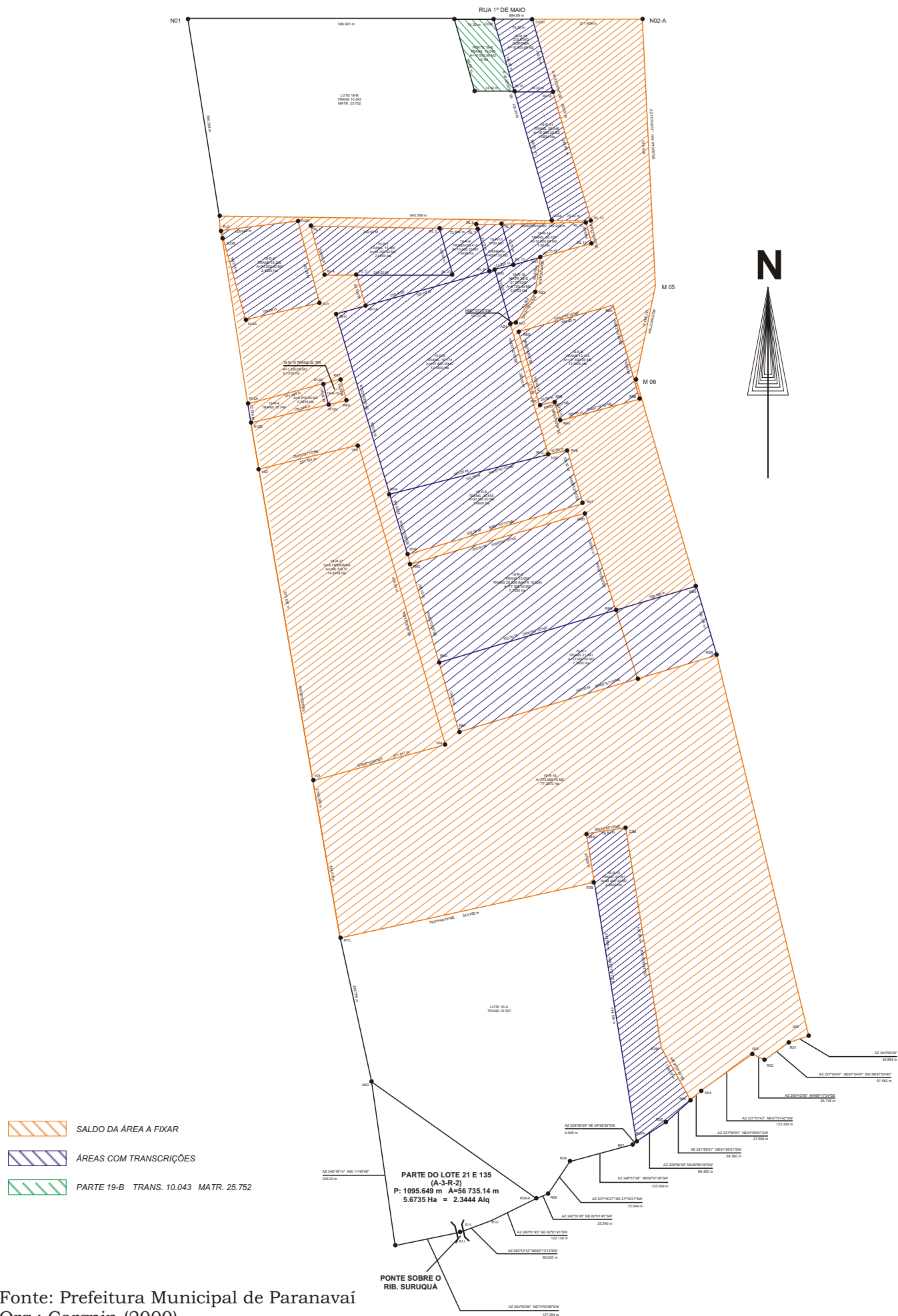


FIGURA 09 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS LOTES DA ÁREA "60 ALQUEIRES"

QUADRO 6: Situação do parcelamento da área de 60 Alqueires.

LOTE	SUBDIVISÃO	SITUAÇÃO	ÁREA
91-R-17	19-R	Área da Vila Operária;	146.703,51 m ²
19-R-16-A	19-R	Sobra existente pertencente ao município de Paranavaí, entre o Jardim André Luiz e Jardim Montoya;	2.655,25 m ²
19-R-16-B	19-R	Área existente entre o Asilo de Velhos Lins de Vasconcelos e Casa da Criança, de propriedade do Município;	4.633,59 m ²
19-R-16-C	19-R	Área Municipal;	99, 941,11 m ²
19-R-16-D	19-R	Área Municipal correspondente a uma sobra existente entre o Jardim Montoya e Lote 21 - Fazenda Simone;	251, 9 ³ m ²
19-R-16-E	19-R	Associação Evangélica;	4.265,77 m ²
19-R-16-F	19-R	Tiro de Guerra;	24.728,69 m ²
19-R-16-G	19-R	Quadra 9 - Vila Operária;	10.996,97 m ²
19-R-16-I	19-R	Parte do Hospital Psiquiátrico (atualmente o CECAP);	6.553,68 m ²
19-R-16-J	19-R	Caixa D'água;	1.184,00 m ²
19-R-16-L	19-R		1.202,50 m ²
19-R-16-M	19-R		65.529,85 m ²
19-R-16-N	19-R		10.326,19 m ²
19-R-16-O	19-R		204.165,86 m ²
19-R-16-P	19-R	Parte do Bosque Municipal e parte da Área Industrial I.	153.713,77 m ²
19-R-16-H	19-R	Destinado a compor parte do Sistema Viário;	2.427,44 m ²
19-R-16-Q	19-R	Destinado a implantação parte do Sistema Viário;	169.567,884 m ²
Área Total			1.430.000,000 m ²
Vendas			521.152,001 m ²
Remanescente			908.847,999 m ²

Fonte: 2º Ofício de Registro – Imóvel de Transição nº 9.377.

Imobiliária da Comarca de Paranavaí.

Org: Cargnin, 2000

À área da Vila Alta corresponde parte do imóvel 19R- 16M, 19R- 16N, 19R- 160 e parte do lote 19R-7.

O Projeto de loteamento da Vila Alta, agora viabilizado pela Regularização Fundiária da “Área 60 alqueires”, acha-se em processo de implantação nos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Paranaíba.

Em síntese, a ocupação destas terras constituiu forma de ampliação forçada do perímetro urbano do município de Paranaíba e a conseqüente exigência de infra-estrutura necessária à melhoria das condições de vida dos moradores da Vila Alta.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MORADORES DA VILA ALTA.

O lugar é a base da reprodução da vida, as relações dos indivíduos se exprimem todos os dias no modo de uso, do lugar ele é passível de ser sentido, pensado e apropriado.

As novas formas urbanas e os modos de apropriação do lugar podem ser explicados pelas transformações que ocorreram durante o espaço-

tempo, o lugar se define como identidade histórica que liga o homem ao local, onde processa a vida, é uma construção social e uma apropriação do espaço.

Durante a pesquisa na Vila Alta foram contatadas 318 famílias, num total de 1281 pessoas residentes, com o objetivo de conhecer o perfil socioeconômico e cultural da população residente nesta Vila. Buscou-se, também, identificar as causas da não incorporação da Vila Alta ao processo de urbanização da cidade de Paranavaí.

Quanto ao procedimento de trabalho, para alcançar os objetivos propostos, foi realizada coleta de dados de campo, através de aplicação de questionário, visitas e entrevistas, dados do Censo do IBGE, Registros Cartoriais e registros da Prefeitura Municipal de Paranavaí.

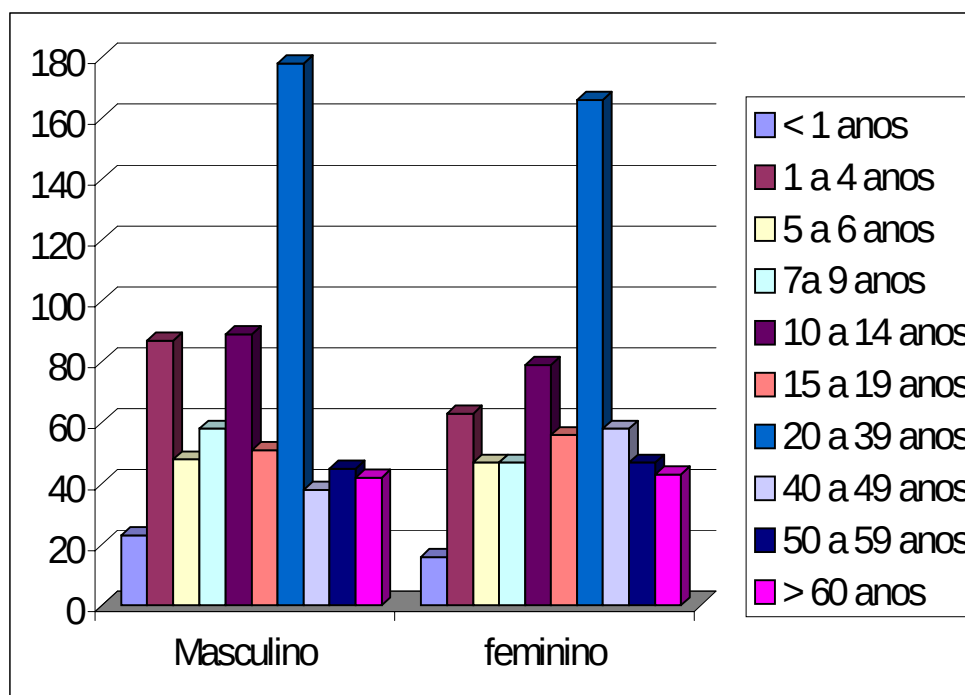


GRÁFICO 2 – Distribuição dos moradores da Vila Alta, por faixa etária e sexo. Org. Cargnin, 2000.

No conjunto das pessoas entrevistadas destaca-se 51,4% do sexo masculino e 48,6% do sexo feminino, assim distribuídos por faixa etária: 3% até 1 ano de idade, de 1 a 4 anos, encontram-se 12%; de 5 a 6 anos, 7,5%, de 7 a 9 anos, 8,3%; de 20 a 39 anos, 27%, de 40 a 49 anos, 7,4%, de 50 a 59 anos, 7,0% e acima de 60 anos, 6,6%.

Observa-se que na faixa etária de 1 a 14 anos aparece uma população de 557 crianças. Por outro lado, a população economicamente ativa na faixa etária de 15 a 59 anos é constituída por 639 pessoas. Acima de 60 anos encontram-se 85 pessoas e destas, 60 são aposentadas.

Como se observa, o Gráfico 2 chama atenção para o número de criança que moram na Vila Alta. Essas crianças vivem em condições precárias, passam a maior parte do tempo descalças, mal vestidas, expostas ao risco de contrair doenças.



Médico da família: atendimento aos moradores da Vila Alta. (**Foto:** Cargnin, 2000).

A maioria dessas crianças permanece sob os cuidados dos avós, parentes, dos irmãos mais velhos ou sozinhas, enquanto suas mães saem para o trabalho, tentando contribuir para o aumento da renda familiar.

Uma outra constatação é que essas crianças não participam de qualquer lazer próprio de sua idade, pois o bairro não possui nenhuma área de lazer própria para isso, normalmente ficam na rua, em grupos, sem nenhum acompanhante responsável, como demonstra a foto seguinte.



Opção de lazer infantil: grupo de crianças brincando numa das ruas da Vila. (Foto: Carginin, 2000)

Durante a pesquisa constatou-se casos em que numa mesma família existe mais de uma criança com pais diferentes, criadas pela mãe ou parentes, ocasionando problemas emocionais e afastando os menores da família, ficando expostos à influência de pessoas estranhas.

Para melhor ilustrar a situação das crianças da Vila Alta, em entrevista com o Médico da família⁶, atendente dos moradores da Vila Alta, eis o que ele ressalta:

existe bastante crianças que vivem com os avós ou parentes. Vou dar só um exemplo da situação familiar de muitas famílias, eu tenho uma paciente que se chama Andréa, ela tem 3 filhos, um com cada pai. No Fórum consta o processo da situação dessas crianças. Para a mãe

⁶ O Dr. Marcelo Sperandio, 28 anos, Clínico Geral, é o Médico da Família, que atende a população da Vila Alta, juntamente com 3 Agentes. Ele trabalha há 3 anos e meio com esta população com visitas diárias, devido ao conhecimento que ele possui em relação aos moradores da Vila Alta, fez com que sua entrevista fosse valorizada durante a pesquisa, a entrevista foi realizada no mês de outubro/2000.

receber uma pensão ou benefício de custo, ela entrou com um processo contra o pai da primeira criança, o cara morreu; ela arrumou outro filho com outro homem, logo em seguida ele foi assassinado, já que era um delinquente e depois arrumou o terceiro filho e este sumiu e ela diz que ficou sabendo que ele morreu num acidente de carro. Isso é o que ela conta, difícil de acreditar. Tem crianças que não têm lar fixo, vivem em períodos diferentes em casas de parentes. Recebo muita queixa de mães que bebem e que maltratam os filhos. Mas é complicado, o pessoal ali é difícil e não são casos isolados, são vários.

Dentre as 1 281 pessoas ouvidas, foram encontradas 189 ou 14,7% fora da idade escolar obrigatória por Lei. Dentro deste item, muitas não são assistidas por creches ou por pré-escola, já que para freqüentar a creche mais próxima, que é a do CAIC (Centro de Atendimento Integral a Criança), é necessário que a mãe apresente um documento comprovando que trabalha fora, mesmo assim, o número de vagas não é suficiente para atender toda a população infantil da Vila Alta e dos bairros próximos.

Como muitas mães não possuem condições de comprovar seu trabalho, já que muitas são bóias-frias ou empregadas domésticas, são obrigadas a sair para o trabalho deixando seus filhos sozinhos e sem nenhum cuidado, essas crianças ficam pela rua ou com vizinhos sem receberem cuidados especiais para melhorar sua educação.

Durante a pesquisa, a Prefeitura Municipal estava construindo a creche que vai atender 90 crianças, especialmente os moradores da Vila Alta e do

Conjunto Habitacional D. Josefa, que é um Conjunto Habitacional vizinho à Vila Alta.



Construção da creche, para atender as crianças da Vila Alta. (**Foto:** Cargnin, 2000).

O médico Sperandio fala da importância do atendimento com acompanhamento profissional para essas crianças. “o ideal seria que todas as crianças pudessem ter um local para ficar, já que muitas ficam pela rua, muitos pais não trabalham e ficam em casa brigando, se embriagando, e essas crianças vão observando toda essa situação e para mudá-la depois será muito difícil, já que é neste ambiente que ela está crescendo e sendo ‘educada’.”

Quando se fala em educação ou escolaridade, percebe-se que o perfil dos moradores da Vila Ata está assim distribuído:

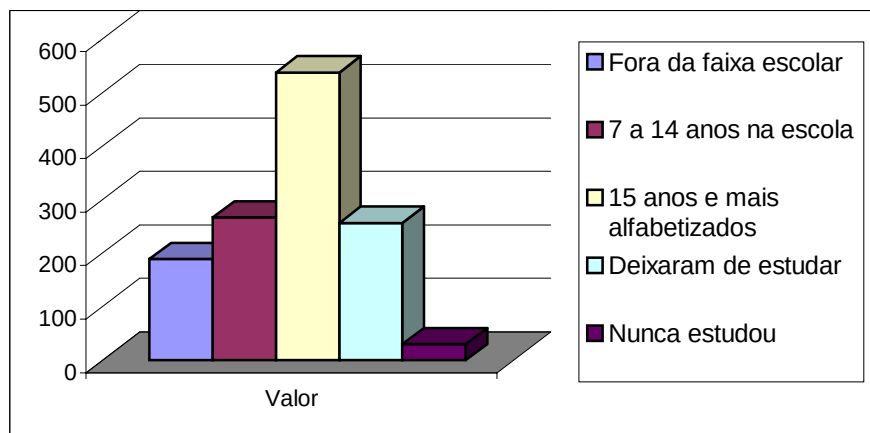


Gráfico 3 - Índice de escolaridade dos moradores da Vila Alta.

Fonte: Levantamento de dados de campo,
Org. Cargnin, 2000

Em idade escolar obrigatória, isto é, de 7 a 14 anos, aparecem 267 crianças que freqüentam a escola, correspondendo a 20,8% da população total. Nesta faixa etária, muitas delas, durante o ano letivo, acabam abandonando a escola, por falta de acompanhamento da família e dos órgãos competentes. Muitos também deixam de ir à escola devido à falta de atrativo ou por perceberem uma reprova antecipada.

Na faixa de 15 anos e demais pessoas alfabetizadas encontram-se 538 indivíduos, ou seja, 42% da população total. Muitos estudam no período noturno, são alunos-trabalhadores que vivem durante todos os anos de sua formação uma dupla jornada de trabalho: uma assalariada e outra de 3 a 4 horas de estudo, deve-se considerar ainda o tempo de locomoção casa-empresa-casa-escola-casa. A compatibilidade entre as duas jornadas é tanto mais difícil quanto mais a exploração de trabalho se acentua em períodos de crise, arrocho salarial e recessão. Isso é válido para os que não ingressam na escola, para os que a ela têm acesso com um ou vários anos de atraso, para os que vão se invadindo ou sendo

reprovados no curso dos anos escolares. Sendo assim, dos entrevistados, 257 pessoas deixaram de estudar e 30 nunca estudaram.

Dentre os alfabetizados e os que “deixaram de estudar”, quando questionados sobre os motivos que os levaram a abandonar a escola, a maioria declarou a necessidade de trabalhar para colaborar com o sustento da família. Entre as mulheres, além da necessidade de trabalhar, alegaram não poder deixar seus filhos sozinhos.

Dos que declararam que “nunca estudaram” estão os mais idosos, colocando a distância onde moravam anteriormente e a escola como obstáculo principal.

A partir do momento que fez-se o levantamento do perfil educacional, torna-se mais fácil explicar a questão da baixa qualificação profissional dos moradores da Vila Alta.

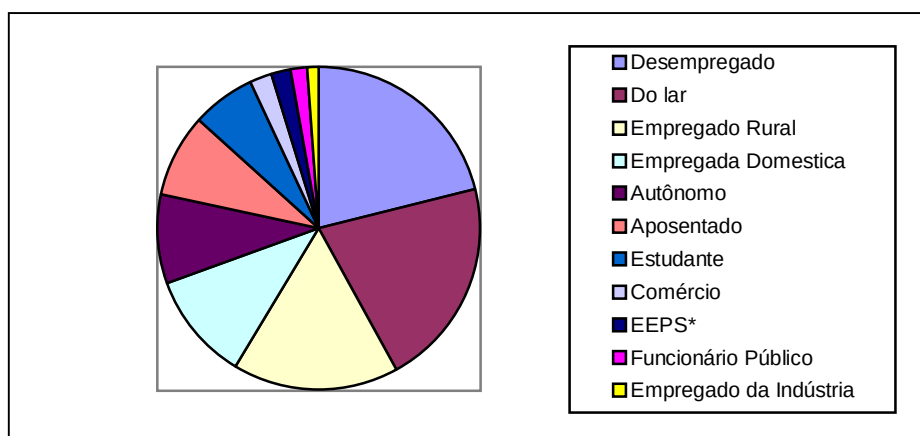


Gráfico 4 – Ocupação principal dos moradores da Vila Alta.

* EEPS – Empregados em Empresas de Prestação de Serviço.

Fonte: Levantamento de dados de campo
Org. Cargnin, 2000.

Levou-se em conta para o estudo da ocupação profissional a faixa etária dos maiores de 15 anos.

Assim como em todas as cidades brasileiras, os moradores da Vila Alta também sofrem com a falta de emprego, muitas vezes ocasionada pela falta de estudo e, principalmente, pela pouca qualificação profissional.

Como demonstra o Gráfico 4, encontram-se 152 pessoas desempregadas que vivem de favor em casas de parentes ou de empregos temporários, correspondendo a 20,9% dos moradores, tendo como causa principal a pouca qualificação, o que se torna um obstáculo para competir no mercado de trabalho.

Segundo Sperandio:

A falta de qualificação existe e é clara, isso não dá para negar, a mão-de-obra deles é operária mesmo, aqui em Paranaíba assim como no Brasil o desemprego é geral. Mas na Vila Alta existem projetos, até das próprias irmãs Carmelitas para montar cooperativas, mas eles não procuram, e é um negócio que é falado, divulgado, mas eles não fazem questão de participar, ficam esperando “cair do céu”.

Os aposentados em número de 61 representam 8,4%. Entre os aposentados muitos deles fazem “bicos” para reforçar o orçamento familiar.

Em atividade como autônomo encontraram-se 65 pessoas, 8,9% do total. Nesta atividade autônoma foram consideradas pessoas que trabalham com artesanato, fazem bico, carroceiros, catadores de papel, consertadores de

cadeira, jardineiros, pintores, sorveteiros, vendedores ambulantes, vendedores de salgados e viajantes, que vivem em condições precárias, pois não possuem uma remuneração fixa.

No comércio encontram-se 15 pessoas empregadas num total de 2,0% nesta atividade. Aparecem secretárias, serviços gerais em escritórios, supermercados, tapeceiros, etc..., nesta faixa a maioria é registrada, possuindo uma renda fixa, o que garante um planejamento econômico familiar.

Trabalhando em residências particulares, aparecem 78 pessoas, como empregadas domésticas, diaristas, babás, correspondendo a 10,7% da população referida. Muitas destas são casadas e têm que conciliar os afazeres domésticos à sua profissão, além de deixarem seus filhos em creches ou sozinhos durante seu expediente de trabalho.

Do total encontram-se 121 empregados na zona rural, correspondendo a 16, 7%, inclui-se nessa atividade “bóia-fria”, fazedor de cerca, peão e tratorista. É na atividade agrícola temporária que se encontram os maiores índices de pessoas empregadas, dependendo de períodos de safras. Estão sujeitas a interpéries e sofrem com o agenciamento de serviços, pois estão sob a dependência do “gato”. Geralmente, os “gatos”gerenciadores de serviços procuram os trabalhadores volantes já conhecidos, dificultando a participação de novos trabalhadores.

Acima de 15 anos foram identificadas 46 pessoas que somente estudam. Entre eles, 2 que fazem parte do Projeto Estadual Formando Cidadão, projeto este que objetiva prestar assistência e acompanhamento a meninos em

situação de rua na faixa etária de 07 a 17 anos, com capacidade de atendimento para 20 crianças e adolescentes, com atividades esportivas, horta, reforço escolar, marcenaria, pintura e música. Funciona no sistema de contra-turno escolar no Batalhão da Polícia Militar.

Como empregados na indústria aparecem 8 pessoas, 1,1% dos pesquisados. Essas pessoas trabalham em farinheiras, frigoríficos, marcenarias e indústrias em geral e possuem direitos trabalhistas, como por exemplo, carteira profissional.

Dentre as mulheres acima de 15 anos, 151 dedicam-se exclusivamente ao lar, num total de 20,8%. Muitas delas não têm com quem deixar seus filhos, impedindo-as de trabalharem fora, outras pela dificuldade de conseguir um serviço por falta de qualificação profissional.

Na atividade como funcionário público aparecem 13 pessoas, sendo 2 funcionários públicos estaduais e 11 municipais, representando 1,7% . Nesta atividade, a maioria presta serviços braçais que exigem pouca qualificação profissional.

Os empregados em empresas de prestação de serviços são em 14 pessoas, ou seja, 1,9% das pessoas pesquisadas. Nesta atividade estão incluídos enfermeiros, ensacadores, funileiros e trabalhadores encarregados de limpeza em empresa.

Conclui-se, então, que a maioria dos trabalhadores da Vila Alta exerce atividades que exigem pouca qualificação profissional e que qualificam-se

como subemprego, com salários baixos, ocasionando péssimas condições residências destas famílias.

As características das residências da Vila Alta, assim como em toda periferia de qualquer cidade brasileira, pode ser verificada no tamanho, na localização, na conservação, no acabamento, nas ruas, na existência ou não de infra-estrutura. Num mesmo espaço e ao mesmo tempo, a segregação espacial é visível até mesmo para observadores menos atentos.

Desde as mansões até os cortiços e favelas a diversidade é muito grande. Esta diversidade deve-se a uma produção diferenciada das cidades e refere-se à capacidade diferente de pagar dos possíveis compradores, tanto pela casa/terreno, quanto pelos equipamentos e serviços coletivos (Rodrigues, 1997, p, 12).

Aqueles que dispõem de uma boa renda podem morar em áreas servidas de equipamentos coletivos, com certo grau de conforto. Já os que não possuem uma determinada renda ou salário, enfim, os que não podem pagar pela casa/terreno, vivem em arremedos de cidades, nas áreas periféricas urbanas ou nas áreas centrais ditas “deterioradas”.

A possibilidade de acesso à moradia, (...), está subordinada ao nível salarial. Ao discutirmos o desenvolvimento do capitalismo monopolista, vimos como a troca desigual apóia-se no fato de que os trabalhadores de todo o mundo capitalista recebem salários diferentes

para produzir riquezas de mesmo valor. De fato, nós sabemos que o trabalhador que recebe o piso salarial nacional, não consegue sequer alimentar devidamente sua família, o que dizer de ter acesso a uma moradia, pela compra ou aluguel do imóvel (Sposito, 1996, p. 73).

Os moradores que menos podem pagar pela moradia vão residir em locais distantes, onde têm que percorrer longas distâncias, gastar mais em transporte-tempo e lutar pelo direito de morar pelo menos dignamente.

A pobreza urbana reflete-se, espacialmente na formação de vastas periferias carentes de saneamento básico, transporte, iluminação ou arruamento regular e ainda na expansão da população que habita as favelas e cortiços (Magnoli & Araújo, 1997, p.73).

De acordo com o levantamento realizado nos 318 domicílios da Vila Alta, foi encontrada a seguinte situação: 261 casas próprias, 11 alugadas e 46 cedidas.

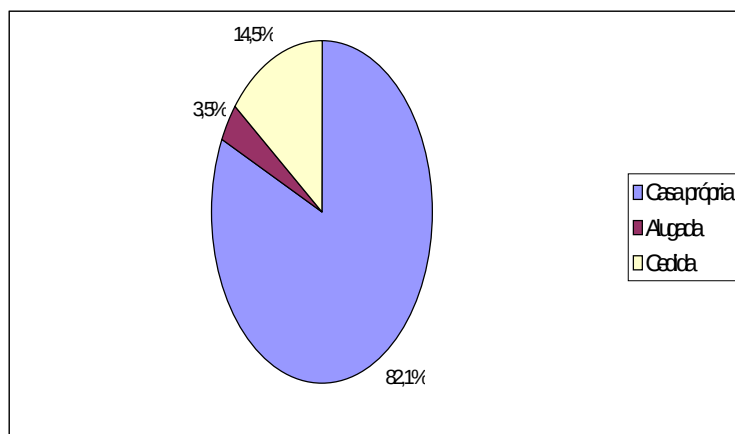


Gráfico 5 – Condição dos domicílios das moradias da Vila Alta.

Fonte: Levantamento de dados de campo
Org. Cargnin, 2000.

Na área onde estão localizadas estas casas, como já foi mencionado, o terreno não pertence ao morador, pois os mesmos estão em fase de legalização, só depende dos moradores procurarem pelo Cartório de Imóveis e regularizem sua situação. Em contato com alguns moradores, eles explicam os motivos de não terem procurado o Cartório para legalizar seus lotes. A falta de condições de pagar o Registro de Imóvel e também que, se o fizerem, vão ter que pagar os tributos municipais de moradia, como o IPTU. Isto demonstra a falta de conhecimento dos mesmos, pois existe uma Lei Municipal que isenta a carga tributária. Esta carga tributária leva em consideração a faixa salarial, aposentados, o tipo e tamanho da residência. Por se tratar de uma Vila onde a maioria dos moradores enquadra-se dentro do perfil com baixos salários, aposentados, com residências de pequeno porte, ficariam isentos dos tributos. É interessante observar que a situação de propriedade de terra continua irregularidade. A área foi

ocupada ilegalmente, mas os moradores consideram o terreno como sua propriedade particular, outros alugam ou cedem a terceiros para ocupar e garantir a propriedade no ato da legalização. Em conversa com o cartorário Nezio Noronha Dias, ele ressalta “que no levantamento e regulamentação dos lotes levou-se em conta a pessoa que estava residindo no lote, portanto, a documentação já está em nome destes moradores ocupantes”.

As características dos barracos, construídos de madeira, sucatas, lonas, vem se modificando por madeirit ou por blocos. As ruas, mesmo com traçados irregulares, permitem a passagem de veículos. Estas mudanças estão vinculadas à urbanização, bem como a alguns serviços, como água, luz e coleta de lixo, que já foram introduzidos no local.

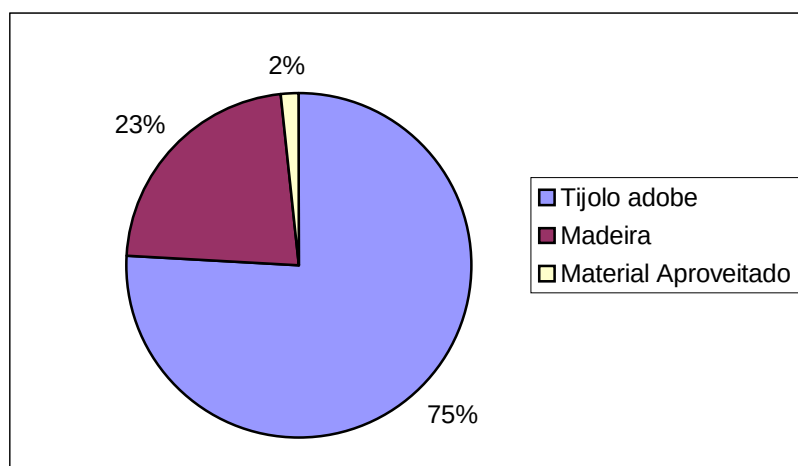


Gráfico 6 – Tipos de materiais utilizados na construção das casas.

Fonte: Levantamento de dados de campo
Org. Cargnin, 2000.

As casas da Vila Alta têm as seguintes características: 241 casas ou 75,8% com tijolo adobe, isto é, pequeno bloco semelhante ao tijolo, preparado

com argila crua, seca ao sol e que também é feito misturado com palha para se tornar mais resistente, este tipo de material é de custo menor, o que facilita sua aquisição pelos moradores para a construção de sua moradia.



Exemplo de casa construída de tijolos adobes na Vila Alta. **(Foto: Cargnin, 2000)**

De madeira encontram-se 72 casas, correspondendo a 22,64% do total visitado, a maioria delas está em estado precário, sem pintura, com madeiras velhas, com muitos buracos na parede e com pouca ventilação.



Exemplo de moradia construída com restos de madeiras da Vila Alta.(Foto: Cargnin, 2000)

Aparecem também 5 casas, representando 1,57% do total, com material aproveitado, ou seja, restos de materiais de construção, lona, caixas de madeira, etc.

Estas casas estão localizadas, assim como a maioria das construídas de madeira, na parte baixa da Vila Alta. Estas moradias apresentam pouca resistência, colocando em risco seus moradores, principalmente nos dias de chuva ou de vento forte. São nelas que habita a população mais pobre e residente na parte mais periférica da Vila, isto é, dentro da própria Vila existe divisão sócio-espacial.



Exemplo de moradia construída com lona e restos de outros materiais na Vila Alta.(Foto: Cargnin, 2000).

Tanto que Sperandio afirma que:

as reclamações dos moradores dependem do local onde vivem, quem mora mais na periferia reclama mais, o pessoal da parte mais central reclama menos. Por exemplo, quando chove a água da chuva desce e a parte maior declividade fica um caos, ninguém entra ou sai. No frio, é frio demais, no calor é quente demais. A parte mais periférica da Vila sofre mais, as crianças sofrem mais, porque muitos são picados por cobras, aranhas e escorpião. Pela falta de saneamento e a declividade do local em dias de chuvas recebem todo lixo jogado na rua, vindo da parte mais central, além do que a área serve também de lixão para os próprios moradores da Vila Alta.

Como não há coleta regular de lixo e o bairro não é servido de rede de esgoto, os moradores vivem num ambiente poluído. As casas são

construídas em lotes sem calçadas e os terrenos, em sua maioria, são estreitos, o que não estimula sua limpeza pelos próprios moradores, que acham mais cômodo deixar o lixo espalhado pelo quintal ou espalhado na rua.



Depósito de lixo na parte de maior declividade da Vila Alta. (Foto: Cargnin, 2000).

Outro dado interessante no que diz respeito às características das moradias da Vila Alta é o número de cômodos por residência.

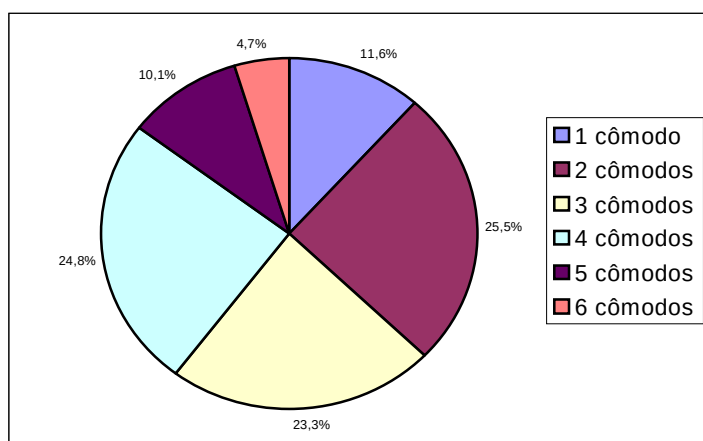


Gráfico 7 – Vila Alta: número de cômodos por domicílio.
Fonte: Levantamento de dados de campo
Org. Cargnin, 2000.

Como está representando no Gráfico 7, aparecem 37 casas com um único cômodo, estas não têm repartição alguma, limitando a privacidade dos membros da família, muitas vezes causando constrangimento entre os próprios familiares. A maioria das residências possui mais de 3 moradores e é nesse pequeno espaço que os moradores têm a cozinha-quarto-sala, o banheiro fica no fundo do quintal. O mesmo ocorre com os domicílios com dois cômodos, que aparecem em número de 81, cuja divisão normalmente é feita por móveis, como guarda-roupa, cortinas, etc.



Visão interna de um dos cômodos de uma moradia da Vila Alta. (Foto: Cargnin, 2000).

O restante dos domicílios apresenta uma divisão interna maior, variando de 3 a 6 cômodos.

Vale ainda salientar que 315 casas são contempladas com energia elétrica e somente 3 não a possuem. Observou-se, também, o aparecimento de instalações clandestinas, isto é, servem-se da instalação do

vizinho e dividem a conta no ato do pagamento. A população servida com energia elétrica possui melhores condições de usufruir de aparelhos eletrodomésticos, como geladeira, televisão, ...

Em relação ao abastecimento de água, 315 domicílios recebem o abastecimento da rede pública, mas ocorre fato idêntico ao da energia elétrica, ligações clandestinas.

Outras 3 residências são abastecidas por nascente e poço.

Quanto à coleta de lixo, está assim distribuída: 301 domicílios são atendidos por coleta pública, 5 enterram ou queimam e 12 despejam o lixo a céu aberto.

A coleta de lixo muitas vezes fica prejudicada por causa das dificuldades de transitar o caminhão de coleta em períodos de chuva.

Quadro 7 – Vila Alta: infra-estrutura de atendimento aos moradores.

ABASTECIMENTO	VALOR	DESTINO DO LIXO	VALOR	ENERGIA ELÉTRICA	VALOR
Rede Pública	315	Coleta pública	301	Possui	315
Poço ou nascente	2	Enterrado ou queimado	5	não possui	3
Outros	1	Céu aberto	12		
TOTAL	318	TOTAL	318	TOTAL	318

Fonte: Levantamento de dados de campo.
Org. Cargnin, 2000.

A respeito disso Sperandio diz que: “Saneamento não existe, na Vila Alta existe luz e água, mas esgoto não existe. Estão habitando um espaço que o poder público nem reconhece como habitado, mesmo estando em fase de regularização, desta forma o poder público não tem interesse em aplicar recursos de melhoria nesta região da cidade”.



Esgoto a céu aberto contribui para a proliferação de doenças. (**Foto:** Cargnin, 2000).

Como se observa na foto, a água de esgoto corre a céu aberto, provocando o aparecimento de mosquitos transmissores de doenças, como por exemplo, o *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da Dengue, cujo índice de ocorrência na Vila Alta é de 51 casos confirmados (Fonte: Secretaria Municipal da Saúde de Paranaíba/Sperandio).

Outra situação que pode ser observada é que a água está empossada devido a sua cor e umidade do solo, o que provoca “mal cheiro” e a proliferação de insetos.

Observando a distribuição sócio-espacial dos moradores e residências da Vila Alta, dentro de uma área ínfima, percebe-se que as famílias numerosas se acotovelam, criando situações de estranhamento entre os próprios moradores-vizinhança, tanto que em alguns lotes encontram-se construídas mais de uma moradia.

No mundo de hoje, cada vez mais as pessoas se reúnem em áreas mais reduzidas, como se o habitat humano minguasse. Se permite experimentar, através do espaço, o fato da escassez. A capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos (Santos, 1987, p.59).

Dentro da própria Vila existem determinados territórios exclusivos, onde grupos impõem suas leis e normas de comportamento.

Segundo Sperandio:

Eu não acho que na verdade não existe apenas uma liderança, dentro da Vila Alta, existem duas ou três pessoas que brigam pelo poder, um quer mandar mais que o outro, mas não usam métodos legais, cada um faz pressão na sua área de influência com seu grupo, com a sua máfia e um querendo mandar mais que o outro. Daí vem essa “Boca Fechada”, porque aquele que vai contra, se estiver dentro de um grupo desse, acaba se queimando e sofrendo algum dano. Isso acontece com frequência e quem perde são os próprios moradores da Vila.

A Vila Alta está localizada numa área periférica da cidade e sua população vive num espaço limitado, com poucas condições de sustento, com um elevado número de desempregados ou em situação de emprego de baixa remuneração, causado pela falta de qualificação profissional. Estes fatores aliados favorecem a ocorrência de um número elevado de conflitos que necessitam da intervenção policial.

Durante a entrevista, muitos moradores declararam que a maior parte destes conflitos na Vila Alta não são comunicados à polícia, por temerem represálias dos “líderes” locais.

A população local é muito desconfiada e percebe-se que a relação social de vizinhança em muitos dos casos é marcada por rivalidades, as pessoas estão próximas quanto ao aspecto físico, mas muito distantes no aspecto social. Durante as entrevistas foi muito comum um vizinho falar da vida particular do outro, mas pedem para não serem denunciados.

Segundo Sperandio:

Ocorre um alto índice de drogatização. Muitos moradores sabem quem são os traficantes, mas o medo de uma vingança, faz com que eles fiquem em silêncio. Você chega na casa de muitos deles, depois do almoço para as visitas, eles estão dormindo, quando acordam já vão para os botecos, que vivem cheios durante o dia e a noite e, são freqüentados por adultos e jovens menores. Eu entro em muitas casas e observo aparelhos eletrônicos que muitas famílias mais ricas não possuem, não tem explicação para isto, já que

muitos não trabalham, não possuem renda alguma, moram em barracos e se você começar a questioná-los, eles te aconselham a mudar de assunto.

Em relação às ocorrências atendidas pela Polícia Militar como demonstra a Tabela 6, de um total de 1.800 atendimentos na cidade de Paranavaí, 88 foram na Vila Alta. Percebe-se que o total de ocorrências distribuídas pela população total do município foi de 2,4%, enquanto que as ocorrências atendidas na Vila Alta, pelo número de seus moradores, tiveram um índice de 6,8%.

TABELA 6 – Número de atendimentos da Corporação Policial na Vila Alta.

OCORRÊNCIAS	VALOR	%
Assistência social	47	53,41
Danos	2	2,27
Furto qualificado	3	3,41
Furto simples	1	1,14
Lesões corporais	6	6,82
Perturbação do sossego	6	6,82
Vias de fato	3	3,41
Ameaças	5	5,68
Embriagues	7	7,95
Cumprimento de Mandado	1	1,14
Disparo de arma de fogo	2	2,27
Homicídio	1	1,14
Averiguação de elemento	1	1,14
Achado de cadáver	1	1,14
Ato infracional	1	1,14
Desacato	1	1,14
TOTAL	88	100,00

Fonte: 8º Batalhão da Polícia Militar de Paranavaí

(*) Período: Janeiro a Julho/2000.

Org. Carginin.

Muitos moradores relataram que vivem com medo, não saem à noite, eles apontam como causa a violência local, a pobreza em que vivem, descaso do poder público, falta dos valores morais, abandono de muitas crianças

pelos pais, principalmente a falta de união dos moradores e a disputa pelo território.

As ocorrências registradas no 8º Batalhão, em sua maioria, são fatos banais, que não provocarão represálias entre os “líderes” locais citados por Sperandio. Isso comprova melhor o medo que a população tem de recorrer à polícia em casos de conflitos mais sérios.

O mais interessante é que o maior número de atendimentos feito pela Polícia Militar na Vila Alta foi de assistência social, como por exemplo, atendimento a parturiente, encaminhamento ao Pronto Socorro Municipal, já que a maioria da população local não tem meio de transporte para o atendimento de emergência.

Dentre estas ocorrências observadas na Tabela 6 está o caso de um homicídio, onde ocorreu a morte de duas crianças, assassinadas pela própria mãe. Fato que está reportado pelo jornal local, Diário do Noroeste, em anexo 2.

Outro depoimento interessante de Sperandio é em relação à promiscuidade e prostituição que ocorrem na Vila Alta, ele ressalta:

Que na Vila Alta não chega a se instalar um quadro de prostituição infantil ou de adolescente, mas o que ocorre mesmo é a falta de estabilidade familiar que facilita este quadro. Começamos a fazer reuniões com jovens para esclarecer o que é uma DST (Doença Sexualmente Transmissível), como prevenir uma gravidez, e sobre as drogas, quando as reuniões eram feitas nas escolas, a participação era maior, mas quando passamos as palestras para o bairro, até

como forma de atingir maior número de ouvintes, a presença foi muito pequena. Eles não estão muito preocupados com o problema, eles não acreditam no que ouvem. Muitos deles são educados num ambiente sem diálogo. Existem queixas de pais que se drogam na frente de filhos, queixas de mães que se prostituem na frente de filho, queixas de espancamentos de pais em filhos e muitas brigas entre casais.

Em sua maioria o cidadão é multidimensional, cada dimensão se articula com as outras dimensões e essa articulação ocorre devido à procura de alcançar um objetivo para a vida. Isso torna o indivíduo um ser que está sempre em busca do futuro, através da sua individualidade ou também pelo coletivo.

Nada mais natural que os moradores da Vila Alta terem também seu objetivo, tanto individual como coletivo, mas, na sua maioria, não se dedicam para alcançá-lo.

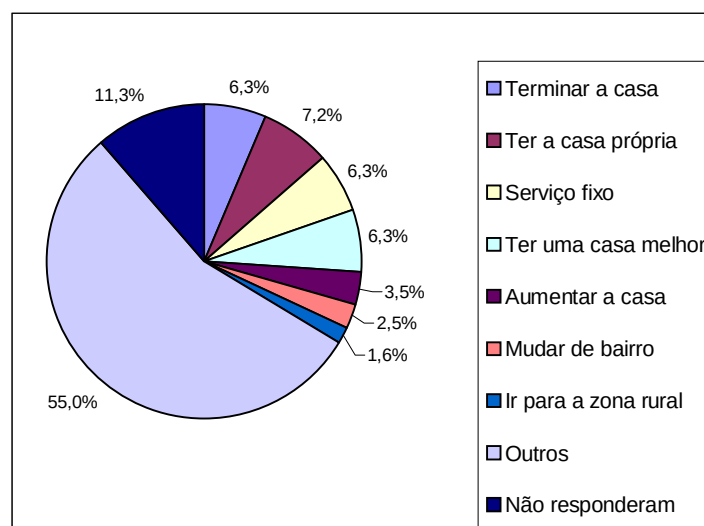


Gráfico 8 - Expectativa futura do morador da Vila Alta e de sua família.

Fonte: Levantamento de dados de campo

Org. Cargnin, 2000.

Quando questionados sobre o que esperam em relação ao seu futuro e de sua família, aparecem 74 famílias preocupadas em relação ao domicílio, 20 gostariam de ter um serviço fixo, 8 famílias mostraram o desejo de mudar de bairro, 5 retornar ao local de origem, isto é, para a zona rural, 36 famílias não demonstraram expectativa nenhuma para o futuro, alegando que “estão bem”. Interessante observar que a maioria, ou seja, 175 famílias, gostaria de viajar, comprar eletrodomésticos, possuir carro, visitar os parentes, ter terras e outros.

A respeito deste fato Sperandio diz:

Que os moradores da Vila Alta em sua maioria são desinformados, acomodados e muitos não fazem questão que isso mude, até por benefício próprio. Mesmo com todo trabalho que é feito pelos Agentes de Família, a Secretaria de Ação Social, a Igreja e outras entidades da comunidade, o resultado é muito pouco, embora este trabalho somente se concretize em longo prazo, sem grande perspectiva de resultados imediatos. Muitos moradores gostam de se passar por coitadinhos, menos favorecidos, porque assim eles recebem donativos e não precisam trabalhar.

Como percebe-se, existem diferenças entre os moradores, muitos se preocupam em melhorar sua moradia, cuidam de seus pertences e mantêm seus quintais limpos. Encontram-se, também, muitas famílias estruturadas, com crianças bem cuidadas. Estes moradores querem melhorias no bairro e têm direito a isto como cidadãos. Na verdade, se pudessem, sairiam da periferia para bairros mais assistidos, só não o fazem porque não possuem condições.



Lixo acumulado no quintal de uma residência da Vila Alta. (**Fonte:** Cargnin, 2000).

Essas famílias estruturadas sofrem muitas vezes com seus vizinhos, como demonstra a foto, que não cuidam de seus quintais, acumulando lixo que podem ocasionar danos à população de seu entorno. Isto ocorre devido à falta da participação coletiva de muitos moradores, alheios ao anseio da população do bairro. Quando os moradores foram questionados a respeito das reivindicações de melhoria que eles gostariam de receber na Vila Alta, assim ficou evidenciado:

Quadro 8 – Reivindicações de melhorias na Vila Alta

Melhorias	Quantidade
Rede de esgoto	106
Limpeza	10
Posto de saúde	32
Creche	8
Asfalto	153
Segurança	23
Legalização dos terrenos	1
Assis. Social	3
Ponto de circular	3
Ginásio de esportes	1
Emprego	12
Comércio	1
Não responderam	51

Fonte: Levantamento de dados de campo.
Org. Cargnin, 2000.

Como observa-se no Quadro 8, os moradores têm como prioridade o asfalto, seguido de rede de esgoto, isto demonstra a desinformação de muitos, pois a partir o momento em que forem beneficiados com estas melhorias, o local será valorizado, provocando nova expulsão de população. Estes benefícios geram custo, que muitos não poderão pagar.

A melhoria eventual das condições de residência de parcelas das populações urbanas mais pobres não lhes garante nem mesmo a propriedade da casa ou dos terrenos. Os pobres continuam migrantes dentro da cidade. A propriedade da casa ou do terreno é propriedade de uma mercadoria dentro de uma sociedade mercantil (Santos, 1987 p.75).

Ressalta-se que embora esses moradores tenham construído ou alugado casa em terreno em fase de legalização, somente houve uma

reivindicação a respeito do assunto. Dos entrevistados, 51 não se manifestaram, ficaram alheios, como se na Vila Alta tudo estivesse perfeito.

Mesmo levando-se em conta o número elevado de desempregados, apenas 12 reivindicam emprego.

Muitas das reivindicações sugeridas, como posto de saúde, ponto de circular, já existem no próprio bairro e a creche já está em fase de construção, conclui-se que a população local não participa da comunidade.



Ônibus: meio de transporte que atende a Vila Alta. **(Foto: Cargnin, 2000).**

Outros fatos interessantes observados durante a pesquisa de campo foram: a falta de lazer, a ausência de comércio local, a falta de integração dos moradores da Vila Alta com os bairros vizinhos e a falta de espírito de coletividade.

A respeito do lazer, pode-se afirmar que não existe, o que existe é um campo de futebol freqüentado pelos moradores da parte central da Vila e um

riozinho poluído na parte mais periférica onde eles utilizam para nadar. Um bosque, que eles usam mais para se drogar ou se prostituir, tanto que não é freqüentado pela população de outras localidades da cidade. Eles não permitem que grupos de fora entrem no bosque sem a comunicação antecipada com a população local, essa relação de posse que os moradores do local têm com o bosque, pode ser observada quando ocorrem fatos como o que está reportado pelo jornal local, Diário do Noroeste, em Anexo 3.

O comércio local é exclusivo de vendas de bebidas, em estabelecimentos conhecidos popularmente como “botecos”. A maior parte deles construído na própria extensão da casa, ou então construídos ao lado da moradia, são irregulares e raramente, são fiscalizados pelos órgãos competentes. Nos fins de semana são nestes estabelecimentos que ocorrem o maior número de conflitos.

Ninguém ousa colocar outro tipo de comércio na Vila, não seria rentável. Como já foi citado, o único comércio que funciona é o de bebida, que também não se explica, já que o número deste tipo de estabelecimento é muito grande e disputado pela população local, de baixa renda e de muitos desempregados.

Os moradores da Vila Alta sentem-se marginalizados e podem ser considerados como uma população fechada, a maioria deles não se integra com os bairros vizinhos, tanto que quando uma benfeitoria é feita num bairro vizinho eles dizem que não irão freqüentar o local. O mesmo ocorre em relação aos bairros próximos com a população da Vila Alta, a rivalidade é muito grande e este fato só atrapalha ainda mais o desenvolvimento social/local e de seu entorno.

Não existe na Vila Alta o espírito de coletividade, a maioria da população é individualista. Eles participam muito pouco de atividades coletivas.

Exemplificando este fato Sperandio

Conta que na ocasião de um mutirão de limpeza para prevenção de doenças, ele percebeu que a maioria dos moradores não se preocupava em colaborar com o vizinho, cada um só se preocupou em limpar o seu quintal. Muitos participaram deste mutirão porque o lixo reciclável foi comprado por donos de depósitos da cidade que trabalham com este tipo de material.



A compra do lixo reciclável, durante o mutirão de limpeza. (Foto: Cargin, 2000).

No que se refere à religiosidade, perceber-se um sincretismo muito grande dentro da Vila Alta. Ali encontram-se o Seminário, Centros Espíritas que funcionam dentro do próprio quintal de muitas residências e muitos

Templos Evangélicos. O interessante é que são as Igrejas Evangélicas que estão em número maior e ganhando cada vez mais seguidores.

QUADRO 9 - O poder dos Templos.

As Igrejas Evangélicas encontram nas periferias, um terreno fértil para seu crescimento.
Ao lado dos bares, os templos são os primeiros estabelecimentos que costumam a surgir na periferia.
O número de evangélicos no subúrbio é três vezes maior que o registrado no centro das cidades.
A igreja com maior penetração é a Assembléia de Deus.

Fonte: Revista Veja, 2001, p. 88.



Templo Evangélico Assembléia de Deus na Vila Alta. **(Foto:** Cargnin, 2000).

Durante as visitas realizadas na Vila Alta, chama atenção o fato dos moradores aproximarem-se de pesquisador na expectativa de receber cestas básicas, doações, ajuda para pagamento de contas de água e luz. Isto comprova que a maioria deles está acostumada com um “paternalismo” e uma acomodação muito grande, o que dificulta a reversão do quadro de pobreza que ali se instalou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos traços marcantes das cidades é a divisão entre os que moram e vivem bem e aqueles que vivem nas periferias. O cenário previsto passa a ser o de cidades divididas, onde a população e a segmentação sócio-espacial resultam no aumento da contradição entre as áreas nobres e a periferia. Entre estes dois mundos existem laços de dependência e o lugar onde moram e vivem bem atua mais como pólo de atração do que como um pólo de desenvolvimento.

A população periférica é consequência das profundas transformações ocorridas nas últimas décadas. O desenvolvimento do capitalismo se acelerou no país, juntamente com a industrialização e a urbanização que sempre o acompanham. O capitalismo é um sistema socioeconômico em que predominam as empresas particulares e a busca do lucro, e é por isso que seu desenvolvimento acarreta uma concentração demográfica em certas áreas, especialmente nos centros urbanos.

Na verdade, o capitalismo nasceu e se desenvolveu de forma plena não apenas na cidade, com o comércio e a indústria, mas também no campo. Outras características básicas do desenvolvimento do capitalismo, que é sempre marcado pela divisão social entre patrões e assalariados, são a produção em grande escala e a mecanização progressiva das tarefas.

Assim, o avanço do capitalismo gera a mecanização no campo, o que acarreta desemprego para os trabalhadores em excesso, pois as máquinas

fazem o trabalho de vários homens e levam o homem do campo ao empobrecimento em função da expansão das grandes propriedades rurais em prejuízo das pequenas, que não podem dispor de tratores, colheitadeiras, empréstimos bancários, etc.

As contradições deste modelo econômico concorreram para a descapitalização dos produtores rurais – sobretudo pequenos e médios – em benefício da acumulação ampliada do capitalismo pelo setor urbano industrial.

A concentração fundiária e o êxodo rural agravaram-se e a oferta de produtos alimentares básicos, feijão, arroz, milho, diminuiu. Por outro lado, os “atraentes rendimentos” do setor financeiro, especialmente na década de setenta, exerceram forte atração sobre os produtores rurais em dificuldades, levando-os a vender a propriedade e aplicar o capital no sistema financeiro.

Pode-se considerar outras razões que levaram o homem do campo a se deslocar para a cidade: a ilusão de uma vida melhor ou mais “moderna” na cidade, divulgada especialmente pelos meios de comunicação; a influência da pressão demográfica sobre os recursos. Assim, uma pequena propriedade não dá para sustentar o crescimento da família, nesse caso, parte dessa população sai do campo em busca de uma “situação melhor”; a pressão econômica dos grandes proprietários frente aos pequenos, com objetivo de comprarem suas terras.

Esses deslocamentos do campo para a cidade ocasionam a urbanização, isto é, o crescimento das áreas urbanas. A urbanização implica numa série de transformações, tais como a dependência do campo em relação à cidade.

O campo vai sendo comandado pela cidade. As áreas rurais deixam de vender somente os excedentes de produção às áreas urbanas e passam a ter quase que toda a sua produção orientada pelos interesses urbano-industriais. Tudo isso leva as famílias do campo a saírem em busca de empregos e moradias nas cidades.

A intensa urbanização é acompanhada de inúmeros problemas sociais. Um deles é a carência de moradias decentes para a maioria dos trabalhadores migrantes. Surgem, então, as favelas, cortiços, as casinhas de periferia, construídas pelos próprios moradores. Amontoam-se populações de baixa renda em áreas longínquas, afastadas dos locais de trabalho, ou seja, adensam em áreas ambientalmente impróprias, portanto desvalorizadas. A carência de infra-estrutura, as limitações na oferta de serviços sociais essenciais sem caráter paternalista, pois o paternalismo é um elemento da não cidadania, o custo de transporte e a precariedade em termos de acesso ao trabalho aumentam as dificuldades que a população periférica enfrenta. A formação desse modelo de periferia urbana conforma e acentua a exclusão social.

Em consequência dos fatores acima referidos surge no espaço urbano do município de Paranavaí a Vila Alta, bairro periférico, objeto deste estudo, cuja origem de sua população na sua maioria é proveniente do movimento migratório campo/cidade.

A principal característica desta população é sua exclusão histórica dos circuitos de educação e formação, condição que reduz as perspectivas de sua integração no processo produtivo.

Pode-se perceber o fato citado anteriormente quando se estabelece que 121 trabalhadores da Vila Alta, composto por volantes ou “bóias-frias”, são moradores urbanos que alternam, durante o ano, ocupações urbanas e rurais que não exigem nenhuma qualificação especial. Já os trabalhadores que se vinculam com o mercado de trabalho urbano, realizam atividades pouco exigentes em termos de qualificação e recebem baixos salários. Finalmente, aparecem 152 que estão desempregados, isto é, fora do mercado de trabalho, como a conseqüente marginalização do indivíduo. Esse contingente de “marginalizados” aumenta, exigindo cada vez mais as demandas sobre a sociedade e o poder público. Eles estão alijados de qualquer possibilidade de assimilação pelo mercado formal ou informal de trabalho.

O enfrentamento desta problemática envolverá ações de vários níveis. Por um lado, esta divisão interviu na criação de condições de trabalho para o segmento da população que se encontra desempregado ou com vínculos frágeis com o mercado próximo ao desemprego.

Por outro lado, as ações deverão responder ao processo de desenvolvimento, que incorpora padrões diferenciados de tecnologia e gestão do trabalho. Este processo deverá incrementar níveis de emprego, além de gerar a necessidade de programas de educação e de formação de mão-de-obra.

Além disso, para resgatar o direito à cidadania desta população, deve-se levar em conta pelo menos duas situações a serem abertas a todos os indivíduos: os direitos territoriais e os direitos culturais, entre eles, o direito ao

entorno, é necessário que os processos produtivos sejam permanentes, de modo a restabelecer os valores perdidos.

A repartição territorial dos gastos públicos seria objeto de revisão constante, de acordo com regras flexíveis. Para cada esfera territorial ou local, um conjunto de atribuições e de recursos capazes de assegurar a cidadania em todos os seus níveis.

No caso do município, caberia uma autonomia de gastos que privilegiasse todos os aspectos concernentes à realização de uma vida decente e digna, para todos, com soluções essenciais, imediatas e inadiáveis, investindo na cultura, educação, saúde, moradia, transporte, emprego, lazer e atendimento às necessidades elementares.

As desigualdades territoriais geram as desigualdades sociais, que derivam do lugar onde cada qual habita. O cidadão é o indivíduo num lugar. Todos os cidadãos são iguais, independentemente do lugar onde estejam: em áreas nobres e/ou em uma vila da periferia.

Enfim, enquanto prevalecer o interesse individual na política institucional em todos os níveis governamentais, sem levar em conta o interesse da população como um todo, a qualidade e a condução de vida dos cidadãos continuarão lastimáveis. Já que o Estado é o agente normatizador da sociedade, é ele o responsável pela situação em que se encontra esta sociedade. É inegável o dever de atribuir ao Estado e o modelo político do neoliberalismo que gera a eliminação de emprego, reduz salários, que atingem a população de média e baixa qualificação de força de trabalho. A população da Vila Alta está inserida neste

perfil de trabalhador, desse modo é efeito desse modelo econômico que se manifesta em escala mundial e nacional, e de modo mais evidente nas escalas regionais e locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCANTARA, José Carlos. *Política local: um estudo de caso: Paranaíba 1952-1982*. Maringá: Clichetec, 1987. 320p.
- ALEGRE, Marcos e MORO, Dalton Áureo. *A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná*. Maringá: Boletim de Geografia. Universidade Estadual de Maringá, ano 4, n.1, p.28-73. Jan. 1986.
- ALVARENGA, Octavio Mello. *Política e direito agroambiental: comentários à nova lei de reforma agrária*. (Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993). 2ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 345p.
- ANDRADE, Manuel de Correia de. *Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980, 116p. (História e Sociedade).
- BENJAMIN, César. et al. *A opção brasileira*. 2ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, 208p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996, 15p.
- DIAS, Edson dos Santos. *Reflexões sobre o processo de reprodução territorial da cidade*. Revista Formação, UNESP – FCT (Presidente Prudente) n.3-4, p.37-47, 1997.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. *A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: difusão, contrastes regionais e consequências sócio – econômicas*. Itaguaí, 1980, 318p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GEORGE, Pierre. *Geografia Rural*. Trad. Elza Trassi Mariano, et.al. Grupo de estudos francês de interpretação e tradução (GEFIT) São Paulo: Difel, 1982, 252p. Original francês: Précis de Geographic rurale.
- GEORGE, Pierre. *Geografia da População*. Trad. Miguel Urbano Rodrigues. 8ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A; 1991, 118 p. Original francês: Géographie de la population.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Estrutura agrária e dominação do campo: notas para um debate. In SANTOS, Milton (Org). *Novos rumos da geografia brasileira*. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.143-65.

- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.29,1982,362p. (O Mundo hoje).
- IPARDES – *Dinâmica demográfica da Região Sul: anos 70 e 80*. Curitiba: 1987.180p. (Convênio MEC/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, UNICAMP/ Instituto de Economia).
- IPARDES – Fundação Édison Vieira. *As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná*. Curitiba: IparDES,1983,81p.
- IPARDES – Fundação Édison Vieira. Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, p.125-67,1987.
- IPARDES – Fundação Édison Vieira. *Paraná: economia e sociedade*. Curitiba: IparDES,1981,71p.
- IPARDES – Fundação Édison Vieira. *Diagnóstico da base produtiva do Paraná – anos 80*. Curitiba: IparDES: 1991,127p.
- KLEINKE, Maria de Lourdes Urban, DESCHAMPS, Marley Vanice, MOURA, Rosa. *Movimento Migratório no Paraná. (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes*. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IparDES. n.95,p. 27-50,Jan/abr,1999.
- KOHLHELPP, Gerd. *Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no Norte do Paraná (Brasil)*.Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro,n.53(2): p.79-174, abril/jun.1991.
- MARTINE, George, ARIAS, Alfonso Rodriguez. Modernização e emprego no campo. In. MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org). *Os impactos sociais na modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, cap.6, p.125-67,1987.
- MARTINE, George, MAUI, Paulo Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In. MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org). *Os impactos sociais na modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, cap.1,p.19-39,1987.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3ed. São Paulo: Hucitec,1991,182p.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993. 179p.

- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ed. Petrópolis: Vozes, 1995,185p.
- MARTINS, José de Souza. *et al (Des)figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. MARTINS, José de Souza (Org). São Paulo: Hucitec,1996,124p.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997,140p. (Temas de atualidade).
- MELLO, Maria Conceição D’Incao. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. São Paulo: Vozes,1975,154p.
- MENDONÇA, Francisco de Assis. *A evolução sócio – econômica do Norte Novíssimo de Paranavaí – PR e os impactos ambientais: Desertificação?* São Paulo,1990.292p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo.
- MONBEIG, Pierre. *O Brasil*. Trad. Antônio Christofolletti. 6 ed. São Paulo: Difel, 1985,96p. Original francês. Le Brésil (Que sais – ji?)
- MOREIRA, Ruy. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense. 1990,83p.
- MORO, Dalton Aureo. *Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo*. Boletim de Geografia. Universidade Estadual de Maringá. n.1, p. 01-55,out.1998.
- MULLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec/Edoc, 1989,139p. (Estudos rurais;10).
- OLIVATO, Alessandra. *et al. Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole*. MARTINS, José de Souza (Org). São Paulo: Hucitec,1999,175p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991,164p. (Caminhos da Geografia).
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec/Curitiba - Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981,235p. (Economia e planejamento: teses e pesquisas).
- PORTO, Silvana. Alice não vai mais para o bosque. *Diário do Noroeste*. Paranavaí-PR, 15 de out/2000,p.5,Local.
- RIBEIRO, Adão. Crianças foram sufocadas com cobertor. *Diário do Noroeste*. Paranavaí-PR, 29 de abril de 2000.p3.Local.

- RODRIGUES, Arlete Moisés. *Moradia nas cidades brasileiras: Habitação e especulação o direito à moradia os movimentos populares*. 7ed. São Paulo: Contexto, 1997, 72p. (Coleção Repensando a Geografia).
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 5ed. São Paulo: Hucitec, 1997, 125p.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987, 142p. (Coleção Espaços).
- SCHAFFER, Neiva Otero. A urbanização na fronteira meridional e o projeto de integração regional. In. SCARLATO, Francisco Capuano *et al.* (Org.). *Globalização e espaço latino – americano*. 3ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p.149-59, 1997.
- SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. Rio Claro, 1991, 361p. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP - Campus Rio Claro.
- SERRA, Elpídio. *Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário do Paraná*. Boletim de Geografia. Maringá: Imprensa Universitária. Ano 10, n.1, p.61-93. 1992.
- SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária no Brasil: Frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 285p.
- SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. 16ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, 114p. (Primeiros passos).
- SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. 2ed. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1999, 151p. (Pesquisa, 1).
- SILVA, Paulo Marcelo Soares da. *História de Paranavaí*. Paranavaí: Prefeitura Municipal. 1988, 260p.
- SILVA, Maria José Martinelli. *A nova territorialidade urbana: ensaiando a discussão*. Revista Formação, UNESP – FCT (Presidente Prudente) n.3-4, p.31-5, 1997.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. (Agricultura e Sociedade).
- SPOSITO, Maria Encarnação B. *Capitalismo e urbanização*. 7ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Repensando a Geografia).

SWAIN, Tânia Navarro. *Fronteiras do Paraná: da colonização à migração*. In. AUBERTIN, Catherine (Org.) *Fronteiras*. Brasília: Universidade de Brasília, 1988, 250p.

VESENTINI, José William. *Brasil & Sociedade e Espaço*. São Paulo: Atica, 1994, 320p.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 6ed. Curitiba: Vicentina, 1988, 274p.

ANEXOS

ANEXO 1

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ EM RELAÇÃO À AMÉRICA DO SUL



Fonte: Prefeitura Municipal de Paranavaí
Org.: Cargnin (2000)

ANEXO 2

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA DOS MORADORES DA VILA ALTA

1. Nome do entrevistado: _____

Endereço: _____

2. CADASTRO DE FAMÍLIAS

SUA ORIGEM (DE ONDE VEIO?)

Cidade: _____ Estado: _____

LOCAL ONDE FICAM OS FILHOS ENQUANTO TRABALHA:

() Em casa () Creche () Com parentes

() Com vizinhos () Outros _____

TEM UM SONHO QUE GOSTARIA DE REALIZÁ-LO: **

QUAIS AS MELHORIAS QUE GOSTARIA QUE VIESSE PARA SUA COMUNIDADE: **

COMO VAI PARA O TRABALHO:

** por morador

2. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS MORADORES DA VILA ALTA.

[illegible]

3. SITUAÇÃO DOMICILIAR

CASA: () Própria () alugada () Cedida

nº de cômodos: _____ OBS: _____

TIPO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO:

() Alvenaria () Madeira () Mista

() Lona () Material Aproveitado () Outros _____

ABASTECIMENTO DE ÁGUA ENCANADA:

() Sim () Não _____

ENERGIA ELÉTRICA:

() Sim () Não _____

COLETA DE LIXO:

() Sim () Não _____

4. OBSERVAÇÕES: _____

Pesquisar: _____

Data: ____/____/____.

ANEXO 3

Morte dos Bebês/Nova Versão

CRIANÇAS FORAM SUFOCADAS COM COBERTOR

Num depoimento com detalhes assustadores, mãe justifica que queria acabar com o sofrimento dos filhos.

Adão Ribeiro – Da redação

As crianças Erick John Silveira, dois anos, e Aira Kauna Silveira Marques, oito meses, foram sufocadas com um cobertor. A nova versão é da mãe das crianças, Daniele Silveira, 20 anos em novo depoimento à polícia ontem, acompanhado com exclusividade pelo Diário do Noroeste. Daniele já havia confessado ter colocado sacos plásticos na cabeça das crianças. Até então, acreditava que isto teria provocado a morte. A mãe dá detalhes assustadores do crime e diz que matou para acabar com o sofrimento das crianças e se livrar das pressões do marido.

Esta é a quarta versão contada por Daniele desde o crime, ocorrido no dia 19 deste mês, na Vila Alta, em Paranavaí. A nova roupagem faz a história dela ter mais sentido e praticamente fecha as perguntas mais intrigantes até então, que eram os instrumentos usados para matar e o motivo do crime.

Embora não sejam motivos considerados razoáveis para padrões normais de comportamento, Daniele argumenta que vivia pressionado pelo marido, o trabalhador rural Emerson Marques, 18 anos, que lhe “jogava na

cara” o fato de estar trabalhando para sustentar duas crianças que não eram seus filhos.

Este é um fato novo. Embora Aira Kauna estivesse registrada em nome do lavrador, ele não é o pai da menina, segundo a mais recente versão da mãe, contrariando o que se pensava até então. Marques vivia com Daniele há mais de um ano. A mulher fala que vinha tendo discussões constantes com o lavrador, que estaria desprezando as crianças. “Pensei em acabar com o sofrimento dos meus filhos”, detalha.

Também a “arma” usada para cometer o crime, segundo esta versão, é novidade. A dona de casa confessou que sufocou Aira primeiro. Inicialmente, pegou a menina no colo e chegou a conversar com ela, dizendo: “você vai para o céu”. Depois, pegou o cobertor na cama onde estava Erick John, que dormia.

Ela enrolou o corpo todo da menina, colocou-a de barriga para baixo e apertou pelas costas. A criança ainda teria se debatido, mas a mulher, confirmou que “apertou mais”. Isto teria ocorrido entre 21 horas e 21h15. Mais tarde (não se lembra a hora), pegou Erick John no colo. Igualmente teria dito que ele iria para o céu.

Com o mesmo cobertor, enrolou a cabeça da criança e a colocou deitada de barriga para baixo. Depois de apertar, recorda-se o menino se debateu e tentou tirar a cabeça para respirar. Porém, a mulher continuou o sufocando. O menino não morreu na hora, mas desmaiou. Ele chegou a ser socorrido e morreu antes de receber cuidados médicos na Santa Casa.

Outros detalhes desses crimes chocam pela frieza. Depois de ter matado as duas crianças, Daniele pensou numa maneira de criar um cenário para parecer que alguém teria invadido a casa e cometido os assassinatos. Daí, veio a idéia de pegar os saquinhos e colocar na cabeça das crianças. No pensamento de Daniele, os dois já estariam mortos.

O ultimo passo foi pegar o babado de uma colcha e se amarrar na cadeira, conforme já narrado nas versões anteriores. Ao pedir socorro, ela foi atendida por um casal vizinho, que a desamarrou e chamou a Policia. A mulher confirmou que estava com muita dor de cabeça no dia do crime e tomou duas cibalenas.

Todo o depoimento foi acompanhado pela mãe de Daniele, Carmem Lúcia Silva. Em vários momentos, a acusada pedia perdão para Carmem, que em troca, questionava: “Fazer o que?”. A mãe de Daniele a auxiliou em vários momentos do depoimento, argumentando que não adiantava mais esconder a verdade. Daniele voltou a afirmar que nenhuma pessoa sabia da verdade até a sua confissão, na última segunda-feira.

As declarações da mulher chocaram as testemunhas que acompanharam o depoimento. Os estudantes do Curso de Direito da Unipar foram chamados mais uma vez e assustaram com os detalhes desse crime. Já o escrivão Altino Borges falou que nunca viu um caso parecido nos mais de 6 anos de carreira. “Foi de arrepiar”, concordou.

Depois de depor, a dona de casa respondeu apenas uma pergunta para a reportagem. Questionada se estava mais aliviada por ter contado

esses detalhes e praticamente fechado a história, Daniele disse que sim. Ela continuava chorando muito e permanecia amparada pela mãe.



Daniele senda apresentada como autora dos crimes.

História complicada – O assassinato das crianças foi uma história com muitos enredos. Desde a noite do dia 19, após o crime, muitas versões e boatos foram feitos a cerca do episódio. Talvez o detalhe que mais surpreendeu foi a confissão da mãe na última segunda-feira, uma semana depois de acusar de forma incisiva, o mecânico Roberto Gonçalves de Oliveira, 33 anos.



Daniele dá entrevista quando acusa Betão, ao lado a mãe dela.

Mas a acusação não foi a primeira versão, e sim, a segunda. Na primeira, a mãe contou que tinha sido atacada por um homem e desmaiado, acordando amarrada e sem saber quem teria cometido o crime. A segunda história dela ganhou “ares” de verdade, com o mecânico sendo preso por determinação judicial.

Na última terça-feira, porém, ele foi colocado em liberdade e a mulher ficou presa, igualmente por força de mandado judicial. Agora, com os novos detalhes, a polícia acredita que poucas coisas ainda restam para resgatar toda a verdade. O depoimento de ontem foi o quarto dado de forma oficial. Porém, a mesma história já foi contada por oito vezes, sempre com alguma diferença.

O delegado-chefe da 8ª Sub-divisão Policial de Paranaíba, Luiz Norberto Canhoto, disse que é normal conferir os depoimentos, ouvindo as

pessoas várias vezes. “Vamos apontando as contradições”, falou. Ele concordou que agora existe um motivo conhecido para o crime.

Fonte: Diário do Noroeste, p.3-Local, 2000.

ANEXO 4

ALICE NÃO VAI MAIS PARA O BOSQUE

Vítimas de invasores que destruíram peças do cenário e figurinos, personagens procuram outro lugar para o espetáculo.

Silvana Porto – Da redação.

O espetáculo Alice No País das Maravilhas, que estreou nesta quinta-feira, no Bosque Municipal, e deveria retornar aos domingos, não será mais apresentada hoje, nem em outros domingos. A razão é que em vez de “maravilha” o evento acabou se transformando num pesadelo para atores e organizadores devido ao comportamento de adolescentes que residem naquelas imediações, que invadiram a cena, dizendo-se “donos da área”, levando consigo e destruindo elementos do cenário e peças do figurino, alguns encontrados posteriormente, totalmente destruídos, no rio que ocorre no meio do Bosque. Alguns invasores chegaram a dar socos na barriga de um personagem que fazia papel de laranja.

Fabiane Biazus, Diretora do Grupo Oficinas da Fundação Cultural, responsável pela montagem fala que “a preocupação em promover a integração da natureza com a cultura acabou se transformando numa preocupação social”. Ela, que não entendia porque o Bosque Municipal de Paranavaí deixou, há muito tempo, de ser uma área de lazer para a família Paranaense, agora

compreendeu o porquê da solidão do lugar. Sem respeitar os limites que foram estabelecidos para o espetáculo, os perturbadores invadiram o Bosque pelos lados e fundos, delimitando “sua área”.



Proposta do espetáculo era valorizar o Bosque Municipal,
levando as famílias de volta ao lugar.

Para os pequenos atores do Grupo Oficinas a alegria de levar Alice ao Bosque acabou se transformando num drama, e num grande exercício de cena. “Muitos choraram e queriam ir embora. Falávamo-los para continuar a atuar, ignorando a presença daquelas pessoas no meio da cena (os invasores paravam em frente dos atores e ficavam olhando para seus rostos). Eles – os atores – conseguiram, se superaram, passaram dos limites”, conta Fabiane.

O desagradável episódio levou a direção do espetáculo a rever seu formato e objetivos. “No bosque Municipal não será mais possível.

Vamos averiguar se existe um outro local, que condiza com o projeto”, diz Fabiane, salientando que muitas pessoas saíram reclamando por não terem conseguido assistir ao espetáculo, devido ao grande número de pessoas. “Havíamos programado para cem pessoas, mas, com as invasões, o número quase dobrou e ficou difícil para os espectadores acompanharem”.

Fonte: Diário do Noroeste, p.5-Local, 2000.

RESUMO

Vila Alta, bairro localizado na periferia no município de Paranaíba, num prolongamento da Vila Operária que é considerado um bairro operário.

Surgiu de forma espontânea e irregular.

Este bairro serviu para assentamento de pessoas de baixa renda e de pouca qualificação profissional, proveniente em sua maioria do movimento migratório campo-cidade, através de invasões.

A ocupação destas terras constituiu, portanto, forma de ampliação forçada do perímetro urbano de Paranaíba, com conseqüente exigência da infra estrutura necessária à melhoria das condições de vida de seus moradores.

A primeira característica desta população é a sua exclusão histórica dos circuitos de educação formal e formação profissional, condições que reduz a perspectiva de sua integração no processo produtivo em nossa sociedade.

Palavras-chaves: periferia, assentamento, qualificação profissional, movimento migratório, perímetro urbano, infra estrutura, exclusão processo produtivo.

ABSTRACT

Vila Alta is a district in the perimeter of Paranavaí City and it also is an extension of Vila Operária (that is considered an workmen quarter) in the same city.

So, Vila Alta came to sight in an irregular and spontaneous way.

This Vila Alta district has been attending on for the settlement of very low income persons and so for those ones who have very few professional qualification that are proceeding from — in their majority — the migratory movement Country-City, through the invasions.

The incursion of these lands establishes, therefore, a manner of compulsory enlargement to the urban perimeter of Paranavaí City, with the consequent exigency of infrastructure that is needed to better conditions of living to the inhabitants.

The principal characteristic of these inhabitants is their historic exclusion of the formal education and professional ambit, that is considered a circumstance that also reduces the perspective of their integration to the productive process in our society.

Key-words: perimeter, settlement, professional qualification, migratory movement, urban perimeter, infrastructure, exclusion of the productive process.